

Universidade Estadual Paulista
Campus de Marília
Faculdade de Filosofia e Ciências
Programa de Pós-Graduação em Filosofia

CONCEPÇÃO SISTÊMICA DO INDIVÍDUO: AUTO-
ORGANIZAÇÃO E REABILITAÇÃO BIOPSISSOCIAL

Isabela Ap. de Oliveira Lussi

Marília - SP

2003



Universidade Estadual Paulista
Campus de Marília
Faculdade de Filosofia e Ciências
Programa de Pós-Graduação em Filosofia

**CONCEPÇÃO SISTÊMICA DO INDIVÍDUO: AUTO-
ORGANIZAÇÃO E REABILITAÇÃO BIOPSIKOSSOCIAL**

Isabela Ap. de Oliveira Lussi

Marília – SP
2003



ISABELA APARECIDA DE OLIVEIRA LUSSI

**CONCEPÇÃO SISTÊMICA DO INDIVÍDUO: AUTO-
ORGANIZAÇÃO E REABILITAÇÃO BIOPSISSOCIAL**

1410001498



Dissertação apresentada à Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Campus de Marília, para obtenção do título de Mestre em Filosofia no Programa de Pós-Graduação em Filosofia (Área de Concentração: Ciência Cognitiva e Filosofia da Mente).

Orientador: Prof. Dr. Alfredo Pereira Júnior

Marília - SP
2003



UN001137112

Nº cham 153.4
L972c

Nº Tombo 1498

Aquisição D

Preço R\$ 5,00

Data 11/09/2003

Proced. Autor

- Organizar - Filosofia
- Auto-organizar
- Relação mente-corpo
- Reabilitação psicossocial

40406000

Map il graf tab.

Lussi, Isabela Aparecida de Oliveira.

L972c Conceção sistêmica do indivíduo: auto-organização e reabilitação biopsicossocial / Isabela Aparecida de Oliveira Lussi. -- Marília, 2003.
113 f. ; 30 cm.

Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Faculdade de Filosofia e Ciências – Universidade Estadual Paulista, 2003.

Bibliografia: f. 111-113.

Orientador: Prof. Dr. Alfredo Pereira Júnior

1. Auto-organização. 2. Relação mente-corpo. 3. Reabilitação biopsicossocial. 4. Terapia ocupacional. I. Autor.
II. Título.

CDD 153.4



ISABELA APARECIDA DE OLIVEIRA LUSSI

CONCEPÇÃO SISTÊMICA DO INDIVÍDUO: AUTO- ORGANIZAÇÃO E REABILITAÇÃO BIOPSICOSSOCIAL

Marília, de de .

COMISSÃO JULGADORA

Dr. Alfredo Pereira Júnior – UNESP – Campus de Botucatu (Orientador)

Dra. Maria Cândida Soares Del-Masso – UNESP – Campus de Marília (Titular)

Dr. Fábio Furlan – UNIMAR (Titular)

Dra. Mariana Claudia Broens – UNESP – Campus de Marília (Suplente)

Dr. Antônio Carlos Siqueira Júnior – FAMEMA (Suplente)

AGRADECIMENTOS

Poderei ter sido um estudante por um tempo, mas não sou. Sou um homem que não sabe estudar e não sabe escrever. Não sou um homem que não sabe estudar e não sabe escrever. Não sou um homem que não sabe estudar e não sabe escrever.

De modo semelhante, Alfredo Pereira Junior não sou um homem que não sabe estudar e não sabe escrever. Não sou um homem que não sabe estudar e não sabe escrever. Não sou um homem que não sabe estudar e não sabe escrever.

De modo semelhante, Alfredo Pereira Junior não sou um homem que não sabe estudar e não sabe escrever. Não sou um homem que não sabe estudar e não sabe escrever. Não sou um homem que não sabe estudar e não sabe escrever.

De modo semelhante, Alfredo Pereira Junior não sou um homem que não sabe estudar e não sabe escrever. Não sou um homem que não sabe estudar e não sabe escrever. Não sou um homem que não sabe estudar e não sabe escrever.

De modo semelhante, Alfredo Pereira Junior não sou um homem que não sabe estudar e não sabe escrever. Não sou um homem que não sabe estudar e não sabe escrever. Não sou um homem que não sabe estudar e não sabe escrever.

De modo semelhante, Alfredo Pereira Junior não sou um homem que não sabe estudar e não sabe escrever. Não sou um homem que não sabe estudar e não sabe escrever. Não sou um homem que não sabe estudar e não sabe escrever.

Dedicatória

*À Melvi e Maria Aparecida, meus pais e à
Mauro, meu marido, pelo apoio e incentivo
sempre com muito amor e carinho.*

AGRADECIMENTOS

Foram tantas as pessoas que me acompanharam e me ajudaram de alguma forma na elaboração desta dissertação que não seria possível agradecer-las em poucas páginas, porém, gostaria de destacar meus agradecimentos a todos que contribuíram de forma especial para a sua realização.

Ao meu orientador, Alfredo Pereira Júnior que, com paciência, carinho e compreensão me incentivou e me apoiou em todos os momentos, auxiliando-me em todas as dificuldades, e indicando-me caminhos para que eu pudesse trilhar os meus.

Ao corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Filosofia, na Área de Ciência Cognitiva e Filosofia da Mente, em especial, à Profa. Dra. Maria Eunice Q. Gonzales, à Profa. Dra. Maria Cândida S. Del-Masso, à Profa. Dra. Mariana Claudia Broens, ao Prof. Dr. Michael B. Wrigley, ao Prof. Dr. Antônio Trajano M. Arruda e à Profa. Dra. Carmem Beatriz Milidoni, pelos ensinamentos teóricos e metodológicos fundamentais para a elaboração desta dissertação e essenciais para meu amadurecimento como pesquisadora.

A todos os colegas do Programa de Pós-Graduação em Filosofia, com os quais partilhei essa nova e difícil tarefa, especialmente, à Eliana, amiga e companheira em todos os momentos.

Ao Prof. Dr. Carlos Roberto Padovani, pela sugestão do protocolo de Talag que tanto contribuiu para a nossa elaboração do instrumento de avaliação da satisfação.

Aos docentes do Curso de Terapia Ocupacional da USC, em especial, as amigas Fabiana C. F. De Vitta e Carla C. B. da Silva, pelo incentivo e ajuda nos momentos mais difíceis.

À minha família, pelo apoio e compreensão da minha ausência nas ocasiões mais especiais.

Por fim, agradeço ao Mauro por ter dividido comigo, de forma companheira e amorosa, todas as alegrias e angústias que vivenciei durante estes três anos.



LUSSI, I. A. O. *Concepção sistêmica do indivíduo: auto-organização e reabilitação biopsicossocial*. 2003. 113f. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2003.

RESUMO

O presente estudo tem como objetivo principal investigar a dinâmica da vida mental de uma pessoa a fim de verificar a existência de processos auto-organizados nas interações entre os diversos aspectos que a compõem. Considera-se que as pessoas interagem com o ambiente físico e social, onde buscam a expressão e realização de suas vivências e aspirações subjetivas. Assumindo a existência de uma estreita correspondência entre os aspectos subjetivos da vida mental e as modalidades de ação desenvolvidas pela pessoa no ambiente, procura-se aqui representar a dinâmica da mente individual como um *sistema* que abrange a *interação* de várias *modalidades de manifestação* do universo mental (identificadas no âmbito das seguintes *categorias*: a família, o trabalho, o lazer, a corporeidade, a sociabilidade e a transcendência). Assumindo também um conceito de *satisfação* inspirado no *princípio de prazer* proposto por Freud, discute-se como as vivências do indivíduo no âmbito dessas modalidades se complementam, se compensam ou entram em conflito ao longo de sua história de vida. A partir da identificação dessas modalidades e submodalidades, e de suas formas de interação, procura-se compreender as configurações mentais associadas às noções de saúde e transtorno mental, com vistas a elaborar a proposta de um instrumento metodológico capaz de avaliar a dinâmica temporal da satisfação do indivíduo, o qual, eventualmente, poderá receber um maior refinamento científico para que futuramente possa ser utilizado na prática profissional do terapeuta ocupacional, que atua na área de saúde mental, como suporte para a elaboração de um programa mais adequado de intervenção terapêutica. Finalmente, levanta-se a possibilidade de se conceber as atividades de terapia ocupacional, assim como qualquer outro tipo de intervenção compreendida em um programa de reabilitação biopsicossocial como *signos indutores da auto-organização* individual.

Palavras-chave: auto-organização; relação mente-corpo; reabilitação biopsicossocial; terapia ocupacional.

LUSSI, I. A. O. *Systemic concept of the human individual: self-organization and bio-psycho-social rehabilitation*. 2003. 113f. Master Thesis in Philosophy – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2003.

ABSTRACT

The present work has as its main objective to investigate the dynamics of the mental life of a person in order to verify the existence of self-organized processes in the interactions between the various aspects that compose it. It's considered that people interact with the physical and social environment, where they search for the accomplishment and expression of their experiences and subjective aspirations. Assuming the existence of a close correspondence between the subjective aspects of the mental life and the modalities of action developed by the person in the environment, the purpose here is to represent the dynamics of the individual mind as a system that embraces the interaction of several modalities of manifestation of the mental universe (identified in the field of the following categories: family, work, leisure, corporality, sociability and transcendence). Assuming also a concept of satisfaction inspired in the principle of pleasure proposed by Freud, the work discusses how in the experience of the individual these modalities complement themselves, compensate themselves or get in conflict throughout his/her life story. From the identification of these modalities and sub modalities, and their forms of interaction, we try to understand mental configurations associated to the notion of health and mental disorder, intending to elaborate the proposal of a methodological instrument capable of evaluating the temporal dynamics of the satisfaction of the individual, which eventually, will be able to receive better scientific elaboration so that in the future it can be used in the professional exercise of the occupational therapist that works in the mental health area, as a basis for the elaboration of an adequate of therapeutic intervention. Finally we considered the possibility of conceiving the activity of occupational therapy as well as any other kind of intervention within a biopsychosocial rehabilitation program as inducing signs of individual self-organization.

Key Words: self-organization; mind-body integration; biopsychosocial rehabilitation; occupational therapy.

Lista de ilustrações

Fluxograma 1 - Formação da consciência segundo Damásio.....	26
Fluxograma 2 - Ciclo funcional proposto por Jacob von Uexkull.....	29
Fluxograma 3 – Reciprocidade entre ações objetivas e subjetivas durante um processo de terapia ocupacional.....	31
Quadro 1 - Categorias do universo mental do ser humano.....	54
Figura 1: Protocolo de Talag adaptado para avaliar o grau de satisfação.....	70
Figura 2: Exemplo hipotético da auto-avaliação, por um sujeito, dos níveis de satisfação para cada categoria, ao longo de sua história de vida.....	71
Figura 3: Exemplo hipotético da auto-avaliação, por um sujeito, dos níveis de satisfação para cada categoria com os valores ajustados, ao longo de sua história de vida.....	72
Gráfico 1: Curvas de satisfação em cada categoria ao longo da vida do indivíduo.....	72
Gráfico 2: Função de satisfação do indivíduo em sua história de vida.....	73
Figura 4: Exemplo hipotético da auto-avaliação, por um sujeito que apresenta crises, dos níveis de satisfação para cada categoria, ao longo de sua história de vida.....	74
Gráfico 3: Função de satisfação do indivíduo em sua história de vida caracterizando uma crise na vida adulta.....	74

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	01
1. ALGUMAS DISCUSSÕES SOBRE A RELAÇÃO MENTE-CÉREBRO NA FILOSOFIA CONTEMPORÂNEA.....	07
1.1.O Dualismo Epistemológico Proposto por Frank Jackson.....	11
1.2.O Dualismo de Propriedades de David Chalmers.....	16
1.3.Hipótese da Continuidade entre Corpo-Cérebro-Mente Proposta por Antonio Damásio....	20
1.4.Superação do Dualismo de Propriedades pela Consideração dos Ciclos Reaferentes.....	28
2. O INDIVÍDUO COMO UM SISTEMA AUTO-ORGANIZADO.....	33
2.1.A Teoria Sistêmica.....	34
2.2.O Processo de Auto-Organização.....	40
2.3.A Função de Satisfação.....	47
3. CATEGORIAS DO UNIVERSO MENTAL DO SER HUMANO E SUAS INTERAÇÕES.....	52
3.1.Categorias do Universo Mental.....	53
3.2.Interação Entre as Categorias.....	65
3.3.Proposta de um Instrumento de Análise.....	69
4. TRANSTORNO MENTAL E REABILITAÇÃO BIOPSISSOCIAL.....	78
4.1.Reflexões acerca da Reabilitação em Psiquiatria.....	80
4.2.A Proposta de Reabilitação Biopsicossocial de Benedetto Saraceno.....	94
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	107
REFERÊNCIAS.....	111



INTRODUÇÃO

A produção de conhecimento em terapia ocupacional apresenta traços de uma epistemologia de cunho reducionista que analisa o ser humano em partes estanques, gerando dicotomias entre mente e corpo e entre indivíduo e ambiente (físico e social). Por exemplo, é comum encontrarmos pesquisas em terapia ocupacional que quantificam e caracterizam os efeitos das atividades terapêutico-ocupacionais, levando-se em conta uma única dimensão da vida da pessoa, como seus conteúdos subjetivos, ou seu comportamento motor, ou sua habilidade profissional, ou seu desenvolvimento neurológico, etc. Como reflexo dessa situação, observamos uma busca incessante por técnicas que solucionem essa ou aquela dificuldade, desconsiderando muitas vezes a história de vida e o ambiente em que o ser humano está inserido.

Na área da saúde mental o panorama científico não é diferente. Apesar de ser uma área na qual as discussões são mais abrangentes, ou seja, em que se considera a história de vida do indivíduo, deparamo-nos com uma grande necessidade de explicações científicas em relação às causas dos transtornos mentais. Vemos, principalmente, explicações de origem exclusivamente orgânica, ou psíquica, ou familiar, ou em termos de relações de classe social e, conseqüentemente, o desenvolvimento de modelos de tratamento que enfocam esses aspectos de forma exclusiva e estanque. Algumas vezes tenta-se considerar vários aspectos, porém sem levar em conta as interações que se estabelecem entre os mesmos ao longo do tempo.

No nosso ponto de vista, essa forma de produzir conhecimento está dominada pelo pensamento científico que Morin (2000, p. 188-189) denomina de “pensamento formalizante quantificante”. Para o autor, o erro desse pensamento é acreditar que “aquilo que não é quantificável e formalizável não existe ou só é a escória do real”.

Também nessa linha de pensamento, encontramos contribuições importantes em Saraceno (2001) no que se refere à área psiquiátrica. Conforme o autor, no campo da psiquiatria,

[...] a afirmação de uma exigência de “método” e de maior profissionalismo levou, na realidade, também à afirmação de uma difusa e equivocada idéia da “cientificidade”. Trata-se de uma idéia muito antiga e difícil de desaparecer, segundo a qual científico é tudo aquilo que se exprime com as categorias do quantitativo, que se refere a modelos claros e distintos, que exclui a subjetividade (SARACENO, 2001, p. 13).

Como contraposição a essa forma de produzir conhecimento, ou seja, ao pensamento formalizante quantificante, Morin (2000) propõe considerar a complexidade. Segundo o autor,

É preciso encontrar o caminho de um pensamento multidimensional que, é lógico, íntegro e desenvolva formalização e quantificação, mas não se restrinja a isso. A realidade antropológica é multidimensional; ela contém, sempre, uma dimensão individual, uma dimensão social e uma dimensão biológica. O econômico, o psicológico e o demográfico, que correspondem às categorias disciplinares especializadas, são as diferentes faces de uma mesma realidade; são aspectos que, evidentemente, é preciso distinguir e tratar como tais, mas não se deve isolá-los e torná-los não comunicantes. Esse é o apelo para o pensamento multidimensional (MORIN, 2000, p. 189).

Dessa forma, encontramos limitações nas abordagens científicas que norteiam a prática da terapia ocupacional em saúde mental, uma vez que as mesmas não conseguem abranger a totalidade da vida do indivíduo, isto é, as interações entre os diversos aspectos da sua vida mental, relacionados à família, ao corpo, ao trabalho, à sociabilidade, ao lazer e às demais formas de existência humana, além de sustentarem uma cisão entre mente-corpo-

ambiente que, a nosso ver, é um empecilho para a construção de um conhecimento mais abrangente do sofrimento psíquico.

Tomando por base esses aspectos, são primordiais para a produção de conhecimento em terapia ocupacional, a introdução e a discussão de noções que rompam com tal paradigma científico. Acreditamos que o ponto de partida é adotar uma compreensão não fragmentada de indivíduo, ou seja, que não apresente a cisão entre os diversos aspectos da mente, do corpo e do ambiente. Pensamos ser isso possível considerando-se os princípios da teoria de sistemas auto-organizados, conforme os concebem Ashby (1962), Atlan (1992) e Debrun (1996), para o estudo da dinâmica da vida mental. Portanto, constitui-se objetivo principal deste estudo investigar a dinâmica da vida mental de uma pessoa a fim de verificar a existência de processos auto-organizados nas interações entre os diversos aspectos que a compõem.

No primeiro capítulo, apresentaremos um panorama contemporâneo de algumas discussões sobre a relação mente-cérebro, apontando os principais aspectos de três teorias de relevância para nosso estudo, as de Frank Jackson, David Chalmers e António Damásio. Explicitaremos também a noção de *ciclos reafidentes*, baseada na Etologia de Jacob von Uexkull, a qual complementa nossa discussão para a compreensão da reciprocidade entre ações objetivas e subjetivas do indivíduo.

Neste trabalho, partiremos de uma abordagem sistêmica do indivíduo, que possibilite um melhor entendimento do processo pelo qual ele se organiza e se constitui como pessoa. Uma *visão sistêmica* é um enfoque científico que se preocupa com a totalidade formada pelas interações entre subsistemas e respectivos elementos, recusando um entendimento desses componentes dissociados da dinâmica integrada do sistema. Bresciani Filho e D'Ottaviano

(2000) acreditam que o tipo de interação entre os componentes seja responsável pelas funções características do sistema maior. Dessa forma, para caracterizarmos o indivíduo como um sistema, é necessária a identificação dos seus subsistemas e respectivos elementos.

No segundo capítulo, apresentaremos inicialmente os conceitos da teoria sistêmica e os princípios de um processo de auto-organização que nos darão suporte para discutir as interações entre os subsistemas que compõem a vida mental de um indivíduo. Para analisar as configurações que se estabelecem na história de vida do indivíduo, determinando sua situação em termos de saúde ou transtorno mental, partiremos da suposição de que todo ser humano tem a necessidade de alcançar certo nível de satisfação no conjunto de suas experiências, para que possa se desenvolver de modo construtivo. Na definição dessa noção de satisfação, faremos uma breve incursão no *princípio de prazer* proposto por Freud (1996, v. 12), e proporemos uma relação estreita entre os processos subjetivos ligados à busca e à realização da satisfação, por um lado, e às ações desenvolvidas pelo indivíduo no ambiente físico e social, de outro, assunto tratado na seção 3 deste capítulo.

No terceiro capítulo, empenharemo-nos em identificar os subsistemas relacionados à vida mental do indivíduo, como sua vida familiar, seu corpo, seu trabalho, suas formas de lazer e sociabilidade, etc., e seus respectivos componentes a fim de discutir as formas de interação entre eles ao longo da vida do indivíduo na tentativa de alcançar um nível satisfatório de saúde mental. A partir do estudo dessas interações entre os subsistemas e seus componentes, poderemos melhor compreender sua história de vida, e, no caso dos indivíduos portadores de transtornos mentais, programar atividades de terapia ocupacional adequadas para promover um processo construtivo de reabilitação.



Em seguida, discutiremos as interações entre os diversos aspectos da vida de um indivíduo que pode ocorrer de forma cooperativa, favorecendo sua auto-organização ao longo do tempo, ou de forma conflitiva, levando a uma auto-(des)organização. Essas interações se dão por meio de encontros entre esses aspectos que ocorrem ao acaso e são características em sistemas complexos. Ressaltaremos que tal processo é extremamente dinâmico, sendo possível conflitos que ocorrem em determinado momento possam, em um segundo momento, vir a favorecer o processo de auto-organização, assim como é possível que ajustes auto-organizadores que ocorrem em determinado momento venham a deflagrar conflitos em um momento seguinte. Argumentamos que, para que um processo auto-organizado possa ocorrer no sistema, é necessário que não haja relação de dominância entre os elementos que o compõem.

A partir da descrição das formas de interação entre as categorias e subcategorias, proporemos o esboço de um instrumento que permita ao terapeuta ocupacional, na prática, uma análise e avaliação do sistema mental do indivíduo, o qual poderá ser utilizado para um aperfeiçoamento das formas de terapia. O intuito de elaborarmos esse esboço é somente explorar algumas idéias que devem ser levadas em conta na análise da vida mental. Esse instrumento consistirá em uma interface analógica (desenhos de faces humanas apresentando sinais que vão do mal-estar ao bem-estar, em diversos graus de variabilidade), por meio do qual os sujeitos a serem analisados poderão identificar o nível de satisfação por eles encontrado em cada uma das suas modalidades de experiência, ou seja, os subsistemas família, corpo, trabalho, etc. e seus respectivos componentes.

A partir das respostas dadas pelo sujeito para cada um dos itens solicitados, o terapeuta ocupacional poderá fazer uma avaliação da sua vida mental e planejar as atividades



terapêuticas mais adequadas para facilitar a reabilitação biopsicossocial desse indivíduo. Inclusive, caso seja possível obter esses dados em diferentes momentos da história de vida do indivíduo, o terapeuta poderá traçar graficamente a evolução da curva da função de satisfação ao longo do tempo. Na análise dessa evolução, tomaremos como pressuposição a já referida necessidade de obtenção, a cada momento, de um nível mínimo de satisfação, relativo ao perfil de personalidade do indivíduo, sua faixa etária e outros fatores dignos de consideração. Desse modo, poderemos sugerir que, ao longo de sua vida, o sujeito terá maiores chances de apresentar crises e transtornos mentais se sua curva de satisfação atingir valores abaixo do nível mínimo estabelecido, assim como terá maiores possibilidades de apresentar condições de saúde mental caso a curva se inscreva acima deste patamar.

A partir dessa discussão, analisaremos, finalmente no quarto capítulo, as relações entre reabilitação biopsicossocial e auto-organização. Argumentamos que, dos modelos de reabilitação utilizados em psiquiatria, a proposta da reabilitação biopsicossocial é a que mais se aproxima de um processo auto-organizado. Essa discussão poderá contribuir de forma conceitual e operativa na implantação de programas e serviços de saúde mental.

1. ALGUMAS DISCUSSÕES SOBRE A RELAÇÃO MENTE-CÉREBRO NA FILOSOFIA CONTEMPORÂNEA

A relação mente-corpo tem sido foco de atenção e investigação no campo da filosofia contemporânea. Essa polêmica relação foi colocada em pauta a partir de diversas críticas ao paradigma dualista estabelecido no período moderno por Descartes (1999b), propondo que o ser humano seria composto por duas substâncias: a mente ou substância pensante e o corpo ou substância extensa. Dessa forma, a mente ou alma – termo também utilizado por Descartes para referir-se à substância pensante – seria concebida como algo imaterial e o corpo como algo material. Esta divisão do ser humano traz vários problemas na compreensão da relação entre as duas substâncias, como, por exemplo, explicar como elementos tão distintos, aparentemente incompatíveis, podem se influenciar reciprocamente. Descartes em sua obra *As Paixões da Alma*, escrita em 1645-1646 descreve que a intersecção entre a mente e o corpo ocorre na parte mais interior do cérebro, concebido como substância material. Argumenta,

[...] apesar de a alma estar unida à totalidade do corpo, existe nele alguma parte em que ela exerce suas funções mais diretamente do que em todas as outras; e é comumente aceito que esta parte seja o cérebro, ou talvez o coração. [...] Porém, ao analisar o problema cuidadosamente, parece-me haver percebido com clareza que a parte do corpo em que a alma exerce diretamente suas funções não é de maneira alguma o coração, nem o cérebro todo, mas apenas a mais interior de suas partes, que é uma determinada glândula muito diminuta, situada no meio de sua substância, e de tal modo suspensa por cima do conduto por onde os espíritos de suas cavidades anteriores mantêm comunicação com os da posterior, que os menores movimentos que nela existem podem concorrer bastante para modificar o curso desses espíritos, e, reciprocamente, as menores modificações que ocorrem no curso dos espíritos podem concorrer muito para modificar os movimentos dessa glândula (DESCARTES, 1999a, p. 124).

O que o levou a considerar essa pequena glândula, ou seja, a glândula pineal como a “sede da alma” foi o fato dela ser o único local do cérebro humano no qual as imagens ou outras impressões vindas dos órgãos dos sentidos – que são todos duplos, por exemplo, dois

olhos, duas mãos, duas orelhas etc. – poderiam se unir “antes de chegar à alma, para que não lhe representem dois objetos em vez de um só”, visto que “temos um único e simples pensamento sobre uma mesma coisa ao mesmo tempo” (DESCARTES, 1999a, p. 124-125).

Algumas correntes da filosofia da mente criticam essa teoria evidenciando a não dissolução do problema da relação mente-corpo na explicação de Descartes (1999a) pela glândula pineal e apontam que, para superar o problema dessa relação, é preciso derrubar esse tipo de dualismo, denominado por Churchland (1988) de *dualismo ontológico ou de substância*. Como exemplo desse ponto de vista, podemos encontrar a abordagem funcionalista que identifica os estados mentais em termos funcionais. Portanto, para o funcionalismo não é relevante a composição da matéria, mas sim a estrutura funcional que esta matéria sustenta, sendo a noção de comportamento fundamental para esta abordagem (BLOCK, 1980). Um outro exemplo é a teoria da identidade, a qual postula que mente e cérebro são idênticos, mas se manifestam em modalidades distintas (CHURCHLAND, 1988).

Porém, entre os filósofos que se posicionam contrariamente ao dualismo de substância cartesiano, encontram-se diversas abordagens que assumem formas de dualismo mais atenuadas, como o dualismo *epistemológico* (JACKSON, 1982) ou *de propriedades* (CHALMERS, 1996). Tanto o dualismo epistemológico quanto o dualismo de propriedades postulam a não existência de duas substâncias distintas, porém as propriedades da mente, concebidas como propriedades subjetivas, são totalmente distintas das propriedades do corpo, concebidas como propriedades objetivas. De acordo com essas visões, respectivamente, o conhecimento (JACKSON) ou as propriedades (CHALMERS) da subjetividade e da objetividade seriam incompatíveis. Para o dualismo epistemológico, o conhecimento dos processos físicos não é suficiente para se obter conhecimento dos processos psicológicos, ou

seja, para se ter a correspondente experiência subjetiva. Para o dualismo de propriedades, um sistema físico não pode ter propriedades mentais, ou seja, predicados mentais e físicos não podem denotar um mesmo sistema.

Segundo Churchland (1988), nas abordagens dualistas estão presentes duas vertentes. Primeiro, o *epifenomenalismo* que entende a mente como fenômeno emergente de um organismo altamente complexo, vindo a se tornar autônoma em relação ao corpo, e em segundo lugar o *interacionismo* que considera as propriedades mentais como tendo efeito causal sobre o cérebro e, conseqüentemente, sobre o mundo físico. Um dualista desse tipo acredita então que as ações de um indivíduo poderiam ser causadas por estados subjetivos como desejos, intenções, vontades, etc. Para Churchland, esse tipo de dualismo carrega em si a noção de irredutibilidade: os estados e as propriedades mentais seriam irredutíveis às características organizacionais da matéria, ou aos processos cerebrais, os quais, segundo ele, seriam de natureza puramente material.

Uma das correntes epistemológicas que se posiciona contra todo tipo de dualismo é a *fisicalista reducionista*, que procura explicar os fenômenos da mente a partir de causas e leis físicas. O reducionismo pode ter também caráter *ontológico* quando assume que os estados mentais, em última análise, *nada mais sejam* que estados físicos. Essa visão pode ser encontrada no *materialismo eliminativista* originalmente proposto por Churchland (1988), que propunha a eliminação do vocabulário *mentalista* da psicologia em prol de uma descrição dos processos cerebrais pelas neurociências.

Mais recentemente, também tem sido proposto um *naturalismo não-reducionista* (PEREIRA JÚNIOR, 2001), entendendo-se que, embora o naturalismo procure explicar os

processos mentais em termos de processos físicos, isso não significa que todos os processos físicos se reduzam a um tipo único de processo (por exemplo, os processos materiais envolvendo corpos extensos, que foram enfocados pela física newtoniana). Para o naturalismo não-reducionista, os processos físicos no nível psicológico não se reduzem aos processos físicos orgânicos, e os orgânicos não se reduzem aos inorgânicos, assim como os processos inorgânicos informacionais não se reduzem aos materiais etc. A irreducibilidade ocorreria tanto em nível epistemológico, isto é, da explicação científica, quanto em nível metafísico, isto é, daquilo que se acredita constituir a estrutura da realidade.

O estudo dos processos conscientes também tem sido foco de investigação na tentativa de uma maior elucidação de como se processa a problemática relação mente-cérebro. Acredita-se que pela explicação da formação da consciência se possa compreender as bases dos processos mentais, sendo estas físicas ou algo além das entidades físicas.

Dessa forma, diversos filósofos, mais especificamente da área da filosofia da mente, entre eles Daniel Dennett (1997), David Chalmers (1996), Frank Jackson (1982), John Searle (1998), Thomas Nagel (1974), Paul Churchland (1988), Colin McGinn (1982), entre outros, assim como muitos neurocientistas, entre eles António Damásio (2000), têm se empenhado na difícil tarefa de postular teorias que expliquem a consciência, na tentativa de esclarecer como se processa a relação mente-cérebro. Tendo já delineado as principais posições encontradas neste debate contemporâneo sobre a relação mente-cérebro, ou seja, as visões do dualismo de substância, do dualismo de propriedades, do dualismo epistemológico, do materialismo, do fisicalismo, do naturalismo não-reducionista, iremos agora nos deter em três visões diferentes em relação a esta questão, a saber, o dualismo epistemológico, o dualismo de propriedades e a proposta da continuidade entre corpo-cérebro-mente que nos auxiliarão na investigação da

dinâmica da vida mental do indivíduo, objetivo principal deste estudo. Optamos por focar duas visões dualistas neste trabalho, pois, embora não nos supram teoricamente com uma explicação da relação mente-cérebro, apresentam argumentos relevantes para a discussão da experiência subjetiva. Já na proposta da continuidade entre corpo-cérebro-mente, encontramos subsídios para sustentar a nossa discussão referente aos mecanismos de regulação recíproca entre as experiências subjetivas e ações objetivas.

Primeiramente, analisaremos a proposta apresentada por Frank Jackson (1982), que propõe um *dualismo epistemológico* entre o conhecimento dos fenômenos físicos e mentais; em seguida, apresentaremos a teoria do *dualismo de propriedades* de David Chalmers (1996), que recusa a superveniência lógica (reducionista), mas considera a possibilidade de uma superveniência natural (não-reducionista) entre os processos físicos e mentais e, finalmente, explicitaremos alguns pontos da teoria biológica da consciência elaborada por António Damásio (2000), a qual propõe uma *continuidade* entre corpo-cérebro-mente, e a noção de *ciclos reafidentes*, baseada na Etologia de Jacob von Uexkull (1957), sobre a formação de um mundo interno em espécies animais que pode ser adotada como um complemento à proposta de Damásio, no sentido de superar o dualismo de propriedades de Chalmers.

1.1. O Dualismo Epistemológico Proposto por Frank Jackson

As teorias da consciência deparam-se com uma questão bastante polêmica a respeito da natureza das qualidades subjetivas da experiência, ou *qualia*. Várias correntes reducionistas se recusam a enfrentar essa questão, preferindo negar a realidade dos *qualia*.



Nomeado por si próprio como um *qualiófilo*, Frank Jackson propõe, no argumento descrito em seu artigo *Epiphenomenal Qualia* (1982), um ponto de vista epifenomenalista. Jackson faz parte da corrente filosófica que argumenta contra a abordagem fisicalista reducionista. Para ele, a explicação física de sensações corporais e de certas experiências perceptivas deixa algo de fora e utiliza-se da experiência de pensamento conhecida como *argumento de Mary* para defender sua proposta.

Mary é uma cientista que estuda neurofisiologia da visão em um quarto preto e branco com um monitor de TV também em preto e branco. Assim, ela consegue ter a informação física sobre o funcionamento de todo o sistema visual para a discriminação das cores, mas não conhece a sensação fenomênica de cor. As perguntas que Jackson faz são: quando ela sai do quarto preto e branco e toma contato com o mundo externo, ela adquire um novo conhecimento? Nessa experiência existe algo de novo? Para o autor, é óbvio que ela aprenderá algo novo da experiência visual no contato com o mundo externo. Sendo assim, ele afirma que todo o conhecimento físico prévio de Mary não é suficiente para explicar a experiência visual, ao contrário, é um conhecimento incompleto e, portanto, o fisicalismo é falso.

No mesmo artigo, Jackson contrapõe seu argumento ao anteriormente apresentado por Thomas Nagel, ressaltando que é importante distinguir um do outro. Nagel, em seu artigo *What is it like to be a bat?* (1974), argumenta que nenhuma informação física sobre o morcego pode nos fazer saber como é ser um morcego. Para ele, a perspectiva do morcego é única, portanto *como é ser um morcego* é uma experiência de primeira pessoa e só pode ser entendida a partir do ponto de vista do próprio morcego, sendo inexplicável em termos objetivos, ou do ponto de vista de terceira pessoa, adotado como paradigmático pela ciência

empírica. Com o argumento de *como é ser...*, Nagel (1974) também quer refutar o fisicalismo reducionista, porém Jackson (1982) aponta que é difícil tomá-lo como uma objeção pertinente, pois o próprio Nagel reconhece que o problema é que os morcegos são diferentes demais dos seres humanos. A intenção do argumento do conhecimento de Jackson (1982) seria mostrar que a explicação fisicalista é insuficiente para dar conta da *qualidade da experiência* do ser humano e não para oferecer um *ponto de vista teórico* sobre a experiência da cor.

Tanto Nagel quanto Jackson acreditam que os fenômenos mentais seriam abordáveis exclusivamente na perspectiva de primeira pessoa. Já Colin McGinn (1982) afirma que tais fenômenos poderiam ser abordados tanto na perspectiva de primeira como na de terceira pessoa. Para ele, os fenômenos mentais parecem ser algo puramente físico, ao mesmo tempo em que possuem qualidades que não parecem ser físicas, como argumenta,

When we think reflectively of mental phenomena we find that we acknowledge them to possess two sets of properties: one set which invites us to distinguish the mental realm from the physical, the other which firmly locates the mental within the physical world. Among the first set of properties are subjectivity, infallible first-person knowledge, consciousness, meaning, rationality, freedom and self-awareness. These properties are not to be found in the world of mere matter, and so lead us to suppose the mind to be set apart from the physical body: we seem compelled to accord a sui generis mode of reality to mental phenomena¹ (MCGINN, 1982, p. 16, grifo do autor).

Porém, continua,

[...] on the other hand, we have to reckon with another set of truths about the mental, apparently pushing us in the opposite direction: mental phenomena cannot

¹ Quando pensamos ponderadamente sobre fenômenos mentais, achamos que os reconhecemos como possuidores de dois grupos de propriedades: um que nos convida a distinguir a esfera mental da física e outro que estabelece solidamente o mental no mundo físico. Entre o primeiro grupo de propriedades estão a subjetividade, o conhecimento infalível de primeira pessoa, a consciência, a significação, a racionalidade, a liberdade e a auto-percepção. Essas propriedades não são encontradas no mundo do meramente material, e assim nos levam a supor que a mente esteja separada do corpo físico: nos vemos obrigados a concordar com uma maneira *sui generis* de realidade para fenômenos mentais.

be conceived as quite outside the physical world, as abstract entities such as numbers have been supposed to be, enjoying no commerce with mere matter. Thus we equally recognize the following truths: that the mind has some sort of spatio-temporal location, roughly where the body is; that each mind has a characteristic mode of embodiment determined by its capacities to perceive and act – indeed that the notion of a disembodied mind is (to say the least) of dubious coherence; that there are causal connections of many kinds between mental events and physical events; that the brain, itself a physical organ of the body, is intimately related to mental activity, its integrity and functioning necessary to the integrity and functioning of the mind² (MCGINN, 1982, p. 16, grifo do autor).

Dessa forma, McGinn (1982) sustenta que existe uma relação causal entre fenômenos mentais e físicos. Argumentamos que essa conexão causal pode sugerir indícios de um processo de auto-organização, porém não aparece nessa concepção a interação com o meio ambiente, aspecto fundamental num processo que se auto-organiza. Os processos de auto-organização serão tratados de forma mais aprofundada no próximo capítulo desta dissertação. Portanto, podemos contrapor a visão de McGinn (1982) ao dualismo epistemológico de Jackson (1982), cujo argumento está baseado na inexistência de aspectos físicos relevantes para a mente. Tomando-se como base a visão mais ampla de McGinn, podemos argumentar, contra Jackson, que o conhecimento das bases físicas da experiência dos *qualia*, mesmo sendo um conhecimento puramente teórico, poderia fornecer a Mary subsídios para sua experiência.

Podemos conceber que exista uma parte de verdade no argumento de Jackson (1982), tomando-se como base a distinção entre conhecimento teórico e conhecimento prático. Se pensarmos nas questões que nos intrigam a respeito da experiência psicótica, podemos argumentar, baseados na concepção de Jackson, que saber toda a teoria sobre uma experiência psicótica não é suficiente para se saber o que é ter uma experiência psicótica. O indivíduo que

² [...] por outro lado, temos que levar em conta um grupo de verdades em relação ao mental, aparentemente em direção contrária: fenômenos mentais não podem ser concebidos como absolutamente *fora* do mundo físico, como entidades abstratas tais como os números, não desfrutando de nenhuma relação com o material. Dessa forma, reconhecemos igualmente as seguintes verdades: que a mente possui algum tipo de localização espaço-temporal, aproximadamente onde o corpo está; que cada mente possui um modo característico de corporificação determinada por sua capacidade de perceber e agir – na verdade, a noção de não-corporificação da mente é (no mínimo) de coerência duvidosa; que há conexões causais de vários tipos entre eventos mentais e eventos físicos; que o cérebro, um órgão físico do organismo, está intimamente relacionado à atividade mental, e sua integridade e funcionalidade são necessárias para a integridade e funcionalidade da mente.

vivenciou a crise sabe algo mais sobre a psicose se comparado ao médico psiquiatra que nunca vivenciou uma crise psicótica. Porém, isso não significa que a teoria da psicose nada tenha de importante a revelar sobre a experiência psicótica.

Fazendo uma outra analogia, seria como a situação de um recém-formado em agronomia, que possui inúmeros conhecimentos teóricos sobre como tratar de um rebanho de búfalos, mas, tendo sido criado no ambiente urbano, nunca tenha visto um búfalo. Com certeza, a visão do primeiro búfalo irá trazer elementos cognitivos e afetivos novos, porém isso não significa que seu conhecimento teórico seja inútil para enriquecer a nova experiência.

Em conclusão, parece-nos que o argumento de Jackson (1982) tem uma parte válida e uma outra inválida, pois existe de fato algo de novo na experiência prática em relação ao conhecimento puramente teórico, mas isso não implica que o conhecimento teórico, em termos físicos, não tenha nenhum valor informacional, nenhuma semelhança de forma em relação à experiência prática. Exemplos de previsões puramente teóricas que vieram a se confirmar na prática são freqüentes na física; por exemplo, a previsão da existência de buracos negros (GREENE, 1999). Com certeza, o conhecimento prático de buracos negros, isto é, de ser absorvido por um deles, vai além do conhecimento teórico baseado nas equações da teoria da relatividade geral, mas o conhecimento teórico já traz boas indicações sobre como seria essa experiência prática, ou seja, que seria um processo extremamente destrutivo sob o ponto de vista da vida humana.

Vimos nessa seção algumas concepções dualistas a respeito do conhecimento dos fenômenos físicos e mentais que tentam explicar a polêmica relação mente-corpo. Essas concepções postulam que o conhecimento de fenômenos físicos não é suficiente para a



explicação da experiência subjetiva, porém não nos oferecem um argumento forte a respeito de como se processa a relação entre tais fenômenos. No nosso ponto de vista, o dualismo epistemológico não oferece subsídios consistentes para a explicação da relação mente-corpo por sustentar uma cisão entre fenômenos físicos e experiência subjetiva. Analisaremos, na próxima seção, os principais argumentos do dualismo de propriedades a fim de encontrarmos explicações que não postulem uma cisão na relação mente-corpo e que considerem o ambiente nesta relação.

1.2. O Dualismo de Propriedades de David Chalmers

David Chalmers é um filósofo da mente que propôs uma abordagem da consciência em seu influente livro *The Conscious Mind* (1996). Para ele, a consciência é irreduzível às categorias da ciência empírica, ou seja, possui características subjetivas que não podem ser explicadas em termos de propriedades objetivamente mensuráveis. A fim de demonstrar sua teoria, o autor utiliza-se do conceito de superveniência, pois acredita que esse conceito sustenta a argumentação da irreducibilidade da consciência. Ele considera que existe *superveniência lógica* de propriedades B em relação a propriedades A, quando não houver duas situações logicamente possíveis idênticas com respeito às propriedades A, mas distintas com respeito às propriedades B. No entanto, frisa a distinção entre superveniência lógica (ou conceitual) e superveniência natural (ou normativa, ou empírica), pois seu objetivo é demonstrar que a consciência não é superveniente logicamente do físico. A superveniência natural acontece quando, segundo uma lei da natureza, fatos A acarretam fatos B, ou seja, quando as propriedades A são instanciadas, as propriedades B também o são. Coloca ainda

que geralmente a superveniência natural vem acompanhada da superveniência lógica, mas nem sempre isso ocorre.

Chalmers (1996) utiliza-se desses conceitos para demonstrar que a consciência não pode ser explicada redutivamente. Para ele, nas experiências fenomênicas não ocorre a superveniência lógica, o que tenta demonstrar por meio de alguns argumentos, tais como *a possibilidade lógica de zumbis*, *a assimetria epistêmica* e *a ausência de análise*. Além disso, propõe a hipótese do dualismo de propriedades, sustentando que as propriedades mentais subjacentes às experiências conscientes seriam independentes das propriedades físicas do sistema cerebral distribuído que as suporta.

O argumento denominado *a possibilidade lógica de zumbis* mostra, de forma bastante clara, a rejeição por Chalmers da idéia de que fatos fenomênicos supervêm logicamente aos fatos físicos. Nesse argumento, Chalmers (1996) supõe que exista um mundo exatamente idêntico ao nosso, onde tudo que seja passível de observação da perspectiva de terceira pessoa seja exatamente igual ao nosso mundo, com uma única diferença: naquele mundo não existem experiências conscientes. Dessa forma, nesse mundo possível existe uma réplica de cada um de nós, mas uma vez que essas réplicas não têm experiências conscientes são zumbis. Estes zumbis são funcionalmente idênticos aos seus originais, processam o mesmo tipo de informação e se comportam exatamente da mesma maneira. Não há nada em que diferem, em termos físicos, os zumbis de seus originais.

Para provar que esse é um argumento forte contra a superveniência lógica da consciência, Chalmers recorre à tese funcionalista da múltipla realização física de uma determinada organização funcional:



[...] *we can indirectly support the claim that zombies are logically possible by considering nonstandard realizations of my functional organization. My functional organization – that is, the pattern of causal organization embodied in the mechanisms responsible for the production of my behavior – can in principle be realized in all sorts of strange ways*³ (1996, p. 97, grifo do autor).

Nesse sentido, o autor faz um paralelo com os exemplos da nação chinesa de Ned Block (1980), no qual o cérebro humano é simulado, em uma experiência de pensamento, por uma reunião de bilhões de chineses munidos de rádios transmissores que os conectem, e do isomorfo de silício organizado como um ser humano, porém com chips de silício ao invés de neurônios. Para Chalmers, uma vez que seja conceitualmente coerente que a nação chinesa ou o isomorfo de silício tenham experiência consciente, o zumbi também é uma possibilidade coerente.

Em outros argumentos, Chalmers (1996) mostra que, em virtude da assimetria epistêmica que a consciência apresenta, de acordo com o exemplo de Mary, esta não pode supervir logicamente de fatos físicos, pois se isso ocorresse não haveria tal assimetria. O argumento do conhecimento de Jackson também seria contra a superveniência lógica. Esse mostra claramente que os fatos físicos não nos revelam sobre *com o que se parece* a experiência consciente.

Chalmers (1996) ressalta que explicar a estrutura física do cérebro e o desempenho de suas funções não é o mesmo que explicar a consciência, porém isso não quer dizer que os fatos físicos sejam irrelevantes para a explicação da consciência. Provavelmente, numa teoria da consciência eles fornecem informações sobre a base física da consciência e a correlação

³ [...] indiretamente conseguimos apoiar a idéia de que zumbis são logicamente possíveis considerando *realizações não padronizadas* de minha organização funcional. Minha organização funcional – isto é, o padrão de organização causal incorporado nos mecanismos responsáveis pela produção de meu comportamento – em princípio pode ser realizada em todos os tipos de caminhos estranhos.

entre os aspectos dos processos físicos e da experiência consciente. Desse modo, ele se afasta dos filósofos que propõem um abismo intransponível entre o físico e o mental.

Na tentativa de explicitar como seria um *problema difícil* tentar oferecer uma explicação científica da consciência, Chalmers (1996) reconhece que sua teoria comporta um tipo de dualismo de propriedades. Para ele, a experiência consciente possui propriedades fenomênicas (os *qualia*), que não são supervenientes logicamente de propriedades físicas do ser que tem essa experiência, mesmo que sejam dependentes daquelas em virtude de leis. O autor ressalta que assumir esse aspecto da consciência é diferente de admitir que existam substâncias separadas (dualismo de substância de Descartes), porém, é admitir que existem propriedades fenomênicas que sejam independentes das propriedades físicas.

Assim, Chalmers (1996) propõe uma teoria psicofísica que seria, em sua análise, um complemento da ciência física. Esse seria o caminho para explicar de que forma as propriedades fenomênicas dependem de propriedades físicas. A este tipo de dualismo denomina de *naturalista*, explicando:

*It is naturalistic because it posits that everything is a consequence of a network of basic properties and laws, and because it is compatible with all the results of contemporary science. And as with naturalistic theories in other domains, this view allows that we can explain consciousness in terms of basic natural laws. There need be nothing especially transcendental about consciousness; it is just another natural phenomenon*⁴ (CHALMERS, 1996, p. 128, grifo do autor).

Embora essa visão seja mais abrangente que a de Jackson (1982), ela ainda não é adequada, no nosso ponto de vista, para explicar a relação mente-corpo, uma vez que

⁴ Isto é naturalista porque pressupõe que tudo seja consequência de uma rede de propriedades essenciais e leis, e porque é compatível a todos os resultados da ciência contemporânea. E como com as teorias naturalistas em outros domínios, este ponto de vista permite que consigamos *explicar* a consciência em termos de leis naturais elementares. Não há necessidade de haver algo especialmente transcendental em relação à consciência; é apenas outro fenômeno natural.

transforma o dualismo corpo-mente em um novo tipo de dualismo, assumindo assim uma dicotomia entre aspectos subjetivos e objetivos da experiência humana. Nessa perspectiva, a explicação científica dos fenômenos mentais se torna um *problema difícil*, cuja solução implicaria em uma revolução metodológica de grande porte na ciência.

Assim, podemos concluir que as concepções apresentadas nessa seção a respeito do dualismo de propriedades não são suficientes para responder nossas questões a respeito da relação mente-corpo-ambiente, pois, embora sustentem a existência de uma correlação entre fatos físicos e mentais, não consideram a influência do ambiente na ocorrência desse evento, além de assumir uma cisão entre objetividade e subjetividade em relação à experiência humana, como citamos acima. Trabalhos recentes na área de neurociência, como os de Damásio (2000), têm contribuído no debate da relação mente-corpo, revelando a ligação de estados mentais a bases biológicas do cérebro. Analisaremos, na próxima seção, os fundamentos da teoria biológica da consciência, a qual sugere uma continuidade entre corpo-cérebro-mente.

1.3. Hipótese da Continuidade Corpo-Cérebro-Mente Proposta por António Damásio

Diversos estudos neurocientíficos atuais tentam revelar a natureza físico-biológica da consciência, o que iria, em parte, contra a perspectiva adotada por Chalmers (1996), relatada na seção anterior. Ressaltamos o trabalho de António Damásio no livro *O Mistério da Consciência* (2000), no qual oferece uma teoria biológica da consciência. O caminho que o autor utiliza para isso é a emoção, ou seja, compreender como a emoção se torna consciente.



Segundo Damásio (2000), do ponto de vista da neurobiologia, o problema da consciência envolve a compreensão do engendramento dos padrões mentais para um objeto, pelo cérebro humano, juntamente com um sentido do *self* no ato de conhecer esse objeto. Assim, o conhecimento consciente parte de dois fatores: uma relação do organismo com o objeto e uma modificação no organismo causada por este objeto.

Para entender a biologia da consciência seria preciso, segundo Damásio (2000), saber como o cérebro constrói padrões neurais que mapeiam o organismo, o objeto e a relação entre os dois. Porém, a representação do organismo pelo cérebro é ainda obscura e, de acordo com o autor, tem-se dado pouca importância ao papel que a mente e a noção de *self* desempenham nessa representação. Para ele, isso ocorre em função da dificuldade de explicação sobre como o *self* é gerado no cérebro.

Conforme Damásio (2000), a cada momento o cérebro reconstrói o sentido do *self* e esse emerge do *proto-self* que é definido como “um conjunto coerente de padrões neurais que mapeiam, a cada momento, o estado da estrutura física do organismo nas suas numerosas dimensões” (p. 201, grifo do autor). O autor ressalta ainda que estes padrões são de primeira ordem e ocorrem em diversos níveis do cérebro, do tronco ao córtex cerebral, em estruturas interligadas por vias neurais que exercem função no processo de regulação do estado do organismo.

O *proto-self*, salienta o autor, não é consciente, não tem capacidade de percepção, não tem conhecimento e a linguagem não é parte de sua estrutura. Ele possibilita o *self* central e a produção da consciência central (DAMÁSIO, 2000).



Quando um organismo interage com um objeto (real ou evocado), ocorre um relato no organismo, que é uma narrativa simples e sem palavras, desenvolve-se no tempo e tem começo, meio e fim. Dessa forma, nosso organismo constrói e exhibe internamente um conhecimento sem palavras do organismo modificado por um objeto e esta é a base de um mecanismo consciente. A consciência central ocorre quando um objeto (real ou evocado) afeta o estado do organismo que o está processando, gerando, pelos mecanismos cerebrais de representação, um relato imagético, não verbal deste estado do organismo afetado e quando esse processo realça a imagem do objeto causativo, destacando-o assim em um contexto espacial e temporal (DAMÁSIO, 2000).

Juntamente com a consciência central surge o *self* central, o qual é definido pelo autor como sendo:

[...] inerente ao relato não verbal de segunda ordem que ocorre toda vez que um objeto modifica o proto-self. O self central pode ser acionado por qualquer objeto. O mecanismo de produção do self central sofre mudanças mínimas no decorrer de toda a vida. Somos conscientes do self central (DAMÁSIO, 2000, p. 225).

Em organismos mais complexos como o ser humano, existe uma capacidade de memória que registra os momentos de reconhecimento da própria existência. Essa memória, chamada de autobiográfica, é composta pelos registros de quem somos e temos sido, física e comportamentalmente, ao longo de nossa existência e nos dá condições de planejarmos quem seremos no futuro. Ela também possibilita o aparecimento do *self* autobiográfico. Conforme aponta,

O self autobiográfico baseia-se na memória autobiográfica, que é constituída por memórias implícitas de múltiplos exemplos de experiência individual do passado e do futuro antevisto. Os aspectos invariáveis da biografia de um indivíduo formam a base da memória autobiográfica. A memória autobiográfica cresce continuamente com a experiência de vida, mas pode ser parcialmente remodelada para refletir novas experiências. Conjuntos de memórias que descrevem a identidade e a pessoa podem

ser reativados como um padrão neural e explicitar-se como imagens sempre que necessário. Cada memória reativada opera como um “algo a ser conhecido” e gera seu próprio pulso de consciência central. O resultado é o *self* autobiográfico do qual somos conscientes (DAMÁSIO, 2000, p. 225).

Argumentamos que o processo de formação do *self* autobiográfico sustentado por Damásio apresenta princípios de um processo de auto-organização, uma vez que se reestrutura a partir de si mesmo com a ocorrência de mecanismos de aprendizagem na constituição da memória autobiográfica. É evidente também que o ambiente tem papel fundamental no processo de formação do *self* autobiográfico, outro aspecto importante em processos auto-organizados que não identificamos nas argumentações de McGinn (1982), como citamos na seção 1.1 deste trabalho. Aprofundaremos essas questões a respeito dos processos auto-organizados no próximo capítulo desta dissertação.

Quando evocamos objetos na memória, suas imagens também contribuem na geração da consciência central. Isso ocorre pelo fato de que, além dos aspectos da estrutura física de um objeto, armazenamos na memória características motoras da interação de nosso organismo com o objeto no processo de apreender, ou seja, nossas reações emocionais em relação ao objeto, nosso estado físico e mental mais amplo no momento de estabelecer uma relação com o objeto para apreendê-lo (Damásio, 2000).

Segundo Damásio, enquanto a consciência central ocorre no aqui e agora, existe um outro tipo de consciência que vai além, tanto em direção ao passado quanto ao futuro. É a consciência ampliada que engloba a consciência central, porém em um contexto mais amplo e em um espaço de tempo mais longo. Essa consciência está relacionada com partes do registro autobiográfico, uma vez que tem como base um *você* ligado ao passado vivido e ao futuro antevisto.

A consciência ampliada permite que se acesse um vasto panorama de conhecimento a partir do *self* autobiográfico que depende de reativações contínuas de memórias autobiográficas. Dessa forma, ela é a capacidade que o indivíduo possui de gerar a perspectiva individual, de propriedade e de agente sobre uma quantidade de conhecimentos maior do que aquela atingida pela consciência central. Seu desenvolvimento baseia-se nesta última a cada momento e, assim, se esta é removida, a consciência ampliada deixa de existir, mas o inverso não ocorre (DAMÁSIO, 2000).

Damásio afirma que esses dois tipos de consciência são estabelecidos pelo genoma, porém o fator cultural tem grande importância no desenvolvimento da consciência ampliada podendo influenciá-lo, o que não acontece com a central. Para ele, a consciência ampliada é responsável por uma série de capacidades mentais executadas pelo organismo humano, como por exemplo:

[...] criar artefatos úteis, levar em consideração a mente de outra pessoa, entender as mentes de uma coletividade, sofrer com uma dor em vez de apenas sentir a dor e reagir a ela, perceber em si mesmo e nos outros a possibilidade da morte, valorizar a vida, construir um senso do bem e do mal distinto do de prazer e dor, levar em conta os interesses de outra pessoa e da coletividade, perceber a beleza em vez de apenas sentir prazer, perceber uma discordância de sentimentos e depois uma discordância de idéias abstratas, o que é a origem do senso da verdade (DAMÁSIO, 2000, p. 294).

Destas capacidades mentais, duas são fundamentais para a distinção humana:

[...] primeira, a capacidade de elevar-se acima dos ditames da vantagem e da desvantagem impostos pelas necessidades de sobrevivência e, segunda, a percepção crítica de discordâncias, que leva à busca da verdade e ao desejo de criar normas e ideais para o comportamento e para a análise dos fatos (DAMÁSIO, 2000, p. 294 – 295).

Para Damásio, essas duas capacidades mentais possibilitam a função verdadeiramente humana que é a consciência moral. Desse modo, a formação da consciência, segundo ele, poderia ser ilustrada no Fluxograma 1 que se encontra descrito a seguir.

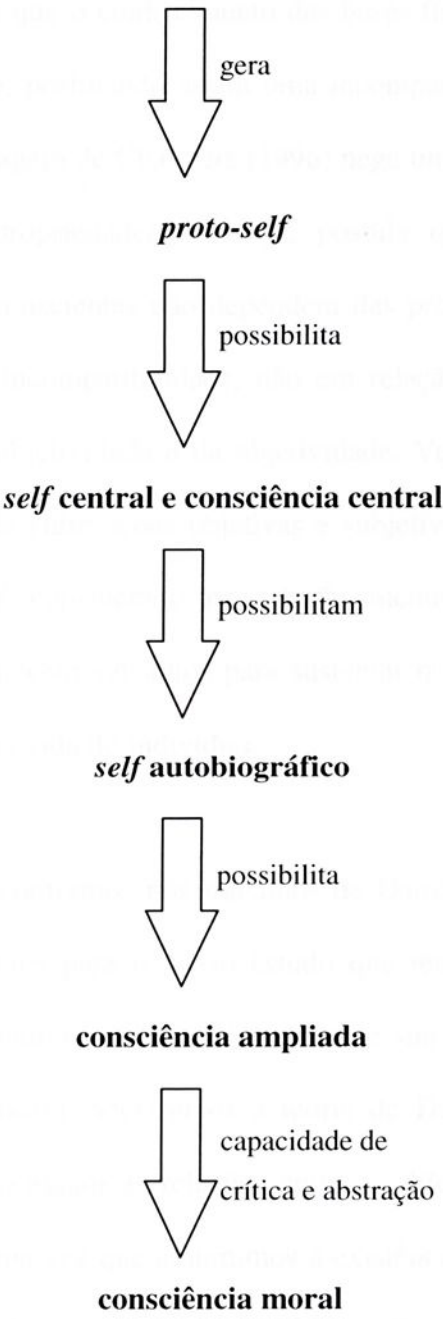
Embora Damásio não se refira explicitamente, em sua teoria, às propriedades subjetivas da experiência, ele se refere a propriedades que são caracteristicamente mentais, como o sentido de *self*. Dessa forma, seu trabalho pode ser evocado para a discussão do *problema difícil* da consciência.

Observamos que a estratégia explicativa de Damásio se baseia na existência de sucessivos mapeamentos entre partes do cérebro, entre o cérebro e o restante do corpo, e entre o corpo e o ambiente em que o organismo se insere. Da dinâmica desses mapeamentos, vêm emergir as propriedades mentais, como o *proto-self* e o *self*. Podemos, portanto, inferir que as propriedades deste *self* não seriam independentes das propriedades dos sistemas e subsistemas físico/biológicos cujo mapeamento dinâmico o engendra.

Ao compararmos essa teoria com a teoria de Chalmers (1996) descrita na seção anterior, podemos concluir que, como esses mapeamentos dinâmicos ainda não foram codificados em termos de uma lei da natureza (e possivelmente não sejam passíveis de serem capturados desta forma), então fica difícil, no momento, caracterizar esse processo de emergência do *self* como uma superveniência natural. Contudo, fica clara a continuidade desse processo, ou seja, de acordo com a proposta de Damásio, não há nenhuma ruptura entre o biológico e o mental, sendo ainda a emoção o elo que permite a transição entre estados corporais e estados mentais.

Fluxograma 1: FORMAÇÃO DA CONSCIÊNCIA SEGUNDO DAMÁSIO

Sinalização neural inconsciente de um organismo individual



Vimos até aqui os argumentos de Jackson, Chalmers e Damásio a respeito da relação mente-corpo, ou mente-cérebro como apontamos neste trabalho. A abordagem epistemológica de Jackson (1982), apesar de levantar questões interessantes a respeito do conhecimento objetivo e subjetivo, sustenta que o conhecimento das bases físicas da experiência subjetiva não é relevante para a mente, postulando assim uma incompatibilidade entre conhecimento objetivo e subjetivo. A abordagem de Chalmers (1996) nega um dualismo de substância, mas sustenta um dualismo de propriedades, ou seja, postula que as propriedades mentais subjacentes às experiências conscientes não dependem das propriedades físicas do cérebro, demonstrando também uma incompatibilidade, não em relação ao conhecimento, mas em relação às propriedades da subjetividade e da objetividade. Vemos assim, que não existe a possibilidade de reciprocidade entre ações objetivas e subjetivas nessas duas abordagens e, portanto, o ambiente não é considerado na relação mente-corpo. Dessa forma, essas concepções dualistas não fornecem subsídios para sustentar nossa hipótese da continuidade entre mente-corpo-ambiente na vida do indivíduo.

Em contraposição, encontramos nos trabalhos de Damásio (2000), analisados nessa seção, fundamentos consistentes para o nosso estudo que tem o objetivo de investigar a dinâmica da vida mental do indivíduo, na medida em que sua proposta não apresenta cisão entre o físico e o mental. Assim, adotaremos a teoria de Damásio como suporte para a compreensão de como se processam as relações entre os diferentes componentes da vida mental ao longo do tempo, uma vez que assumimos a existência da interação contínua entre mente-corpo-ambiente em todas as ações do indivíduo. Passaremos agora a examinar a reciprocidade existente entre ações objetivas e subjetivas do indivíduo a fim de compreender a correspondência entre sua vida mental e suas ações práticas.



1.4. Superação do Dualismo de Propriedades pela Consideração dos Ciclos Reaferentes

A abordagem científica da vida mental encontra uma dificuldade praticamente intransponível que consiste no caráter privado ou *de primeira pessoa* das experiências subjetivas, conforme apontamos nas seções anteriores. Essa dificuldade inspira o dualismo de propriedades naturalista de Chalmers (1996) que postula uma dicotomia entre aspectos subjetivos e objetivos da experiência humana.

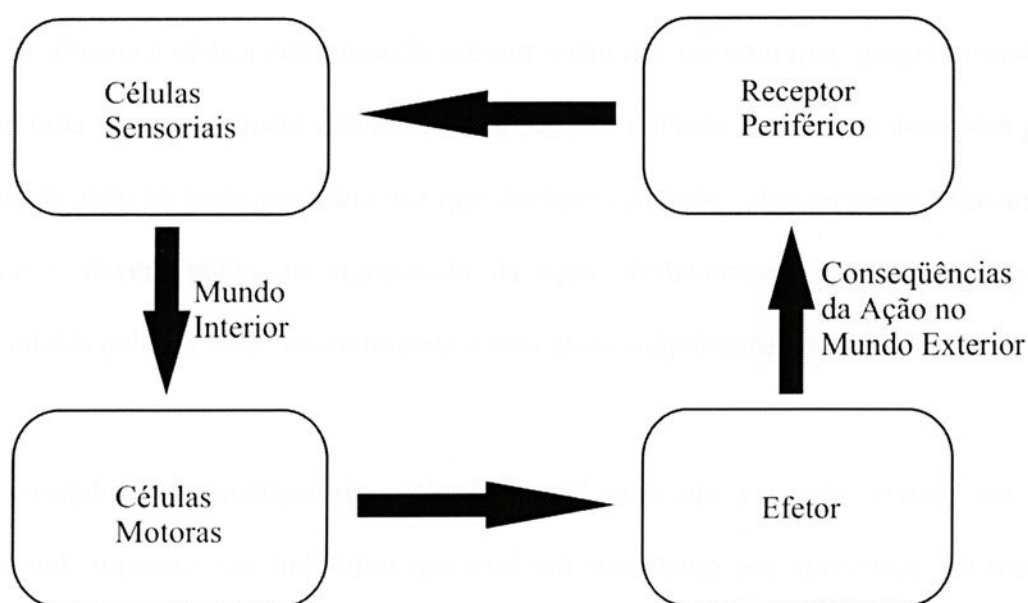
Uma possibilidade de se superar esse obstáculo consiste em encontrar mecanismos de regulação recíproca entre as experiências subjetivas e ações objetivas por meio das quais as intenções ligadas à subjetividade se exteriorizam. Assim como em Freud (1996, v. 5), que descreve a vivência de satisfação sendo alcançada depois de uma manifestação corpórea objetiva em resposta a uma necessidade interna, assumimos neste trabalho que a efetivação da satisfação subjetiva possa passar por realizações objetivas, estabelecendo-se uma correspondência dinâmica entre os eventos da vida mental individual e as ações implementadas pelo indivíduo caracterizando, assim, possivelmente um processo de auto-organização. Exploraremos essa possibilidade de auto-organização na vida mental do indivíduo no próximo capítulo.

A vida mental de uma pessoa é constituída por vários domínios de atividades subjetivas, nos quais são estabelecidos atos intencionais vinculados às ações por ela desenvolvidas no ambiente físico/biológico/social em que se insere. De acordo com a abordagem que adotamos proposta por Damásio (2000), a mente é considerada como sendo integrada ao corpo e ao ambiente. Portanto, em consonância com tal perspectiva, a atividade

mental subjetiva de todo e qualquer indivíduo humano encontra-se indissociavelmente ligada a uma diversidade de aspectos objetivos, de ordem física, biológica e social, participando de um processo circular intitulado *ciclo reafrente* (PEREIRA JÚNIOR, 1999), no qual, por um lado, determinantes subjetivos vêm influenciar a ação nesses diversos domínios e, por outro, o resultado percebido dessas ações vêm influenciar a dinâmica subjetiva.

Esse processo ocorre à maneira do mecanismo do ciclo funcional proposto pelo pioneiro da Etologia Jacob von Uexkull (1957), no início do século XX, descrevendo a formação de um *mundo interno* em espécies animais⁵. Segundo o autor, o mundo interno (*Umwelt*) do organismo é formado por um ciclo entre percepções e ações, o qual está ilustrado a seguir:

Fluxograma 2: CICLO FUNCIONAL PROPOSTO POR JACOB VON UEXKULL



⁵ Para mais detalhes ver a discussão em: PEREIRA JÚNIOR, A. Species-specific knowledge about the environment: a biophilosophical view. *Revista Eletrônica Informação e Cognição*, Marília, v. 1, n. 1, nov. 1999.

Como se pode observar no fluxograma, o *mundo interior* e o *mundo exterior* se apresentam como dois pólos inter-relacionados que constituem a experiência de vida dos seres vivos, podendo ser referido também à experiência de vida de uma pessoa. Os padrões de atividade internos ao sistema nervoso controlam padrões de ação no meio ambiente físico e social, gerando conseqüências que serão percebidas e apreendidas pelos receptores periféricos e transmitidas ao sistema nervoso central, que poderá comparar tais resultados com as intenções expressas na ação prévia. Argumentamos que essas interações demonstram relações típicas de causalidade circular, característica presente em sistemas complexos auto-organizados. Na medida em que consideramos uma interação contínua entre corpo e ambiente, sustentamos que a mente pode ser um processo que emerge dessa interação por meio das impressões de organismo modificado pelo objeto armazenadas no organismo como argumenta Damásio (2000) e, no fluxograma de von Uexkull citado acima, por meio das conseqüências da ação no mundo exterior.

A dinâmica cíclica entre mundo interior e exterior faz com que, progressivamente, se obtenha uma correspondência dinâmica entre padrões internos ao sistema nervoso e padrões externos de ação no ambiente, uma vez que, no caso contrário - descompasso entre ambos os domínios - haverá perda do *significado* da ação, desfavorecendo o sucesso das ações empreendidas pelo ser vivo, relativamente a seus alvos subjetivamente definidos.

Fazendo uma analogia do ciclo funcional com um exemplo prático em terapia ocupacional, supomos um indivíduo que está em tratamento por apresentar um transtorno mental, cujo maior comprometimento está relacionado a uma grande dificuldade em tomar iniciativa. Esta pessoa decide confeccionar, durante o processo de terapia ocupacional, um tapete em tear para presentear um amigo. O presente pode ser recebido com satisfação pelo

amigo e essa ação no mundo exterior pode lhe causar sentimento de utilidade, entusiasmo e alegria que, provavelmente, vai influenciar sua próxima ação. Assim, observamos nesse exemplo, a interação entre o mundo interno e o mundo externo do indivíduo, por meio da qual os aspectos da subjetividade se exteriorizam na ação objetiva. Esse exemplo está representado no Fluxograma 3.

Fluxograma 3: RECIPROCIDADE ENTRE AÇÕES OBJETIVAS E SUBJETIVAS DURANTE UM PROCESSO DE TERAPIA OCUPACIONAL



Longe de se constituir em uma suposição de cunho behaviorista, muito criticada por alguns filósofos da mente como teoria explicativa de processos mentais, entre os quais podemos citar Block (1980) e Churchland (1988), a idéia de correspondência entre os domínios subjetivo e objetivo, que aqui adotamos, pressupõe a existência de entidades e/ou processos mentais de caráter intencional, que se manifestariam por meio da ação, ao passo que no paradigma behaviorista se procurava justamente negar a existência destas entidades e/ou processos, restringindo a pesquisa psicológica ao comportamento observável.

Se o terapeuta ocupacional consegue indiretamente, por meio da ação objetiva do indivíduo, facilitar a resolução de um problema que se encontra no nível subjetivo, podemos sustentar que exista uma reciprocidade entre o mundo subjetivo e objetivo, pois se existisse uma ruptura entre esses dois mundos, seja em termos de conhecimento ou propriedades como vimos nas seções 1.1 e 1.2, não conseguiríamos explicar como a realização de uma ação no mundo objetivo pode favorecer uma reconfiguração no mundo subjetivo. Essa explicação só é possível tomando-se como base a hipótese de que existe uma continuidade entre corpo-cérebro-mente, conforme argumenta Damásio (2000), e o mecanismo de correspondência entre o mundo interno e o mundo externo do indivíduo à maneira do ciclo funcional de von Uexkull (1957) que permite a reciprocidade entre ações objetivas e subjetivas.

Em resumo, vimos neste capítulo que mesmo as abordagens dualistas que assumem formas mais atenuadas que o dualismo de substância, como o dualismo epistemológico e o dualismo de propriedades, postulam uma incompatibilidade entre o mundo físico e o mundo mental e, portanto, são insuficientes para sustentar nossa discussão a respeito da dinâmica da vida mental do indivíduo. Encontramos respaldo para essa discussão na teoria biológica da consciência elaborada por Damásio (2000) e descrita sucintamente na seção 1.3, a qual sustenta uma continuidade entre corpo-cérebro-mente na formação da consciência, e no mecanismo do ciclo funcional proposto por von Uexkull (1957) que ressalta a importância do ambiente na construção do mundo interno do organismo. Partindo da suposição de que a mente pode ser um processo auto-organizado que emerge das interações entre corpo e ambiente analisaremos, no próximo capítulo, os princípios que regem processos auto-organizados em sistemas complexos a fim de melhor compreender as interações dinâmicas que ocorrem na vida mental do indivíduo.



2. O INDIVÍDUO COMO UM SISTEMA AUTO-ORGANIZADO

O ser humano, assim como qualquer outro ser vivo, é composto por uma diversidade de fatores que interagem entre si, entre os quais podemos citar, biológicos, emocionais, sociais, culturais etc. De acordo com a perspectiva epistemológica adotada neste estudo, que recusa a compreensão das partes dissociadas do todo, entende-se que todas as ações do indivíduo, por mais simples que sejam, impliquem na existência da interação entre esses fatores.

Uma das características básicas do ser biológico é lutar pela preservação da vida. Na perspectiva do ser humano, essa luta poderia ser permeada por uma busca de satisfação em diversas categorias que interagem mutuamente. Assim, seria interessante compreendermos o contexto dessas interações e os processos emergentes das mesmas. Dessa forma, buscaremos na primeira seção deste capítulo a explicitação de conceitos da teoria sistêmica que nos darão subsídios para o entendimento do indivíduo como sistema complexo, cujas partes estão em constantes interações entre si e com o ambiente no qual está inserido. Analisaremos, na segunda seção, os fundamentos da teoria da auto-organização a fim de averiguarmos a possibilidade de emergência⁶ de processos auto-organizados no *sistema indivíduo*, bem como sua contribuição para uma melhor análise do transtorno mental. Em seguida, apresentaremos uma descrição da função de satisfação de acordo com Freud, considerando que cada modalidade e submodalidade de manifestação da subjetividade, assim como as configurações

⁶ Utilizamos neste estudo o conceito de emergência descrito por Morin (1977) em seus estudos sobre sistemas complexos. Para o autor a noção de emergência está ligada a idéia da criação de uma nova forma que constitui um todo, isto é, podemos considerar emergência as qualidades ou propriedades de um sistema produzidas pelas interações entre os elementos que compõem esse sistema e que apresentam um caráter de novidade em relação às qualidades ou propriedades de tais elementos considerados isoladamente, sendo indissociáveis da unidade global do sistema do qual emergiram.

que se estabelecem na interação entre as mesmas, possam se constituir em fonte de prazer/satisfação.

2.1. A Teoria Sistêmica

Antes de descrevermos o indivíduo como um sistema, acreditamos ser pertinente uma apresentação dos conceitos básicos de sistêmica. Para tal, reportaremos nosso olhar ao estudo realizado por Bresciani Filho e D'Ottaviano (2000) sobre a teoria sistêmica. Segundo os autores,

Um sistema pode ser inicialmente definido como uma entidade unitária, de natureza complexa e organizada, constituída por um conjunto não vazio de elementos ativos que mantêm relações, com características de invariância no tempo que lhe garantem sua própria identidade. Nesse sentido, um sistema consiste num conjunto de elementos que formam uma estrutura, a qual possui uma funcionalidade (BRESCIANI FILHO; D'OTTAVIANO, 2000, p. 284-285).

No universo do sistema podem surgir subconjuntos de elementos que se constituem em subsistemas do sistema geral. É importante salientar que, segundo Bresciani Filho e D'Ottaviano, existem duas características do conjunto de elementos que são fundamentais na definição de sistema:

- a) as propriedades e o comportamento de cada elemento do conjunto têm efeito nas propriedades e no comportamento do todo, e dependem das propriedades e do comportamento de pelo menos um dos outros elementos; ou seja, não existem elementos isolados no sistema;
- b) cada possível subconjunto de elementos apresenta a mesma primeira característica e, então, o conjunto não pode ser subdividido em subconjuntos independentes (2000, p. 286).

Para os autores, essas características devem ser consideradas no tocante às relações que se estabelecem entre os elementos do sistema que podem se dar por meio de encontros determinados ou indeterminados, caracterizando a necessidade ou o acaso respectivamente. A distribuição dos elementos ao acaso pode ocasionar encontros que dão origem a uma organização, a qual é uma importante característica sistêmica. No entanto, pode ocorrer desorganização e desencontro entre esses elementos que, posteriormente, retornam à situação de organização, caracterizando um processo de reorganização ou auto-organização que acontece de forma circular e recorrente.

De acordo com Bresciani Filho e D'Ottaviano, as relações no sistema podem ocorrer de maneiras distintas classificadas da seguinte forma:

[...] relações de primeiro tipo são aquelas que são funcionalmente necessárias e que, portanto, caracterizam o sistema; relações de segundo tipo são aquelas complementares, que acrescentam algo ao comportamento do sistema e que são denominadas relações sinérgicas positivas ou de cooperação; relações de terceiro tipo são as relações que indicam condições antagônicas, discordantes e de oposição entre os elementos e que são denominadas relações sinérgicas negativas ou de competição; as relações de quarto tipo são aquelas que duplicam as relações existentes (relações redundantes) (2000, p. 289).

Os autores ainda destacam a possibilidade da ocorrência de mais de um tipo de relação no sistema, ou mesmo da mudança de tipo ao longo de sua existência dinâmica atribuindo a essas relações “a possibilidade de emergências no sistema, inclusive a possibilidade de processos com auto-organização” (BRESCIANI FILHO; D’OTTAVIANO, 2000, p. 289).

Essas formas de relação podem ser identificadas entre as categorias que compõem a vida mental do indivíduo, as quais serão descritas no capítulo seguinte, como parte de sua dinâmica para obtenção de prazer/satisfação.



De acordo com Bresciani Filho e D'Ottaviano (2000, p. 291), além da forma circular, as relações entre os elementos do sistema podem ocorrer de forma arborescente, nas quais estão incluídas as relações de hierarquia, sendo que essas são relações de ordem. Assim, podemos considerar que uma relação de ordem total ocorre no sistema quando este é totalmente hierarquizado, ou melhor, “dados dois elementos quaisquer um deles é sempre superior, inferior ou idêntico ao outro”, conforme argumentam os autores.

Nas relações circulares pode ocorrer que os efeitos de uma relação sejam causas da mesma, ou que o produto de um sistema afete seu processo de produção, ou mesmo que o estado inicial do sistema seja gerado ou modificado pelo estado final do mesmo sistema, ou então que os efeitos retroajam sobre as suas causas. Essas relações estão sempre presentes em sistemas complexos. A complexidade do sistema está diretamente relacionada com a quantidade e variedade de elementos e com a quantidade e variedade de relações, ou seja, quanto maior a variedade de elementos em um sistema, maior a variedade de relações e, conseqüentemente, maior a complexidade (BRESCIANI FILHO; D'OTTAVIANO, 2000).

Como já colocamos inicialmente neste capítulo, o ser humano é composto por uma grande diversidade de elementos como, por exemplo, os biológicos, os sociais, os culturais, portanto, de acordo com a teoria sistêmica, ocorre uma grande variedade de relações entre esses elementos. Assim, podemos considerá-lo um sistema que apresenta alto grau de complexidade. E, como coloca Morin (2000), é preciso considerar a complexidade no desenvolvimento de um pensamento multidimensional, o que acreditamos ser fundamental para a construção de conhecimento. Dessa forma, destacamos a relevância de considerar os conceitos da teoria sistêmica no estudo do indivíduo.



A organização é outra característica importante a ser considerada no sistema. Cabe ressaltar que organização é diferente de ordem, “um sistema pode ser organizado sem que entre as relações que caracterizam sua estrutura exista qualquer relação de ordem”. A organização está “fundamentada na capacidade de transformar a diversidade de comportamento dos elementos, podendo ser também fonte de criação de diversidade, de capacidade e de especificidade estrutural e funcional” (BRESCIANI FILHO; D’OTTAVIANO, 2000, p. 293).

Um outro fator fundamental na dinâmica do sistema é o meio-ambiente. Todo sistema está imerso no meio-ambiente, porém nem sempre existe uma interação entre eles. Segundo Bresciani Filho e D’Ottaviano (2000, p. 296-297) quando não interage com o meio ambiente, o sistema caracteriza-se como fechado ou isolado e, quando ele é sensível às “contingências ambientais”, caracteriza-se como aberto. A interação se dá pela importação e exportação de conteúdos na fronteira do sistema realizada pelos elementos de fronteira do sistema, denominados pelos autores.

Uma idéia complementar a esta é encontrada nos estudos de Morin (2000). Ao analisar as “avenidas da complexidade”, o autor descreve a relação do conceito de autonomia com uma teoria de sistemas que é aberta e fechada ao mesmo tempo. Ele aponta que:

[...] um sistema que funciona precisa de uma energia nova para sobreviver e, portanto, deve captar essa energia no meio ambiente. Conseqüentemente, a autonomia se fundamenta na dependência do meio ambiente e o conceito de autonomia passa a ser um conceito complementar ao da dependência, embora lhe seja, também, antagônico. Aliás, um sistema autônomo aberto deve ser ao mesmo tempo fechado, para preservar sua individualidade e sua originalidade (MORIN, 2000, p. 184).

Observamos na definição de Morin indícios de um processo de auto-organização, uma vez que ele ressalta a importância da interação do sistema com o ambiente e da autonomia do sistema.

Para Bresciani Filho e D'Ottaviano (2000, p. 299), de acordo com os comportamentos dos elementos internos, externos e de fronteira se estabelecem mudanças no sistema que podem ser provenientes de atividades predeterminadas ou espontâneas. Essas mudanças são organizacionais, decorrentes ou que fazem parte “de processos do sistema, que buscam a sobrevivência, a reprodução, a evolução e a criação no e pelo sistema”. Os autores identificam ainda que

[...] as mudanças organizacionais podem ocorrer de modo contínuo ou descontínuo, e também de modo incremental ou radical. A mudança radical pode se dar por uma ruptura total com a organização anterior; em um caso limite, a partir de um momento considerado crítico ou de crise sistêmica, o evento de mudança radical pode se constituir em uma catástrofe sistêmica (BRESCIANI FILHO; D'OTTAVIANO, 2000, p. 299).

Da estrutura predeterminada com finalidade prefixada se constitui uma organização formal do sistema, e da estrutura e funcionamento decorrentes de atividades espontâneas com altos graus de autonomia se constitui uma organização informal do sistema. Convém destacar que, existindo baixo grau de autonomia dos elementos pode haver determinação, mesmo sem a ocorrência de finalidade prefixada (BRESCIANI FILHO; D'OTTAVIANO, 2000).

De acordo com Bresciani Filho e D'Ottaviano,

[...] para que possa exercer o seu papel básico de criação, o sistema precisa se constituir e se desenvolver de forma a fazer com que o campo de forças de atração ou cooperação (inclusão, composição, associação, etc.) entre os elementos – para estabelecer as relações e ser o responsável pela organização – predomine sobre o campo de forças de repulsão ou de competição representado pelos antagonismos

(exclusão, decomposição, desassociação, etc.) e responsável pela desorganização (2000, p. 294).

Os autores ainda destacam que a organização no sistema pode apresentar um certo conteúdo de desorganização, podendo contribuir para a redução ou estimulação da organização. Se a desorganização, criada pelas forças de competição, for preponderante ocorrerá a desintegração do sistema e se a organização, criada pelas forças de colaboração, for preponderante ocorrerá a integração do sistema. Dessa forma, pode-se dizer que “no limite, a crise sistêmica se materializa”, seja tanto como “desorganização plena” quanto como “organização plena” (BRESCIANI FILHO; D’OTTAVIANO, 2000, p. 294).

Considerando o indivíduo como um sistema complexo e, visto que as características descritas acima estão presentes em todo sistema complexo, basearemos-nos nesses conceitos para descrever as formas de interação entre as categorias da vida mental do indivíduo, assunto que trataremos no terceiro capítulo desta dissertação.

Até aqui vimos como a teoria sistêmica caracteriza um sistema e concebe as relações entre os elementos que o compõem e com o meio ambiente, nos dando subsídios para entender a complexidade de um sistema. A compreensão desses conceitos nos permite caracterizar o indivíduo como um sistema complexo, visto que é composto por uma grande diversidade de elementos, como, por exemplo, de ordem biológica, social, emocional etc. (assunto que trataremos no próximo capítulo desta dissertação) e relações entre eles e com o meio ambiente. Considerando que dessas relações podem emergir processos no sistema ao longo de sua existência, que contribuem com a própria manutenção, resta-nos saber como e em quais condições ocorrem esses processos. Para tal, buscaremos na próxima seção os fundamentos da teoria da auto-organização, a fim de averiguarmos a emergência desses processos em um sistema estruturado como o indivíduo em condições de saúde mental, e sua



contribuição num processo de reestruturação do sistema, como no caso de um indivíduo que apresenta um quadro de transtorno mental.

2.2. O Processo de Auto-Organização

Uma vez que assumimos neste trabalho a concepção de indivíduo do ponto de vista da complexidade, afirmamos que ele está em constantes interações com o meio ambiente e, portanto, estamos concebendo-o como um sistema aberto. A teoria da auto-organização nos fornece subsídios para uma melhor compreensão dos processos emergentes em sistemas abertos que contribuem para sua manutenção.

Segundo Pereira Júnior (2000), a organização de um sistema pode ser mantida por meio de mecanismos como:

- a) *Homeostase*: manutenção de um certo nível de atividade, em determinada parte do sistema, por meio da combinação de duas retroações negativas.[...] b) *Redundância*: produção ou manutenção de certos componentes em duplicata, ou com várias repetições, permitindo que, na ausência do componente funcionalmente ativo, outros componentes, do mesmo tipo do primeiro, possam desempenhar a função anteriormente exercida por ele. [...] c) *Variedade*: produção ou manutenção de componentes em qualidade mais variada que a utilizada em determinado momento, de modo a se possuir recursos extraordinários, para enfrentar situações adversas. [...] d) *Flexibilidade*: existência de componentes que podem realizar funções, eventualmente substituindo outros componentes ausentes (2000, p. 18-19, grifo do autor).

Para o autor, esses mecanismos garantem a estabilidade do sistema, característica fundamental para os sistemas vivos, uma vez que, sendo ao mesmo tempo dependentes de elementos externos e suscetíveis às perturbações externas, em condições ambientais adversas, podem vir a ser destruídos.

No entanto, as perturbações externas podem representar aspectos positivos para um sistema. Em estudo sobre os princípios de sistemas auto-organizados, Ashby (1962) afirma que a organização pode ser proveniente do jogo entre perturbações externas ao sistema e suas metas. Em consonância com os estudos de Ashby, Atlan (1992, p. 38) sustenta que as pesquisas sobre o funcionamento de sistemas auto-organizados contribuíram para a compreensão de que os organismos, além de apresentarem “a propriedade de resistir eficazmente ao ruído” também são capazes de “utilizá-lo a ponto de transformá-lo num fator de organização”.

De acordo com Ashby (1962), um sistema auto-organizado apresenta dois significados diferentes. No primeiro, o acaso tem fundamental importância, sendo que as relações ocorrem entre elementos inicialmente independentes evoluindo para a estruturação de uma forma ou sistema com interdependência entre eles e ausência de um centro controlador. O segundo significado implica na interação entre partes de um sistema primariamente constituído com adição de critérios de relevância para distinguir entre o bem e o mal e mecanismos de retroalimentação. Esses dois aspectos são também citados nos estudos sobre auto-organização realizados por Debrun (1996) com a designação, no primeiro caso, de auto-organização primária e, no segundo caso, de auto-organização secundária. Segundo o autor,

Há auto-organização cada vez que, a partir de um encontro entre elementos realmente (e não analiticamente) distintos, desenvolve-se uma interação sem supervisor (ou sem supervisor onipotente) – interação essa que leva eventualmente à constituição de uma “forma” ou à reestruturação, por “complexificação”, de uma forma já existente (DEBRUN, 1996, p. 13).

É importante ressaltar que a novidade, a emergência na auto-organização tem origem principal no próprio processo que se desenvolve basicamente a partir de si mesmo, por meio

da interação espontânea entre os elementos, caracterizando-se assim como um processo autônomo com aspecto criador (DEBRUN, 1996).

Em relação à auto-organização primária, Debrun (1996) acrescenta que existe uma multiplicidade de elementos no ponto de partida que são totalmente desvinculados em relação ao seu passado e não apresentam afinidades ou causalidades prévias. Do encontro entre eles, pode se desenvolver uma forma organizacional que é auto porque parte do próprio processo, o qual denomina de processo sem sujeito.

No que se refere à auto-organização secundária, Debrun (1996, p. 25-26) sustenta que no ponto de partida existe um organismo que comporta um aspecto sujeito objetivando a reestruturação “para enfrentar desafios. Ou seja, procura passar, por aprendizagem, de determinado nível de complexidade (corporal, intelectual ou existencial) para um nível de complexidade maior”. Assim, afirma que o caráter auto é garantido neste caso pelo fato de, tanto o ponto de partida, quanto o ponto de aplicação e os mecanismos e recursos utilizados localizarem-se dentro do mesmo organismo. Argumenta que,

O sujeito auto-organizador permanece “nele próprio” durante as operações de reestruturação. Ele efetua um trabalho de si sobre si. [...] As condições de partida (a própria existência do organismo, o contexto biológico, social e cultural dentro do qual atua), assim como o intercâmbio – energético, material, informacional, simbólico – com o ambiente, desempenham um papel importante, mas apenas coadjuvante: seja através de *desafios* (ruídos, competição ameaçadora); ou de *recursos*, atuais e potenciais, que proporcionam; ou de *alvos* que sugerem em resposta aos desafios (DEBRUN, 1996, p. 25-26, grifo do autor).

O autor ressalta que na auto-organização secundária existe uma relação de hegemonia entre as partes do sistema, mas não dominância. Isso quer dizer que as partes hegemônicas dirigem, porém necessitam das outras partes do sistema para tal, do contrário não conseguiriam nada nas operações de reestruturação do sistema. Assim, para que a auto-

organização ocorra no organismo é necessária a existência de uma situação intermediária entre a fusão e a exterioridade radical de suas partes. A essa situação intermediária Debrun (1996) denomina de acavalamento ou interioridade. Desta forma, o autor aponta que no que se refere, por exemplo, às relações mente-corpo no organismo humano existe um acavalamento entre essas duas partes impedindo que a mente domine e comande o corpo.

Essa idéia sustenta o argumento da reciprocidade entre ações subjetivas e ações objetivas na vida do ser humano, discutido no primeiro capítulo desta dissertação. Argumentamos que se houvesse total dominância da mente em relação ao corpo não existiria reciprocidade entre as ações, ou seja, apenas as ações objetivas de um indivíduo seriam comandadas pela subjetividade.

De acordo com Debrun (1996, p. 34-48), um processo de auto-organização comporta três fases. A primeira refere-se ao corte em relação a uma situação anterior em decorrência de um encontro causal ou, no caso do ser humano, de uma decisão individual ou coletiva, não existindo, portanto, regras ou imposições. A segunda fase se caracteriza por uma endogenização, na qual a distinção entre o dentro e o fora se acentua no decorrer do processo que se torna cada vez mais autônomo. Dessa forma, o acaso que tem participação fundamental no início vai perdendo a força e as finalidades iniciais são “neutralizadas, redefinidas ou subordinadas ao movimento global do processo”. Na terceira fase do processo de auto-organização ocorre a cristalização de uma forma ou identidade, o que significa que uma “organização foi alcançada ou está para ser alcançada”. Segundo Debrun, esta fase marca o final do processo de auto-organização. Daí para frente as relações são mantidas sem a emergência de novidades.



Alguns estudiosos da teoria da auto-organização, como Ashby (1962), Atlan (1992) e Debrun (1996), ressaltam a importância do caráter de aprendizagem presente nesse processo. Esse caráter foi amplamente discutido por Gonzales (1996) em seu estudo sobre redes neurais auto-organizadas, o qual contribuiu para a compreensão dos mecanismos de aprendizagem presentes no processo de auto-organização secundária.

Investigando a possibilidade de evolução e aprimoramento em redes neurais artificiais, características presentes, a princípio, somente nos seres vivos, a autora identifica duas situações em que essa possibilidade ocorre. Essas situações são: “as que requerem *correção através de ‘feedback’* e as que empregam o *princípio da ordem a partir do ruído*” (GONZALES, 1996, p. 285, grifo do autor). De acordo com a autora, no primeiro caso, o acaso pode levar a rede a responder de forma errada aos invariantes do meio ambiente, uma vez que os padrões de conectividade emergentes inicialmente na rede podem representar erradamente os invariantes que lhes originaram. Assim,

Após exposição reiterada aos mesmos invariantes por um tempo prolongado, e com a correção dos erros, via ajuste de pesos das conexões, os padrões de conectividades estáveis passarão eventualmente a representar, de forma adequada, os invariantes especificados pelo meio ambiente. [...] esta rede – que inicialmente fornecia respostas inapropriadas aos invariantes e, posteriormente, passa a identificá-los corretamente – *aprendeu* a corrigir e aprimorar os seus estados representacionais. [...] Aparentemente, apenas o *hábito* [...] seria necessário para a realização e aprimoramento de tarefas de reconhecimento e de repetição de padrões realizadas pelas redes neurais artificiais (GONZALES, 1996, p. 286, grifo do autor).

No segundo caso, a autora admite que a evolução em redes neurais artificiais está relacionada a um fator já citado no início desta seção, a presença de perturbação ou ruído. Isso significa que a ocorrência de perturbações, mesmo aquelas que poderiam ser destrutivas, pode ocasionar mecanismos de adaptação por meio de novas organizações em sistemas abertos contribuindo para sua manutenção e evolução, garantindo, assim, ao ruído a característica construtiva ao invés de destrutiva como seria esperado. A autora ressalta que, em relação aos

seres vivos, a presença do ruído pode ser fatal em organismos frágeis, porém em organismos mais resistentes sua presença é, em geral, benéfica, uma vez que a desestabilização causada pode acarretar padrões de comportamento mais aperfeiçoados tornando-os mais aptos para enfrentar as mudanças do meio ambiente (GONZALES, 1996).

Entretanto, a autora ressalta que, apesar de apresentarem essas duas características presentes em sistemas auto-organizados, falta às redes neurais artificiais a capacidade de adquirir critérios de relevância mais complexos, adquiridos não somente por hábito ou repetição de relações causais, mas por decorrência de uma habilidade inteligente relacionada às ações bem sucedidas. Ou seja,

As ações bem sucedidas, eventualmente decorrentes de mecanismos elementares de tentativa e erro, de "feedback" e, naturalmente, de um princípio de harmonia ou coerência, poderiam ser vistas como estabelecendo um primeiro filtro para o fluxo da diversidade de estados do mundo. As marcas deixadas na memória por estas ações atuam como "variáveis essenciais" no estabelecimento de critérios de relevância para os sistemas bem adaptados, os quais por sua vez constituiriam os tijolos das habilidades inteligentes (GONZALES, 1996, p. 291-292).

Assim, vemos que a presença de tais critérios só é possível em organismos que dispõem de habilidades motoras, como destaca a autora, e que os mecanismos de aprendizagem emergentes em processos de auto-organização secundária garantem a manutenção, evolução e adaptação do sistema.

Convém ressaltar que Pereira Júnior (1995), em conformidade com a proposta de Debrun (1996), sugeriu alguns critérios para a definição dos processos de auto-organização:

- a) o sistema em questão deve abarcar diversos fatores independentes entre si;
- b) do jogo entre estes fatores se desenvolve uma nova forma organizacional no sistema;

- c) apesar do sistema receber perturbações externas, o que determina a nova forma são as interações entre os fatores internos;
- d) o sistema não apresenta uma descontinuidade total em função das alterações decorrentes do processo, pois, no caso de uma ruptura radical, ele não poderia ser considerado como sendo o mesmo sistema.

De modo similar, Bresciani Filho e D'Ottaviano entendem o processo de auto-organização como:

[...] um fenômeno de transformação ou de criação de uma organização, que decorre fundamentalmente da interação das atividades predeterminadas, se as houver, com essa atividade autônoma e espontânea de elementos internos e, eventualmente, de fronteira do sistema, através de processos recorrentes. A atividade espontânea decorre da existência de grau mínimo de autonomia aos elementos atuantes. Por sua vez, os processos recorrentes precisam estar presentes para que os elementos autônomos, em suas atividades, se integrem em uma organização com auto-referência (2000, p. 302).

Os autores ainda consideram a possibilidade da criação ou emergência de novas propriedades em um determinado sistema, resultante de transformações ocorridas de maneira predeterminada ou espontânea, ser decorrente do fenômeno de auto-organização.

Os conceitos da teoria da auto-organização apresentados nos permitem compreender o ser humano como um sistema auto-organizado, uma vez que podemos identificar ao longo de sua existência, a emergência de processos de aprendizagem de forma autônoma e espontânea que lhe garantem a própria manutenção, evolução e adaptação diante das condições ambientais. Sugerimos neste estudo que esses conceitos podem nos auxiliar na melhor compreensão do processo de transtorno mental e da possibilidade da reabilitação biopsicossocial ser concebida como um processo de aprendizagem durante o processo de

auto-organização de um indivíduo que apresenta um transtorno mental, assunto que será tratado no quarto capítulo desta dissertação.

Uma vez que consideramos que todo ser humano tem uma necessidade de prazer/satisfação, supomos que as interações presentes entre os elementos que compõem o sistema indivíduo sejam marcadas por uma busca de satisfação. Assim, podemos sugerir que os processos de auto-organização presentes no sistema indivíduo teriam, a priori, a finalidade de alcançar prazer/satisfação. A fim de melhor compreender os mecanismos envolvidos na busca de satisfação ao longo da vida do indivíduo, faremos na próxima seção uma breve incursão nas idéias de Freud a respeito do princípio do prazer.

2.3. A Função de Satisfação

A busca de satisfação é inata ao indivíduo e aparece inicialmente em sua vida como forma de suprir as necessidades somáticas. Na obra *A interpretação de sonhos* Freud (1996, v. 5) faz uma descrição das primeiras experiências de satisfação de bebês, as quais são fundamentais para as vivências de satisfação futuras. As necessidades internas do bebê geram uma excitação motora que só terá fim quando chegar a uma vivência de satisfação. Por exemplo, quando tem fome, o bebê chora e movimenta agitadamente pernas e braços como forma de expressar sua necessidade. Essa excitação motora só terá fim quando ele for saciado com a alimentação, ou seja, quando chegar a uma vivência de satisfação ocasionada pela alimentação.

Na vivência de satisfação existe um componente essencial que é uma percepção específica em relação à satisfação da necessidade. Essa percepção específica possui uma imagem mnêmica que fica associada à imagem mnêmica da excitação produzida pela necessidade. Assim, toda vez que aparecer a necessidade, surgirá imediatamente a imagem mnêmica da percepção específica que procurará restabelecer a vivência da satisfação original (FREUD, v. 5). Esse seria o processo mais primitivo para a realização do desejo descrito por Freud como o princípio de prazer-desprazer ou somente, princípio de prazer. Os processos desse tipo empenham-se em alcançar prazer e evitar o desprazer.

Como defende Laplanche (1988), Freud partiu inicialmente da noção de desprazer, pois tem superioridade, para depois situar o desprazer-prazer, mostrando que o indivíduo sempre passa da sensação desagradável de tensão presente à descarga. Portanto, sugerimos aqui que uma situação de desprazer na vida de um indivíduo pode ser um fator importante no ponto de partida de um processo de auto-organização.

Para Freud (1996, v. 12, p. 238), o princípio de prazer está ligado à experiência de satisfação alucinatória. O autor argumenta que o bebê “provavelmente alucina a realização de suas necessidades internas; revela seu desprazer, quando há um aumento de estímulo e uma ausência de satisfação, pela descarga motora de gritar e debater-se com os braços e pernas, e então experimenta a satisfação que alucinou”. Dessa forma, as experiências primárias de desprazer-prazer são regidas somente pelas necessidades internas.

O modelo adotado para a compreensão da atividade mental, como lembra Laplanche é:

[...] o de uma vesícula viva de um organismo com uma camada periférica figurando o sistema percepção-consciência. Esta camada superficial receberia do exterior as quantidades e as qualidades, sendo estas a primeira garantia da realidade do que é

percebido. Do interior só recebe uma única gama de sensações, as que escalonam entre o máximo de prazer e o máximo de desprazer (1988, p. 9).

Esse modelo se refere também ao princípio de realidade que será tratado a seguir nesta seção. Todas as sensações que ocorrem somente internamente são exclusivas dos primeiros dias de vida do bebê. A tensão desagradável gerada por uma necessidade interna diminui aos poucos quando a necessidade é suprida dando lugar a um estado agradável.

No entanto, a adaptação do bebê ao mundo acaba transformando esse processo primitivo. O ambiente externo dá ao bebê condições de realidade que interferem nesse mecanismo, ele deixa de funcionar apenas por estímulos internos e passa a atuar no plano das circunstâncias reais externas. A esta nova forma de funcionamento mental dá-se o nome de princípio de realidade (FREUD, 1999, v. 12). De acordo com Brabant (1981, p. 63), “faz-se necessário, por exemplo, considerar os obstáculos a contornar, as dificuldades a vencer; deve estar apto a esperar, adiar, contornar – eventualmente renunciar – isto é, suportar tensões desagradáveis, antes de obter a satisfação que uma ação precipitada o faria perder”.

Retomando o modelo da vesícula viva, essa realidade externa torna mais importante o sistema percepção-consciência. Os órgãos sensoriais recebem os estímulos do mundo externo e a consciência aprende a incluir as qualidades destes estímulos às de prazer e de desprazer (FREUD, 1996, v. 12).

Dessa forma, o princípio de realidade surge como regulador do princípio de prazer e seu estabelecimento está ligado a uma série de funções imprescindíveis à manutenção da vida mental. Como coloca Laplanche a respeito do princípio de realidade:



[...] conhece-se sua ligação com toda uma série de funções nas quais se encarna: atenção, julgamento, memória, pensamento como atividade de controle, seja uma atividade onde se substitui a descarga imediata à manipulação de pequenas quantidades de energia. O pensamento é considerado como uma “ação para ver”. Sabe-se, também, que o princípio de realidade se encarna na busca da “identidade de pensamento” substituindo-se à busca primária da “identidade de percepção” que caracteriza o prazer. O que é notado com menos frequência é que a identidade de pensamento é apenas um elo intermediário na busca da identidade de percepção (1988, p. 10).

Com a instituição dessas funções, a descarga motora que antes estava ligada somente às sensações internas de prazer-desprazer, agora é atribuída de uma nova função como considera Freud:

[...] sob o predomínio do princípio de prazer, servira como meio de aliviar o aparelho mental de adições de estímulos, e que realizara esta tarefa ao enviar inervações para o interior do corpo (conduzindo a movimentos expressivos, mímica facial e manifestações de afeto). A descarga motora foi agora empregada na alteração apropriada da realidade; foi transformada em ação (1996, v. 12, p. 239-240).

O autor ainda destaca que o princípio de realidade substitui o princípio de prazer, tendo como meta não a destituição deste último, mas sim sua proteção para que um prazer mais seguro, e não apenas momentâneo, seja alcançado pelo do novo caminho (FREUD, 1996, v. 12).

Dessa forma, entendemos que as ações de um indivíduo são movidas por uma busca de prazer/satisfação mesmo que para isso alguns caminhos desagradáveis e penosos devam ser percorridos. Essa satisfação pode ser alcançada de várias formas, por meio da interação entre algumas categorias que compõem a vida do indivíduo, as quais serão descritas no próximo capítulo desta dissertação. Uma vez que concebemos o indivíduo como um sistema complexo, sugerimos que essas interações poderão ocorrer por meio de relações de cooperação, de competição, de duplicação e de caracterização do sistema, conforme

discutimos na primeira seção deste capítulo, e que dessas relações possam emergir processos auto-organizados. Veremos essa discussão de modo mais aplicado no capítulo que se segue.



3. CATEGORIAS DO UNIVERSO MENTAL DO SER HUMANO E SUAS INTERAÇÕES

Quais seriam os aspectos da ação objetiva nos quais se manifestariam os diversos aspectos da subjetividade? Possivelmente esses aspectos poderiam variar de indivíduo para indivíduo, assim como possivelmente poderia existir uma variedade de universos mentais subjetivos no âmbito da espécie humana. Com vistas a se criar um instrumento para a análise do quadro mental de diferentes indivíduos é importante que se faça um levantamento dos aspectos passíveis de ocorrência na vida do ser humano. Propomo-nos a identificar as *categorias gerais* da atividade do indivíduo humano na sociedade contemporânea a partir de alguns critérios que expomos a seguir. Elegemos alguns critérios que decorrem da nossa experiência prática em terapia ocupacional, uma vez que temos como instrumento de trabalho a atividade humana. Desse modo, o conteúdo referente às categorias que será descrito neste capítulo é corroborado pela experiência prática de terapia ocupacional com portadores de sofrimento psíquico.

O primeiro critério é que as categorias devem abranger *todas as atividades possíveis* com as quais os indivíduos têm se ocupado ao longo da história e no presente. Isso está retratado em nossa experiência prática: as pessoas praticam esportes, ouvem música, fazem compras, freqüentam lugares sociais, etc.

O segundo critério parte da suposição de que todo indivíduo tem uma necessidade de prazer/satisfação, como proposto por Freud (1996, v. 12) no seu *princípio de prazer*. Portanto, as categorias devem representar uma possível *fonte de obtenção de satisfação*.



O terceiro critério é que cada um dos aspectos relacionados a tais categorias possa ser um veículo no qual se manifestarão os sintomas de uma crise ou colapso no sistema da vida mental do indivíduo, assim como um possível objeto da intervenção terapêutica.

Com base nesses critérios, identificaremos na seção 3.1 algumas categorias que compõem a vida mental do indivíduo, sendo que cada uma destas está dividida em subcategorias para uma melhor identificação da gama de atividades que tal evento abarca. Ressaltamos que algumas das subcategorias estão mais presentes na vida da maioria dos indivíduos na sociedade contemporânea como, por exemplo, subsistência, cuidados com a saúde, sexualidade, religião, do que outras como filosofia e produção do conhecimento científico e tecnológico. No entanto, mesmo que estas últimas tenham pouca incidência na vida da maioria dos indivíduos, elas serão consideradas com intuito de tentarmos traçar um quadro completo das alternativas possíveis. Em seguida, discutiremos as formas de interação entre as categorias na vida do indivíduo na tentativa de alcançar um nível satisfatório de saúde mental. E, finalmente, apresentaremos na seção 3.3 a proposta de um instrumento metodológico capaz de avaliar a dinâmica temporal da satisfação do indivíduo.

3.1. Categorias do Universo Mental

Foram identificadas neste estudo seis grandes categorias relacionadas a ações objetivas do indivíduo por meio das quais ele pode expressar os aspectos da sua subjetividade, com suas respectivas subcategorias. Convém destacar que não existe uma separação rígida entre tais categorias e sim uma continuidade entre elas, ou seja, alguns aspectos relacionados a uma

categoria podem se assemelhar a aspectos relacionados à outra. Essas categorias e subcategorias estão descritas no quadro abaixo.

Quadro 1: CATEGORIAS DO UNIVERSO MENTAL DO SER HUMANO

Categoria	Subcategoria
Família	• Subsistência • Modelo de referência para o eu • Afeto
Corpo	• Cuidados com a saúde • Esportes • Aparência e auto-estima • Alimentação e higiene • Sexualidade
Trabalho	• Produção econômica • Consumo • Competição e cooperação • Construção do conhecimento científico e tecnológico
Lazer	• Descanso • Jogos e brincadeiras • Diversão passiva • Dedicção a um <i>hobby</i>
Sociabilidade	• Atividades políticas • Comunicação social • Relações comerciais na vida diária
Transcendência	• Arte • Religião e mística • Filosofia

Passamos a elucidar brevemente as categorias e subcategorias supracitadas.

A família é uma categoria de grande relevância na vida do indivíduo, pois, na maioria das vezes, é o primeiro meio social com o qual se relaciona. Identificamos em nossa prática profissional um grande contingente de pessoas com sofrimento psíquico que identificam, como maior causa de seus conflitos, a relação familiar. Ressaltamos algumas características comuns na vida da maioria dos indivíduos que estão relacionadas com aspectos familiares, como aqueles que dizem respeito à subsistência, à referência para a construção do eu e ao afeto.

Já na vida intra-uterina, o feto desenvolve uma relação de subsistência com a mãe, pois é ela quem fornece o alimento de que ele necessita. Após o nascimento, geralmente é ainda a mãe quem fornece alimentação ao bebê, seja com o próprio leite ou, quando isso não é possível, ela o alimenta com outro leite. Desse modo, estabelecem-se relações de subsistência entre o bebê e sua mãe, que deixam marcas profundas em sua vida mental, como analisado por Winnicott (1975).

Após o nascimento, nos primeiros meses de vida, o bebê não consegue ainda se distinguir da mãe. Para ele, seu corpo, sua mãe e os demais aspectos de seu ambiente não estão separados. Segundo Winnicott (1975, p. 153), “gradativamente, a separação entre o não-eu e o eu se efetua, e o ritmo dela varia de acordo com o bebê e com o meio ambiente. As modificações principais realizam-se quanto à separação da mãe como aspecto ambiental objetivamente percebido”.

Para o mesmo autor, quando o bebê olha o rosto da mãe vê a si mesmo. Assim, o rosto da mãe lhe serve como espelho o que contribui para a construção do seu próprio eu (*self*). No momento em que o bebê começa a perceber que ele está separado da mãe, o pai exerce papel fundamental como modelo de uma terceira pessoa nessa relação. Espelha-se na mãe e no pai

para a construção de seu eu. De acordo com Winnicott (1975), esse papel desenvolvido pela mãe e pelo pai é continuado por toda a família até que a criança não precise mais obter esta referência, ou seja, até que ela se encontra mais desenvolvida e amadurecida a ponto de não necessitar mais utilizar os familiares como espelho para construir seu próprio eu.

Enquanto o feto está sendo gerado, existe uma transmissão de emoções e sentimentos para com sua mãe, configurando o início da formação do vínculo afetivo. O bebê continua a se desenvolver após o nascimento por meio de trocas, como por exemplo, ele chora quando necessita dos cuidados da mãe, ela o embala para ele dormir etc.

A criança usa essas relações afetivas que estabelece com a mãe como modelo para criar vínculos afetivos com o pai e com outras pessoas da sua convivência. Estes laços de afeição vão se concretizando cada vez mais ao longo da vida do indivíduo, podendo levá-lo, por exemplo, a se constituir como um indivíduo de traços predominantemente egoístas ou altruístas.

No que diz respeito ao corpo, em termos biológicos, ele é constituído por uma rede de sistemas orgânicos que se comunicam entre si e engendram sensações que são vividas como emoções pelo indivíduo, por exemplo: em situação de constrangimento, rubor; em situação de perigo, taquicardia; em situação de exaltação, calor etc. O corpo é também carregado de um significado cultural, o qual influencia na geração das emoções (aqui entendidas como os significados atribuídos às sensações).

Sendo assim, um corpo que foge aos padrões estabelecidos como normais se torna um corpo estigmatizado. Como aponta Rocha (1991, p. 185), “o padrão corporal de nossa

sociedade está ligado aos atributos de independência, eficiência e beleza, sendo que uma transgressão dessas, gera sentimentos discriminatórios em relação ao transgressor e sentimentos de inadequação por parte deste”. Considerando esses aspectos, o corpo é uma categoria na qual podemos situar várias atividades da vida do indivíduo, como cuidados visando o bem-estar, diversos tipos de relacionamento social etc.

A preocupação com a boa condição de saúde tem sido presente na vida da maioria dos indivíduos. É o corpo que manifesta condição de saúde ou sintomas de uma doença. Criamos hábitos de vida, como estilos de alimentação, trabalho, descanso e sono para mantermos uma boa saúde. Perante problemas de saúde, procuramos auxílio de diagnóstico e tratamento junto a profissionais da área. Em muitos casos, a terapia de doenças vem a fazer parte da história de vida individual.

A atividade física é biologicamente necessária devido a características da evolução humana que ainda se preservam na fisiologia do corpo humano. Sendo assim, se fizermos uma retrospectiva histórica de milhares de anos, verificamos que, na época em que os humanos eram caçadores e coletores nômades, a atividade física lhes era intrínseca. Com o estabelecimento da atividade agrícola, a urbanização e o desenvolvimento tecnológico, o modo de vida dos indivíduos se tornou sedentário, necessitando assim da criação de meios para realização de atividades físicas. É neste contexto que surge a prática dos esportes. Esta, por sua vez, gera satisfação do corpo através de mecanismos bioquímicos e contribui para seu desenvolvimento.

A aparência é um requisito central para o indivíduo se inserir na sociedade, uma vez que influencia na avaliação imediata que os outros indivíduos fazem sobre ele. Não existem

critérios absolutos para esta avaliação, pois a aparência está relacionada a aspectos culturais. Podemos dizer, por exemplo, que na cultura brasileira uma pessoa que apresenta uma boa aparência é aquela com boa condição de higiene (cabelos, unhas, corpo, dentes, roupas e sapatos limpos).

A auto-estima está relacionada com a aparência e com a imagem que o indivíduo tem de si próprio, ou seja, de seu exterior e de suas características internas. As pessoas costumam dedicar uma parte de seu tempo a atividades relacionadas com a aparência e auto-estima. É comum em nossa prática profissional nos depararmos com indivíduos que, em função de um trauma, de uma doença, ou de uma disfunção física congênita, apresentam sua auto-estima muito baixa, pelo fato de sua aparência e/ou seu estilo de vida não estarem em consonância com os estabelecidos socialmente.

Alimentação e higiene são dois conjuntos de ações chamadas de *atividades da vida diária* e que estão relacionadas com satisfação de necessidades biológicas básicas, propiciando ainda benefícios para a saúde e sensação de prazer. A alimentação também pode ser promotora de relações sociais uma vez que, em geral, os indivíduos têm o hábito de alimentar-se em grupo, por exemplo, em família, com amigos etc. A preocupação com uma boa alimentação e higiene faz com que várias pessoas optem por hábitos mais naturais como, por exemplo, os prescritos pela filosofia macrobiótica e vegetariana.

A sexualidade é uma dimensão evolutivamente ligada à reprodução, que se autonomizou como esfera de comportamentos tipicamente voltados para a satisfação em termos corporais, também envolvendo componentes simbólicos que ultrapassam a

genitalidade e favorecem uma erotização de todo o corpo; na sociedade moderna esta esfera também se libertou do quadro da família, vindo a se inserir em um meio social mais amplo.

Por sua vez, o trabalho consiste na transformação da natureza e do próprio ser humano. Ao longo da evolução humana, passou por várias modificações desde a sua utilização como forma de subsistência, passando a ser um meio de troca e chegando a uma forma de capitalização e ascensão social. Entre os diversos aspectos ligados ao trabalho, destacamos os relacionados à produção econômica, ao consumo, à competição, à cooperação e à construção do conhecimento científico e tecnológico.

O homem primitivo trabalhava pura e simplesmente para sua sobrevivência individual, ou seja, construía ferramentas que utilizava para caçar, pescar, se proteger do frio, do sol, da chuva. Com a evolução da técnica e da atividade intelectual, surgem novas necessidades e conseqüentemente a elaboração de tecnologia (ciência + técnica). Assim, aos poucos se cria uma variedade de novos produtos e, concomitantemente, um mercado de trabalho. A necessidade de produção dos meios de vida se faz presente em toda essa evolução, uma vez que a auto-sustentação econômica da sociedade de massas não pode fazer-se apenas pela caça e coleta, como fazia o homem primitivo, mas depende cada vez mais de sofisticadas tecnologias.

A partir do momento em que novos produtos foram gerados pelo trabalho, desencadeou-se um processo de busca por outros produtos, gerando na sociedade *novas necessidades* de consumo. A busca pela satisfação dessas *novas necessidades* pelo consumo torna-se uma das dimensões da vida dos indivíduos. O meio para consegui-las é também o trabalho.



A competitividade constitui aspecto primitivo dos seres vivos, como sustentado pela teoria darwiniana da *luta pela vida*. A criação do mercado de trabalho acabou por atizar a competitividade. Hoje existe uma tendência de discrepância entre oferta e procura, sendo a primeira menor que a segunda. Esta discrepância tornou a competitividade ainda maior, o indivíduo não só disputa com o outro uma mesma vaga de trabalho como também, quando já está empregado, compete com seus colegas, almejando melhor posição dentro do local de trabalho.

A cooperação também pode ser considerada característica básica dos seres vivos que se tornou particularmente importante para a organização social do trabalho. Essa característica aparecia em sociedades pré-capitalistas nas quais os indivíduos se agrupavam para desenvolver uma mesma atividade, por exemplo, construção de uma casa, de uma embarcação, confecção de potes de barro etc. Com a introdução do capitalismo, aparece uma exigência de especialização que é antagônica ao caráter de cooperação. Hoje identificamos cooperação em diversas esferas, como educação, militância política, e principalmente em comunidades que ainda conservam características de aldeia, trabalhos comunitários e projetos inovadores de cooperativas de trabalho.

A construção do conhecimento científico, além de ser uma forma de se *ganhar a vida*, também se tornou fonte de satisfação para muitos pesquisadores, que nela vêem uma forma de entendimento da natureza e da sociedade. A pesquisa tecnológica, que também é uma fonte de acumulação de riqueza, traz consigo a sensação de *domínio da natureza* ou mesmo de domínio sobre outros seres humanos, sendo tal poder uma fonte de satisfação para aqueles que o detêm.



No tocante ao lazer, a própria palavra tem a conotação de distração, prazer, descontração, liberação, e nos remete à idéia de livre escolha do indivíduo. No entanto, segundo Camargo (1989, p. 10), “os determinismos culturais, sociais, políticos e econômicos pesam sobre todas as atividades do cotidiano, inclusive sobre o lazer”. Sendo assim, não podemos falar em uma escolha do indivíduo que fosse absolutamente livre. O mesmo autor afirma que o que existe no lazer é uma maior liberdade nas escolhas do que nas atividades de trabalho, família, religião e política. Ressaltamos o descanso, os jogos e brincadeiras, a diversão passiva e a dedicação a um *hobby* como aspectos relacionados ao lazer.

Subentende-se que as atividades de lazer proporcionam um descanso. Este não é necessariamente físico, mas também mental, uma vez que as pessoas tendem a escolher como lazer atividades que rompem com sua rotina cotidiana e que sejam livres das pressões do trabalho.

Jogos e brincadeiras constituem o rol das atividades lúdicas, fonte de prazer para muitos indivíduos. Incluímos aqui também jogos competitivos como futebol, voleibol, basquetebol, boliche etc., e ainda gincanas e festas, uma vez que estas são repletas de atividades lúdicas.

A diversão passiva é uma dimensão do lazer que consiste em se *distrain* a mente com amenidades, que sejam curiosas, engraçadas ou mesmo mórbidas; essa dimensão se revela em atividades quotidianas como assistir à televisão, cinema, ouvir música, enfim, presenciar passivamente atividades artísticas, cívicas e esportivas.

Observa-se na sociedade contemporânea, na qual a especialização no trabalho se radicalizou, que os indivíduos se dedicam em seu tempo de lazer a formas prazerosas de atividade, às quais muitas vezes se destinam esforços comparáveis ao do trabalho, porém sem as imposições características do mercado de trabalho; entre tais atividades, exemplificamos com o ato de colecionar objetos, restaurar objetos antigos, culinária, jardinagem, criação de animais domésticos, etc.

Em relação à sociabilidade, podemos argumentar que o estabelecimento de laços sociais, além da esfera do trabalho, constitui fonte de gratificação para o ser humano, que dessa maneira se sente reconhecido, confortável e seguro na comunidade em que vive. São diversas as formas de sociabilidade, podendo-se destacar as atividades políticas, a comunicação social e as relações comerciais na vida diária.

A participação, direta ou indireta, na decisão dos rumos da sociedade é um direito e um dever dos indivíduos que vivem em regimes democráticos, e também se torna necessária para combater regimes totalitários, quando estes se estabelecem.

A comunicação entre os indivíduos seja de modo informal, pessoalmente, trocando informações sobre o tempo, humor, estado de saúde, eventos de interesse etc., seja de modo mais sistemático, correspondências postais, telefone, correio eletrônico etc., é parte fundamental da sociabilidade e um passo inicial para relações mais íntimas: amizade, namoro, casamento etc.

O ato de fazer compras também se transformou em oportunidade de estabelecer laços sociais, seja em uma feira de rua, em um centro de compras ou em qualquer outro



estabelecimento comercial. A aquisição ou venda de qualquer bem, como por exemplo, um pão, um maço de cigarros, um café é um ato de socialização, que insere as pessoas em um simbolismo do valor, independentemente do valor financeiro da transação.

No que diz respeito à transcendência incluem-se aquelas atividades pelas quais os indivíduos buscam uma nova condição, no plano natural ou mesmo sobrenatural, que lhes permita amenizar a angústia da morte e realizar plenamente sua liberdade. Essas atividades incluem: arte, religião e mística e filosofia.

Do ponto de vista do autor da obra de arte e/ou do participante ativo na fruição desta obra, a criação artística é uma forma de transcendência, que possibilita uma realização não só no plano simbólico, mas também no plano da realidade física/biológica/psicológica/social, uma vez que, ao se dedicar a uma atividade artística, os indivíduos se transformam em todos os níveis de sua existência.

As religiões fornecem doutrinas e rituais acessíveis para amplos setores da população, como meio de transcendência dirigida ao sobrenatural. Embora a força motivadora primária dessas atividades esteja no plano simbólico, mesmo quando essa motivação é perdida, ou diluída, as organizações religiosas ainda se tornam profundamente influentes no plano da sociabilidade, possibilitando a criação de laços afetivos, familiares e até econômicos, entre os seus seguidores. Este último aspecto não se encontra presente na atividade mística, que mobiliza recursos individuais para um acesso privado aos mistérios do mundo natural e/ou sobrenatural.

Na área da *metafísica*, a filosofia propicia uma forma de transcendência por meios primordialmente racionais, permitindo-se elaborar encadeamentos de idéias que conduzam a conclusões plausíveis a respeito dos aspectos da natureza que sejam inacessíveis ao método científico, ou a respeito de uma possível realidade sobrenatural, como ocorre na reflexão teológica.

Podemos concluir que em todos esses aspectos, discutidos até o momento, componentes subjetivos influenciam ações objetivas, e estas, por sua vez, causam um efeito subjetivo no indivíduo que influenciará na sua próxima ação e assim sucessivamente, caracterizando um contínuo entre corpo-mente-ambiente, conforme discutimos no primeiro capítulo desta dissertação. Na medida em que consideramos uma multiplicidade de fatores nas ações do indivíduo ao invés de elegermos apenas um fator como principal ou como fundamento para a explicação do comportamento do indivíduo, estamos assumindo uma posição oposta ao reducionismo, pois o reducionismo se deteria apenas em um aspecto, seja biológico, social, psíquico etc. para a explicação de todo o comportamento humano a partir deste aspecto. Por outro lado, estamos nos colocando também numa posição oposta ao dualismo, pois se existe um dualismo entre o mundo subjetivo e o objetivo, se existem dois mundos com propriedades completamente diferentes, não seria possível uma ação subjetiva influenciar uma ação objetiva e vice-versa.

Passaremos agora a discutir as formas de interação que ocorrem entre as categorias e subcategorias descritas nesta seção. Essas interações podem estar alicerçadas por uma busca de satisfação como sugerimos na seção 2.3 deste trabalho. Embasados nos conceitos da teoria sistêmica e da teoria da auto-organização tentaremos entender como se processam essas interações.



3.2. Interação Entre as Categorias

Como vimos na seção anterior, a vida mental do indivíduo é composta por uma multiplicidade de fatores relacionados a suas ações subjetivas e objetivas. Conforme sugerimos na seção 2.3 desta dissertação, de acordo com Freud, as ações de um indivíduo estão permeadas por uma busca de prazer/satisfação. Acreditamos que essa busca impulsiona o jogo entre as categorias da vida mental do indivíduo na tentativa de que a satisfação seja alcançada. Dessa forma, passaremos a apresentar as possíveis formas de interação entre as categorias com o intuito de averiguarmos a possibilidade de emergência de processos auto-organizados no sistema mental do indivíduo.

3.2.1. Somatória de Fatores

Uma satisfação individual pode ser alcançada de várias maneiras, por meio de cada uma dessas categorias ou por meio da interação entre elas. Uma primeira forma de interação ocorre quando as satisfações obtidas pela atividade em duas ou mais categorias se somam, compondo de forma acumulativa a função global de satisfação do indivíduo. Ainda no âmbito desta primeira forma de interação, pode ocorrer que as categorias isoladamente não sejam fonte de satisfação, mas que em seu conjunto venham a sê-lo. Neste caso, o indivíduo só conseguiria obter satisfação por meio da somatória das categorias. Por exemplo, para um indivíduo que não se sobressai em nenhuma categoria, tanto família, como trabalho, corpo, em relação ao lazer, têm a mesma medida. A fonte de satisfação estaria no fato de que o

conjunto de suas ações relacionadas com estas categorias se apresenta como harmonioso e adequado em relação ao *modelo de Eu* que incorporou ao longo de sua história de vida. Porém, pode ocorrer que o grau de satisfação seja muito discrepante nas diferentes categorias e, então um outro tipo de relação pode surgir entre as categorias, o qual será tratado no próximo item.

3.2.2. *Compensação de Fatores*

Uma segunda forma de interação entre as categorias seria a compensação entre atividades hiper e hiposatisfatórias. Neste caso, o indivíduo não conseguiria obter satisfação em uma ou mais categorias, mas compensaria a hiposatisfação por meio de uma hipersatisfação obtida em outra(s). Por exemplo: um indivíduo que não consegue obter satisfação na família se sobressai no trabalho; aquele que não consegue obter satisfação no trabalho nem na família pode atingir satisfação corporal através da alimentação ou da prática de um esporte, aquele que fracassa em todas as categorias anteriores, eventualmente encontra compensação no lazer, etc. Com certeza, algumas destas configurações são frágeis e não se sustentam ao longo da história de vida do indivíduo, conduzindo-o a rupturas que podem agravar até gerar transtornos mentais.

Outros processos compensatórios podem ocorrer no jogo entre as categorias como forma de manter a organização no sistema. Entre os quais podemos retomar a homeostase, a redundância, a variedade e a flexibilidade, conforme cita Pereira Júnior (2000).



- a) Homeostase: ocorre quando o indivíduo consegue manter um nível geral de satisfação dentro de uma certa faixa de variação, ou seja, quando diminui a satisfação em uma determinada categoria, o indivíduo consegue compensar em outra categoria. Por exemplo, quando o relacionamento familiar não está bem, a família pode compensar no lazer programando um passeio.
- b) Redundância: ocorre quando uma categoria vem a substituir outra que se tornou praticamente nula. Por exemplo, um indivíduo que perdeu o emprego pode encontrar fonte de subsistência em uma atividade que tinha como hobby.
- c) Variedade: ocorre quando um indivíduo pode variar seu modo de obtenção de satisfação devido ao fato de estar bem situado em várias categorias. Por exemplo, um indivíduo que consegue alcançar satisfação em todas as categorias não encontra dificuldades para sair de uma situação de estresse em sua vida.
- d) Flexibilidade: ocorre quando uma habilidade decorrente de uma categoria vem a contribuir para obtenção de satisfação em uma outra. Por exemplo, um indivíduo que luta por causas sociais pode vir a se tornar um político.

A ocorrência desses processos ao longo da vida do indivíduo pode garantir a ele condições de saúde mental.

3.2.3. Conflitos de Fatores

Uma terceira forma de interação, que pode ser tanto destrutiva quanto construtiva, consiste no conflito entre atividades que ocorrem em diferentes categorias, de modo que a

obtenção de satisfação em uma delas se torna contraditória com a obtenção de satisfação em outra. Por exemplo, em certas profissões o excesso de exigências no trabalho gera conflitos com a vida familiar, levando ao estresse e forçando uma reorganização da vida do indivíduo.

Conflitos que são resolvidos levam ao novo processo de auto-organização, enquanto conflitos não resolvidos e exacerbados levam à auto-(des)organização e até ao colapso do sistema. Apontamos aqui algumas semelhanças com os tipos de relação que ocorrem em um sistema identificados por Bresciani Filho e D'Ottaviano (2000). A primeira e segunda forma de interação apresentadas seriam semelhantes às relações de segundo tipo, ou seja, relações que se complementam alterando o comportamento do sistema já a terceira forma de interação seria similar às relações de terceiro tipo, nas quais os elementos são opostos e caracterizam a competição. Essas interações podem ocasionar emergências no sistema, as quais são atividades que surgem no sistema em função da diversidade de possibilidades de relações que ele apresenta (BRESCIANI FILHO; D'OTTAVIANO, 2000; PEREIRA JÚNIOR, 2000). Uma vez que processos emergem de interações entre elementos que compõem o sistema, argumentamos que esses processos são autônomos, pois se desenvolvem a partir de si mesmos, espontâneos, pois não existe um centro controlador, têm um aspecto criador que se dá pela própria interação entre os elementos participantes do processo e, portanto, caracterizam um processo de auto-organização, conforme sustentam Ashby (1962) e Debrun (1996).

Assim, podemos concluir que é possível ocorrer processos auto-organizados entre as categorias que compõem a vida mental do indivíduo, pois as interações se dão a partir do próprio processo, sem a presença de um centro controlador. A ocorrência desses processos garante ao sistema a própria manutenção e adaptação ao meio ambiente.



Vimos nessa seção as possíveis formas de interação entre as categorias que compõem a vida mental do indivíduo permeadas por uma busca de satisfação. Observamos que dessas interações podem emergir processos auto-organizados que contribuem para a manutenção do sistema mental do indivíduo. Com base nessas interações, passaremos, na próxima seção, a discutir a elaboração de um instrumento que serve como suporte para a análise do quadro mental de diferentes indivíduos, fornecendo-nos informações a respeito do nível de satisfação ao longo de sua vida.

3.3. Proposta de um Instrumento de Análise

Como vimos na seção anterior, considerando conjuntamente as três formas de interação (somatória, compensação e conflito), podemos argumentar que ocorrem processos auto-organizados na vida mental de um indivíduo. Uma vez que não existem categorias hierarquicamente superiores e inferiores, sua história de vida será resultante do livre jogo das determinações oriundas de cada categoria.

Exemplificamos nesta seção as curvas de satisfação referentes a cada uma das categorias descritas durante a vida de um indivíduo e a resultante das interações entre as categorias. Para tal, faremos um diagrama baseado no protocolo de Talag (TALAG, 1973). Este é um protocolo originalmente formulado para avaliação do grau de dor física de uma pessoa e é composto por sete graduações de situações que vão desde a situação *sem dor* até *dor insuportável*. Em cada uma das situações existem quatro subdivisões, por meio das quais o indivíduo tem a possibilidade de melhor especificar sua dor. Essas subdivisões iniciam em

0-25, passando para 25-50, 50-75 e, por último, 75-100. O próprio indivíduo indica qual das figuras apresentadas melhor representa o seu estado subjetivo. Desse modo, é possível conseguir uma medida quantitativa indireta da intensidade do fenômeno subjetivo.

Adaptaremos esse protocolo ao nosso estudo, com o objetivo de avaliar o grau de satisfação em cada categoria ou por meio da interação entre elas ao longo da vida de um indivíduo. Assim, as graduações variarão da situação *péssimo* até *ótimo*. O diagrama adaptado está reproduzido na Figura 1. Para melhor ilustrar graficamente as curvas resultantes, as situações não apresentarão subdivisões e consideraremos o grau médio de satisfação como o ponto zero do eixo satisfação. No eixo do tempo, teremos as fases da vida do indivíduo.

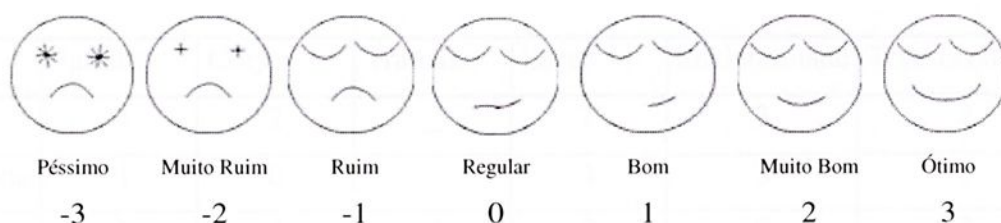


Figura 1: Protocolo de Talag adaptado para avaliar o grau de satisfação

Considerando que as categorias em questão têm diferentes conotações durante as fases da vida dos indivíduos, optamos por atribuir pesos diferenciados às mesmas para melhor adequar esse instrumento. Sendo assim, na infância as categorias família e lazer recebem peso dois, pois é esperado que nesta fase estas categorias tenham uma importância maior para os indivíduos que as outras. Na adolescência, vê-se um maior investimento em atividades relacionadas às categorias corpo, lazer e sociabilidade, portanto, atribuímos peso dois a elas nesta fase. Já na vida adulta, as categorias família, corpo e trabalho recebem maior destaque, sendo a elas conferido peso dois, enquanto, na terceira idade, isso ocorre com as categorias

família, lazer e transcendência. Enfim, na velhice, é esperado que as atividades relacionadas à família e à transcendência tenham um maior peso na vida dos indivíduos, portanto, atribuímos peso dois a essas categorias nesta fase.

Obtendo-se dados ao longo do tempo, podemos traçar as curvas de satisfação referentes a cada categoria ao longo da vida de um indivíduo. Apresentamos abaixo um exemplo hipotético, no qual consideramos apenas as seis grandes categorias. Para que os dados pudessem ser analisados, foi realizado um teste piloto, somente a título de ilustração, com uma pessoa que se dispôs a identificar no protocolo de Talag adaptado seu grau de satisfação referente às categorias nas diferentes fases da vida.

	Família	Corpo	Trabalho	Lazer	Sociabilidade	Transcendência
Infância	-1	2	–	2	3	2
Adolescência	-1	0	–	3	3	3
Vida adulta	3	2	-1	2	0	2
3ª idade	3	0	0	3	2	3
Velhice	3	-1	-1	2	2	3

Figura 2: Exemplo hipotético da auto-avaliação, por um sujeito, dos níveis de satisfação para cada categoria, ao longo de sua história de vida.

A fim de melhor adequar essa pontuação à realidade, atribuímos os diferentes pesos às categorias conforme esclarecemos acima. A Figura 3 representa esse ajuste.

	Família	Corpo	Trabalho	Lazer	Sociabilidade	Transcendência
Infância	-2	2	–	4	3	2
Adolescência	-1	0	–	6	6	3
Vida adulta	6	4	-2	2	0	2
3ª idade	6	0	0	6	2	6
Velhice	6	-1	-1	2	2	6

Figura 3: Exemplo hipotético da auto-avaliação, por um sujeito, dos níveis de satisfação para cada categoria com os valores ajustados, ao longo de sua história de vida.

Este exemplo está representado como um feixe de curvas, no gráfico abaixo.

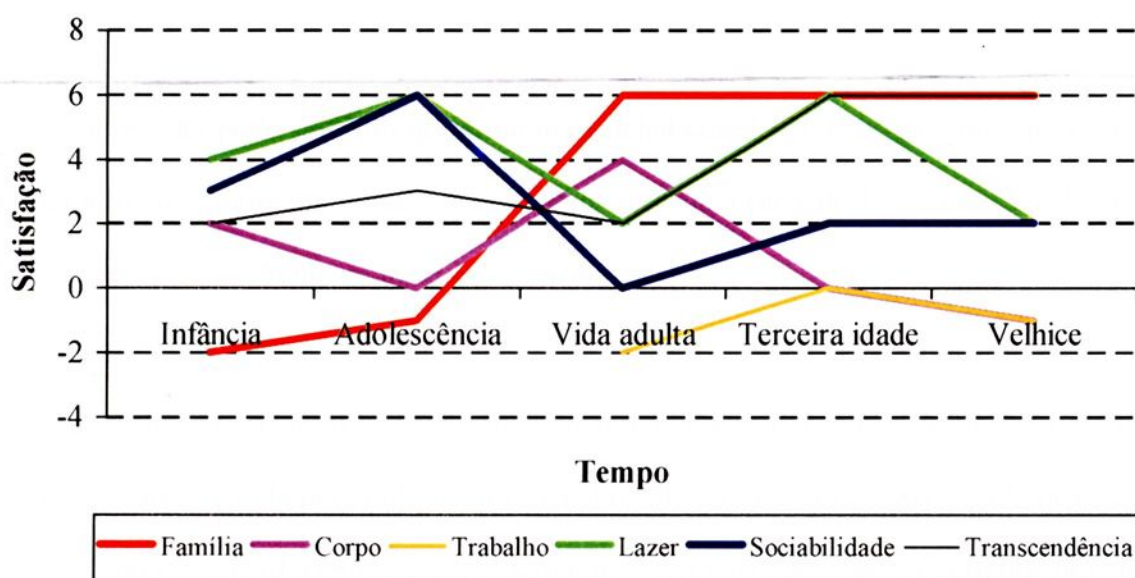


Gráfico 1: Curvas de satisfação em cada categoria ao longo da vida do indivíduo.

Combinando-se, em uma representação gráfica, as curvas de satisfação em cada uma das categorias, ao longo da vida deste indivíduo, e levando em conta o modo de interação entre tais categorias (se os níveis de satisfação se somam, se compensam ou se contrapõem),

podemos traçar uma resultante, que seria justamente a *função de satisfação* do indivíduo em sua história de vida. Podemos visualizar esta resultante no Gráfico 2.

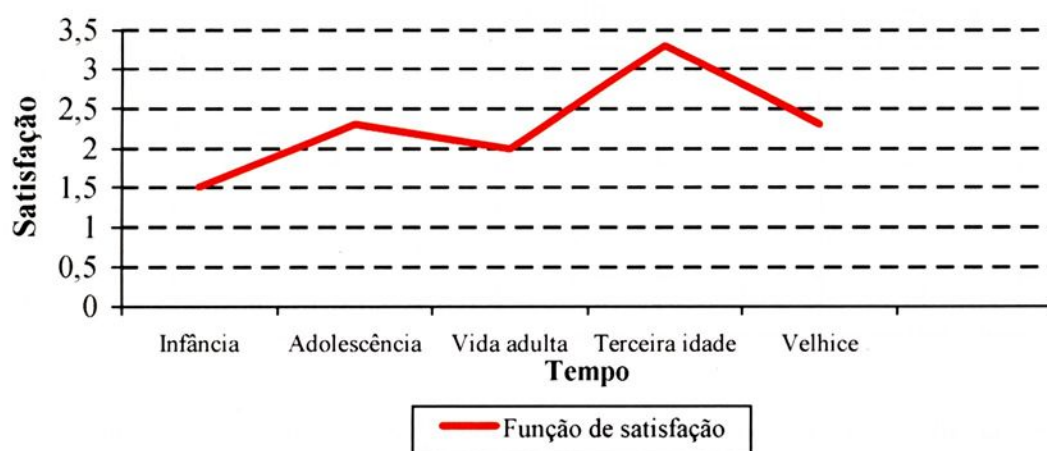


Gráfico 2: Função de satisfação do indivíduo em sua história de vida.

Este estudo pode ser feito de forma mais detalhada, levando-se em conta também as subcategorias anteriormente citadas. Neste caso, seria preciso calcular o valor médio para cada categoria, a cada momento temporal considerado.

A partir desta representação são identificadas, uma auto-organização mental *construtiva*, caracterizada por configurações mentais satisfatórias, que corresponderia à *saúde mental*, e uma auto-(des)organização *destrutiva*, caracterizada por configurações não satisfatórias que, por sua vez, corresponderia ao surgimento de crises, eventualmente conduzindo a um quadro de *transtorno mental*. Uma ilustração hipotética das situações de crise e transtorno mental é apresentada no Gráfico 3. Para a obtenção dos valores foi realizada uma análise de prontuário de um paciente que está sendo acompanhado pela terapia ocupacional na área de saúde mental há quatro anos. As informações do prontuário foram adequadas ao nosso estudo, a fim de observarmos se os dados comprovam nossas hipóteses.

Os valores referentes à satisfação desse indivíduo ao longo de sua história de vida podem ser visualizados abaixo.

	Família	Corpo	Trabalho	Lazer	Sociabilidade	Transcendência
Infância	0	1	–	4	0	0
Adolescência	-2	4	–	0	-6	1
Vida adulta	-6	0	0	0	-3	3
3ª idade	-2	-2	2	2	-1	2
Velhice	0	-2	2	0	-1	2

Figura 4: Exemplo hipotético da auto-avaliação, por um sujeito que apresenta crises, dos níveis de satisfação para cada categoria, ao longo de sua história de vida.

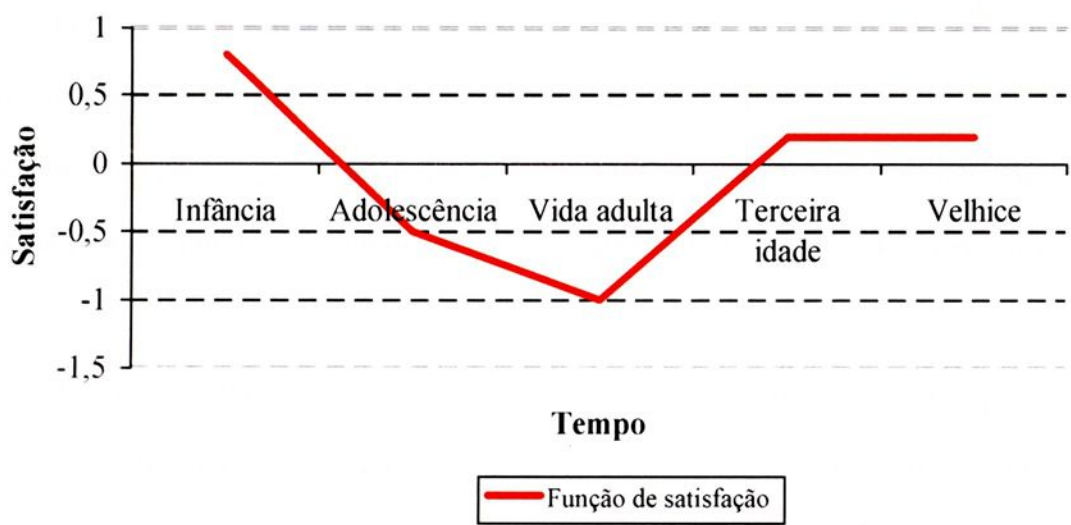


Gráfico 3: Função de satisfação do indivíduo em sua história de vida caracterizando uma crise na vida adulta.

Assim, o intervalo de tempo no qual a trajetória da curva vai de (-0,5) a (-1) é o mais suscetível ao aparecimento de um transtorno mental. Nesse intervalo, o indivíduo apresenta

um grau máximo de auto-(des)organização, passando depois a apresentar novamente um processo de auto-organização.

Salientamos que neste estudo os exemplos de análise da função de satisfação foram realizados por meio de uma combinatória linear das categorias em questão, porém acreditamos que seria mais adequado, em estudos futuros, considerar uma combinatória não linear, o que permitiria uma análise mais complexa da função de satisfação.

Convém ressaltar que não é objetivo desta dissertação desenvolver de modo completo um instrumento para ser aplicado profissionalmente com fins de avaliação em saúde mental. O intuito de elaborarmos esse esboço é somente explorar algumas idéias que devem ser levadas em conta na análise da vida mental. Esse instrumento eventualmente poderá receber um maior refinamento científico para que futuramente possa ser testado e, se adequado, utilizado na prática profissional do terapeuta ocupacional que atua na área de saúde mental. Um instrumento que forneça indícios do grau de satisfação do indivíduo em relação às diferentes categorias que compõem sua vida mental ao longo do tempo pode ser um bom suporte para a elaboração de um programa mais adequado de intervenção terapêutica.

Como ressaltamos no início deste capítulo, o terapeuta ocupacional tem como instrumento de intervenção terapêutica a ação humana, ação essa objetiva, evidentemente. Considerando a mente como um processo que emerge das conseqüências da ação objetiva do indivíduo no mundo exterior conforme discutimos na seção 1.4 desta dissertação, argumentamos que o terapeuta ocupacional, trabalhando com a ação objetiva do indivíduo como, por exemplo, uma atividade de artesanato, uma atividade de reinserção no trabalho,

uma atividade de culinária, uma atividade cultural, entre outras, conseguirá intervir e produzir efeito indiretamente na mente desse indivíduo.

De acordo com nossa discussão sobre a função de satisfação segundo a teoria freudiana, realizada na seção 2.3 desta dissertação, a vivência de satisfação está ligada à realização do desejo. Assim, utilizando-se de um instrumento que forneça dados sobre a função de satisfação do indivíduo ao longo de sua vida, o terapeuta ocupacional poderá trabalhar com o desejo desse indivíduo não impondo uma atividade a ele e sim indicando alguns caminhos a serem percorridos. Dessa forma, estará respeitando a autonomia desse indivíduo e, portanto, possibilitando que ele desenvolva um processo auto-organizado que pode ter a atividade como um signo indutor desse processo. Para que a atividade possa ser um signo indutor de uma reorganização, de uma reestruturação do indivíduo, ele deve engajar-se nela por sua própria vontade. Podemos somente considerar essa perspectiva da terapia ocupacional assumindo que não existe um dualismo entre mundo objetivo e subjetivo, pois se existisse esse projeto estaria fadado ao fracasso na medida em que não conseguiríamos explicar como, por meio de uma ação no mundo objetivo, podemos conseguir uma reconfiguração no mundo subjetivo.

No início deste capítulo identificamos algumas categorias que compõem a vida mental do indivíduo, tais como, a família, o corpo, o trabalho, o lazer, a sociabilidade e a transcendência, com suas respectivas subcategorias de modo a abarcar, o máximo possível, a gama de atividades realizadas pelos indivíduos na sociedade contemporânea. Vimos que são possíveis interações entre essas categorias e subcategorias por meio da somatória, compensação e conflitos de fatores e que dessas interações podem emergir processos auto-organizados que contribuem para a manutenção de um nível satisfatório de saúde mental do



indivíduo ou processos auto-(des)organizados não satisfatórios que correspondem às crises no sistema mental do indivíduo, os quais podem conduzi-lo a um quadro de transtorno mental.

Apontamos a contribuição de um instrumento que avalia o grau de satisfação de um indivíduo ao longo de sua vida na identificação de fatores geradores de crise e na elaboração de intervenções terapêuticas ocupacionais que preservem a autonomia do indivíduo. No entanto, a terapia ocupacional é apenas um dos vários tipos de intervenção que compõem um programa de reabilitação destinado ao portador de transtorno mental. Observamos que um programa eficaz de reabilitação é aquele que considera a complexidade do indivíduo e dos recursos de tratamento destinados a ele. Assim, passaremos a analisar a proposta de reabilitação biopsicossocial de Saraceno (2001), a qual se aproxima dos princípios da teoria da auto-organização.

4. TRANSTORNO MENTAL E REABILITAÇÃO BIOPSIKOSSOCIAL

Os conceitos de saúde e doença mental (tratado neste estudo como transtorno mental) são, tradicionalmente, discutidos e elaborados pela medicina ou mais especificamente, pela psiquiatria, definida como uma especialidade da medicina. Ainda hoje nos deparamos com concepções psiquiátricas a respeito da doença mental e, conseqüentemente, suas formas de tratamento, fortemente influenciadas pela abordagem biológica. De acordo com Saraceno (2001), essa abordagem

[...] postula que os processos mentais (assim como os distúrbios das funções mentais e do comportamento) são explicáveis e modificáveis através do conhecimento da neurofisiologia e da bioquímica do sistema nervoso central: a assim chamada MBIT (*Mind-Brain Identity Theory*) assume justamente a identidade entre mente e cérebro com todas as conseqüências óbvias para a abordagem da doença mental. Tal abordagem postula, por outro lado, uma relação linear de causalidade entre danos do sistema nervoso e o surgimento das doenças mentais, considerando implicitamente que os tratamentos das doenças não são outros que modificações (essencialmente farmacológicas) da função cerebral alterada. Esse rígido determinismo biológico assumiu formas mais atenuadas na prática cotidiana dos psiquiatras, mas continua a manter uma influência decisiva na psiquiatria (2001, p. 145-146, grifo do autor).

A teoria da identidade, como ressaltado no primeiro capítulo desta dissertação, é uma das teorias de abordagem reducionista postuladas por filósofos da mente na tentativa de dissolução do problema da relação mente-corpo pela glândula pineal explícito na explicação de Descartes (1999a).

No decorrer desta dissertação, discutimos teorias a respeito da relação mente-corpo, a saber, o dualismo epistemológico proposto por Jackson (1982), o dualismo de propriedades sugerido por Chalmers (1996) e a hipótese da continuidade entre corpo-cérebro-mente proposta por Damásio (2000), que não assumem a abordagem reducionista e, por outro lado, não compartilham da distinção substancial entre corpo e mente postulada por Descartes. Vimos, por meio da teoria sistêmica, que o ser humano pode ser considerado um sistema

complexo em contínua interação com o meio ambiente. Essa interação com o meio possibilita a ocorrência de processos auto-organizados que podem ser responsáveis pela manutenção, evolução e adaptação do sistema em condições ambientais adversas. Considerando que a mente pode ser um processo que emerge da interação entre corpo e ambiente por meio das impressões de organismo modificado pelo objeto armazenadas neste organismo, como argumenta Damásio (2000) ou por meio das conseqüências da ação no mundo exterior, conforme o ciclo funcional proposto por von Uexkull (1957), sustentamos que a vida mental do indivíduo pode ser composta por diversas categorias relacionadas às suas ações no âmbito familiar, social, corporal, recreacional etc., que interagem mutuamente. Argumentamos que essas interações podem ser permeadas por uma busca de satisfação do indivíduo e delas podem emergir processos auto-organizados por meio de configurações mentais satisfatórias que contribuiria para a manutenção de condições de saúde mental ou processos auto-(des)organizados por meio de configurações não satisfatórias, possibilitando o surgimento de crises no sistema o que poderia conduzir, eventualmente, a um quadro de transtorno mental.

Assim, em contraposição ao modelo psiquiátrico de abordagem biológica, passaremos agora a analisar o processo de desenvolvimento e tratamento do transtorno mental na ótica da teoria da auto-organização. Discutiremos na seção 4.1 fatores intrínsecos aos processos de constituição da loucura e que, portanto, devem receber atenção especial na elaboração de programas de reabilitação em psiquiatria. Analisaremos três modelos atuais de reabilitação psiquiátrica na perspectiva da teoria da auto-organização, a saber, os modelos de treinamento de habilidades sociais, o modelo de Spivak e o modelo de Ciompi. Em seguida, faremos, na seção 4.2, uma análise da proposta de reabilitação biopsicossocial sugerida por Saraceno (2001), a qual pode ser uma alternativa de tratamento que considera a complexidade da vida do indivíduo e, conseqüentemente, do transtorno mental. Assim, exploraremos a intervenção

da terapia ocupacional, assim como outros tipos de intervenção compreendidas em um programa de reabilitação biopsicossocial, como um facilitador de um processo de auto-organização que contribua para a manutenção de condições de saúde mental.

4.1. Reflexões acerca da Reabilitação em Psiquiatria

Como foi apontado no início deste capítulo, a psiquiatria tradicional concebe o transtorno mental segundo uma abordagem biológica, ou seja, reduz a déficits orgânicos as causas de tais transtornos. Dessa forma, a psiquiatria tradicional localiza como causas dos transtornos mentais fatores exclusivamente internos ao indivíduo, eliminando, assim, todas as variáveis que lhe são externas e que podem contribuir para o desenvolvimento de um transtorno mental. Dentro dessa lógica, encontramos como propostas de intervenção a administração de psicofármacos e a contenção da loucura, ou seja, dos sintomas psicóticos, por meio da internação psiquiátrica, características típicas do modelo psiquiátrico clínico.

Essas práticas marcaram a institucionalização não só do hospital psiquiátrico como local de exclusão e isolamento, mas sobretudo da loucura e da psiquiatria. Na análise de Rotelli (1990), a instituição é

[...] o conjunto de aparatos científicos, legislativos, administrativos, de códigos de referência cultural e de relações de poder estruturados em torno de um objeto bem preciso: “a doença”, à qual se sobrepõe no manicômio o objeto “periculosidade” [...] o mal obscuro da Psiquiatria está em haver constituído instituições sobre a separação de um objeto fictício – a doença – da existência global, complexa e concreta do paciente e do corpo da sociedade (1990, p. 90).

Observamos, nos apontamentos de Rotelli, uma ênfase no caráter da complexidade do indivíduo e, conseqüentemente, do transtorno mental em contraposição à abordagem biológica e unifatorial da psiquiatria tradicional. Esse assunto será mais explorado no decorrer da presente seção.

O papel hegemônico do hospital psiquiátrico como forma de intervenção, assim como a institucionalização da psiquiatria foram colocados em questão a partir da década de 60 na Inglaterra e França, tomando maior força na década de 70, na Itália, por meio do movimento de desinstitucionalização do manicômio e do paradigma psiquiátrico clínico (BASAGLIA, 1985). O ponto principal das críticas de Basaglia e seus seguidores, entre eles Franco Rotelli, era a relação de poder do psiquiatra, que tem o conhecimento científico, em relação ao doente mental, que necessita de cuidados, existente no interior do hospital psiquiátrico e reafirmada pela cientificidade da psiquiatria, como aponta,

[...] a *ciência* que afirmou, de uma parte, que o doente mental deveria ser considerado o resultado de uma alteração biológica mais ou menos indefinida, diante da qual não havia nada a fazer senão aceitar docilmente sua *diferença* relativamente à norma. É daí que decorre a ação exclusivamente tutelar das instituições psiquiátricas, expressão direta da impotência de uma disciplina que, diante da doença mental, limitou-se, de certo modo, a defini-la, catalogá-la e geri-la (BASAGLIA, 1985, p. 104, grifo do autor).

Ao caráter tutelar do manicômio, soma-se a total privação da individualidade, autonomia, independência e trocas afetivas e sociais. Em função dessas características, Rotelli (1990, p. 61) identifica o hospital psiquiátrico como “o lugar zero da troca”, utilizando essa expressão no sentido de trocas sociais. Em contraposição a esse modelo hegemônico, aniquilador e segregativo da assistência psiquiátrica, Rotelli, em consonância com Basaglia (1985), propõe que o trabalho verdadeiramente terapêutico seja o “trabalho de desinstitucionalização voltado para reconstruir as pessoas como atores sociais [...] que se

transformem os modos de viver e sentir o sofrimento do paciente e que ao mesmo tempo se transforme a sua vida concreta cotidiana” (ROTELLI, 1990, p. 94).

Apesar de todas os avanços proporcionados pelas discussões advindas do movimento de desinstitucionalização na Itália em relação ao entendimento do sofrimento psíquico, do processo saúde/doença, das causas do adoecimento, da ineficiência dos modelos de tratamento que excluem os indivíduos da sociedade, dos poucos resultados obtidos por meio de psicofármacos e das formas mais eficazes de tratamento, ainda hoje nos deparamos com a hegemonia do hospital psiquiátrico e da abordagem clínica como técnicas de tratamento destinadas aos indivíduos portadores de transtorno mental. Como ressalta Saraceno,

O Hospital Psiquiátrico constitui ainda, em qualquer parte do mundo, o eixo da assistência psiquiátrica, o lugar suposto do tratamento, a máquina hegemônica que devora a maior parte dos recursos humanos e financeiros alocados para a assistência dos doentes mentais (2001, p. 62).

O autor aponta que, apesar da riqueza dos modelos teóricos de referência para a área da saúde mental atuais, vê-se uma não correspondência das respostas dadas às necessidades dos pacientes, ou seja, existe uma ruptura entre “articulações teóricas, sofisticações diagnósticas, abundância de modelos e tecnologias, por um lado e, por outro, a modéstia e a repetição das práticas terapêuticas assistenciais reais”, além da falta de técnicas terapêuticas realmente eficientes. Em função desse atual panorama, o autor destaca o crescente interesse pela reabilitação, ressaltando que os processos de reabilitação acarretaram mudanças relacionadas às “dinâmicas sociais, culturais, econômicas que influenciaram a condição dos doentes mentais em medida certamente maior do que tenham conseguido fazer as ‘descobertas’ da psiquiatria” (SARACENO, 2001, p. 20-22).

Segundo Saraceno (2001), várias pesquisas epidemiológicas atuais constataram, contrariamente aos postulados da psiquiatria tradicional, que a cronificação e o empobrecimento do portador de transtorno mental, mais especificamente do psicótico visto que a psicose é tratada pela psiquiatria tradicional como uma patologia de prognóstico ruim, não são intrínsecos à doença, mas ocasionados por um conjunto de variáveis externas ao indivíduo, em geral ligadas ao contexto da família e da comunidade, passíveis de modificação por meio de um processo de intervenção. Por serem essas variáveis ligadas ao meio ambiente do paciente, pressupõem intervenções no nível ambiental que se distanciam das intervenções tradicionais do modelo psiquiátrico de abordagem biológica. Assim, afirma que

[...] uma intervenção sobre a psicose tem sentido, desde que conduzida sobre “todo o campo”, influenciando assim sobre a complexa constelação de variáveis que constituem os fatores de risco e os de proteção. [...] Nesse sentido, a necessidade de reabilitação coincide com a necessidade de se encontrarem estratégias de ação que estejam em relação mais real com as variáveis que parecem mais implicadas na evolução da psicose (SARACENO, 2001, p. 30).

Dessa forma, observamos que a proposta de reabilitação de Saraceno considera a complexidade do indivíduo e é compatível com os princípios da teoria sistêmica discutidos na seção 2.1 desta dissertação. Argumentamos que a reabilitação seria eficaz, na medida em que os diversos fatores que constituem o indivíduo psicótico estiverem em jogo, ou seja, em constantes interações.

A fim de examinar a teoria que norteia os modelos atuais de reabilitação psicossocial, Saraceno (2001) descreve os termos utilizados pela comunidade internacional nesse contexto, baseado na proposta elaborada pela Organização Mundial de Saúde (WHO, 1980 apud SARACENO, 2001) e revisada por De Girolamo (apud SARACENO, 2001). Esses termos são definidos da seguinte forma:

Doença ou Distúrbio (condição física ou mental percebida como desvio do estado de saúde normal e descrita em termos de sintomas e sinais); Dano ou Hipofunção (dano orgânico e/ou funcional a cargo de uma estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica); Desabilitação (“*disabilitá*”, limitação ou perda de capacidades operativas produzidas por hipofunções); Deficiência (desvantagem, consequência de uma hipofunção e/ou desabilitação que limita ou impede o desempenho do sujeito ou das capacidades de qualquer sujeito) (SARACENO, 2001, p. 32, grifo do autor).

Cabe ressaltar, como aponta Saraceno (2001), que a deficiência não é condição referente ao indivíduo e a sua desabilitação, mas sim à resposta social que é dada a um indivíduo que apresenta uma desabilitação.

Traçando um paralelo com a condição de um indivíduo que apresenta um quadro de esquizofrenia, a seqüência citada seria descrita da seguinte forma: “Esquizofrenia/Sintomas positivos e negativos/Redução das performances cognitivas e sociais/Desintegração social, Desemprego, Perda da autonomia” (SARACENO, 2001, p. 32).

Observamos que esse seria, da perspectiva da psiquiatria tradicional, o percurso esperado de desenvolvimento de um indivíduo que apresenta um quadro de esquizofrenia, uma vez que essa abordagem considera como causas do transtorno mental somente fatores biológicos internos ao indivíduo que evoluem de forma desfavorável levando à cronicidade.

Considerando as definições apresentadas acima, a reabilitação seria compreendida pelo conjunto de ações que se destinam a aumentar as habilidades do indivíduo, diminuindo, conseqüentemente, suas desabilitações e a deficiência podendo também, no caso do transtorno mental, diminuir o dano o que não ocorre com as deficiências físicas (SARACENO, 2001).

Tendo como base essas definições, Saraceno (2001) discute quatro modelos conceituais e operativos utilizados em reabilitação psiquiátrica, a saber, os modelos de treinamento de habilidades sociais (*Social Skills Training* ou SST), os modelos psico-



educativos, o modelo de Spivak e o modelo de Luc Ciompi. Deteremo-nos nesta dissertação na análise do primeiro, terceiro e quarto modelos, pois eles apresentam conteúdos importantes a serem discutidos da perspectiva da teoria da auto-organização, questão fundamental neste estudo.

- Modelos de *Social Skills Training*

Os modelos de treinamento de habilidades sociais são definidos, segundo Saraceno (2001), tendo como alicerce o modelo conceitual biopsicossocial, o qual considera as interações entre vulnerabilidade, *stress*, enfrentamento e competência determinantes do transtorno mental. Em outras palavras, a vulnerabilidade psicológica do indivíduo se manifesta, em termos de sintomas psicóticos, diante de situações estressantes no ambiente familiar, social ou de trabalho, interferindo em suas habilidades de enfrentamento.

Assim, o SST compreenderia o desenvolvimento e/ou reforço de habilidades de enfrentamento por meio de mecanismos de aprendizagem, ou seja, por meio da aquisição de hábitos desenvolvidos no *setting* terapêutico e transferidos para o ambiente natural do paciente (SARACENO, 2001). Esse modelo, conforme aponta o autor, está fadado ao fracasso como um modelo de reabilitação psicossocial, uma vez que as atividades que incluem situações de enfrentamento são programadas pelo terapeuta de forma fragmentada e fora do *setting* da vida real do paciente. Desse modo, seria uma forma de remodelar o paciente em um ambiente programado para que possa se adaptar ao seu ambiente social sem, no entanto, intervir em situações sociais estressantes para o paciente.



Apontamos uma afinidade entre esse modelo e os mecanismos de aprendizagem que ocorrem em redes neurais artificiais por meio de treinamento supervisionado e treinamento por reforço como sugerido por Gonzales (1996). Conforme a autora, no treinamento supervisionado a rede recebe um padrão de entrada com um padrão de saída desejado, esperando-se que a rede encontre, por meio de mecanismo de aprendizagem, “os pesos adequados das conexões que lhe possibilite *associar* o padrão de entrada ao padrão de saída estabelecido por um supervisor” e no treinamento por reforço ocorre de modo similar, porém sem o fornecimento de um padrão exato de saída, mas apenas indicadores de que o comportamento está adequado ou não (GONZALES, 1996, p. 280, grifo do autor). A autora argumenta que, tanto no primeiro como no segundo caso, existe a dependência direta ou indireta, respectivamente, de um supervisor e, portanto, não são considerados processos que se auto-organizam.

Dessa forma, observamos que os modelos de treinamento de habilidades sociais não possibilitam um processo de reabilitação auto-organizado do indivíduo, visto que o terapeuta funciona como supervisor do processo excluindo, assim, toda espontaneidade e autonomia do indivíduo.

- Modelo de Spivak

Esse modelo, elaborado por Spivak (apud SARACENO, 2001, p. 49), assume como objeto principal de análise em um processo de reabilitação, a cronicidade psiquiátrica, dando ênfase não a rótulos diagnósticos, mas, ao contrário, à descrição de comportamentos e aos “processos de cronificação que incidem de forma específica sobre qualquer paciente”,

levando-o a uma “progressiva dessocialização”, a qual tem como base, possivelmente, “um déficit de competência pessoal e social”.

De acordo com Saraceno (2001), uma característica fundamental desse modelo é a consideração de fatores ambientais no processo de dessocialização do paciente, como aponta,

[...] ao lado da incompetência da pessoa em satisfazer as próprias exigências e de quem interage com elas, Spivak leva em consideração qual o fator de máxima importância presente em um processo de dessocialização e de progressiva diminuição das articulações sociais, as ações e as reações das pessoas que constituem o ambiente no qual vive e age o paciente (2001, p. 49).

Observamos que, ao considerar tais fatores ambientais no processo de dessocialização do paciente, o modelo de Spivak pode abrir possibilidades para a ocorrência de um processo de reabilitação auto-organizado do indivíduo. Porém, devemos analisar como ocorrem as interações entre paciente e meio ambiente para constatar tal ocorrência.

Analisando o desenvolvimento de um processo de cronificação baseado na teoria de Spivak, Saraceno (2001, p. 50) ressalta que existe uma ligação direta entre o insucesso nas competências sociais e as interações que as produzem, ou seja, a diminuição da competência social do paciente provoca reações negativas nas pessoas que fazem parte de seu ambiente como, por exemplo, frustração e decepção que podem levar a uma recusa dessas pessoas em relação ao paciente. Essa recusa provoca “sentimentos de falência no paciente, que, neste ponto, começará a evitar as situações e as interações que se mostram mais prováveis às falências e à recusa dos outros”, manifestando assim, um isolamento social cada vez mais acentuado que pode levá-lo a uma internação psiquiátrica.

Apontamos que essas interações se caracterizam por relações denominadas por Bresciani Filho e D'Ottaviano (2000) como relações circulares, nas quais os efeitos de uma relação sejam causas da mesma. Como ressaltamos na seção 2.1 desta dissertação, essas relações estão presentes em sistemas complexos e, portanto, podemos argumentar que o modelo de reabilitação proposto por Spivak considera a complexidade do indivíduo, pelo menos no que se refere ao desenvolvimento de um processo de dessocialização. Esse fator poderia contribuir ainda mais para a ocorrência de um processo de reabilitação auto-organizado do indivíduo.

Na concepção de Spivak (apud Saraceno, 2001), a única forma de neutralizar a cronicidade do paciente psiquiátrico é por meio de um processo de reabilitação que aumente as articulações sociais entre o paciente e seu ambiente, desenvolvendo suas competências de forma a permitir seu sucesso no ambiente social. Para que isso seja possível, o autor ressalta que é necessário realizar um levantamento das competências sociais deficitárias do paciente em seu ambiente considerando cinco áreas vitais: moradia, trabalho, família e amigos, cuidado de si e independência, atividade social e recreativa. Dessa forma, por meio de um programa de intervenção, os comportamentos incompetentes do paciente relacionados a essas áreas devem ser eliminados e os comportamentos competentes devem ser desenvolvidos de modo que o paciente se readapte às normas da comunidade.

Observamos uma grande aproximação entre as áreas, descritas acima, nas quais é esperado um desempenho social do paciente e as categorias que compõem a vida mental do indivíduo por nós identificadas na seção 3.1 desta dissertação, evidenciando, assim, a importância de considerarmos a interação entre essas categorias no processo de reabilitação de um indivíduo portador de transtorno mental.



No entanto, como salienta Saraceno (2001, p. 52), apesar de Spivak considerar os fatores ambientais no processo de dessocialização do indivíduo que apresenta um transtorno mental, “o tratamento é focalizado sobre a adaptação do indivíduo não socializado às demandas normativas de um contexto que, todavia nunca vem submetido à crítica e sobre o qual não se prevê agir no sentido de uma redefinição e modificação”.

Dessa forma, argumentamos que, durante o processo de intervenção propriamente dita, com fins reabilitativos as interações entre o paciente e seu ambiente, as quais foram justamente consideradas no processo de cronificação, são desconsideradas e o processo se torna unidirecional e orientado por um supervisor externo, no caso o terapeuta, banindo, portanto, a possibilidade de um processo de reabilitação auto-organizado. Assim, podemos concluir que apesar do modelo de Spivak considerar aspectos relevantes presentes em um processo de auto-organização como a complexidade do indivíduo e as interações entre o indivíduo e o meio ambiente, parece que existe a possibilidade de ocorrência de um processo auto-organizado somente durante o desenvolvimento da dessocialização, o que se caracterizaria como uma auto-(des)organização, culminando com a internação psiquiátrica representando a crise do sistema indivíduo.

• Modelo de Luc Ciompi

Segundo Saraceno (2001, p.55), os estudos de Ciompi são de relevada importância na área de reabilitação psicossocial, pois além de contribuírem para uma interpretação da cronicidade do transtorno mental como um fator social, exploram “o papel preditivo das expectativas no campo da reabilitação”.



Na concepção de Ciompi et al.(1992), assim como nos modelos de SST descritos acima, o transtorno mental está relacionado a uma elevada condição de vulnerabilidade do indivíduo que o leva a manifestar uma crise diante de condições ambientais estressantes. Os autores ressaltam que essa crise pode levar o indivíduo ao colapso do processo existencial ou, ao contrário, pode promover ao indivíduo um processo de mudança e crescimento. Assim, retomando Gonzales (1996), ao conceber o ruído como fator de aperfeiçoamento do indivíduo tornando-o mais apto para enfrentar as mudanças ambientais, conforme discutimos na seção 2.2 desta dissertação, podemos argumentar que a crise pode ser considerada um ruído no sistema indivíduo capaz de impulsionar um processo de auto-organização como discutimos na seção 3.3 deste estudo.

Em uma pesquisa sobre a reabilitação de pacientes psiquiátricos, Ciompi et al. (1987) sustentam que o processo de cronificação do indivíduo portador de transtorno mental está relacionado ao seu ambiente social, ou melhor, às respostas sociais ocasionadas pelo episódio de crise e apontam que a reabilitação é um processo cujo objetivo é a reinserção, o mais completa possível, na vida social e produtiva normal.

Analisando os estudos de Ciompi, Saraceno (2001, p. 56) ressalta que a compreensão da cronicidade como decorrente de processos psicossociais valoriza o espaço social “como cenário único e possível para o trabalho, seja ele reabilitativo ou clínico”. Argumentamos que na medida em que as intervenções terapêuticas consideram o paciente em interação com o seu ambiente social, podem se constituir em intervenções que possibilitam um processo de reabilitação auto-organizada do indivíduo.

A fim de verificar a eficácia de um programa de reabilitação destinado a pacientes psicóticos crônicos hospitalizados e potencialmente reabilitáveis, Ciompi et al. (1987) examinaram todas as variáveis relevantes para essa população definindo dois eixos para a avaliação do sucesso do processo reabilitativo: o eixo casa e o eixo trabalho. Esses eixos são diferenciados em sete níveis que vão desde uma situação de dependência até a independência total. Em cada um dos eixos são identificados comportamentos sobre os quais deve investir o trabalho reabilitativo.

Estudando longitudinalmente os dados da pesquisa, Ciompi et al. (1987) correlacionaram as variáveis sociais e psicopatológicas ao sucesso do processo de reabilitação medido sobre os níveis do eixo casa e do eixo trabalho. Os resultados demonstraram que cerca da metade dos pacientes estudados apresentava possibilidade de reabilitação global e que as variáveis sociais influenciam mais o sucesso ou insucesso do processo reabilitativo que as variáveis psicopatológicas ou diagnósticas.

Em outro estudo longitudinal também realizado por Ciompi et al. (1987) com pacientes atendidos em um serviço de reabilitação, foram analisadas as mesmas variáveis do estudo descrito anteriormente. Porém, nesta pesquisa os autores procuraram identificar a importância das variáveis sociais, psicopatológicas e psicodinâmicas sobre o prognóstico e o sucesso da reabilitação. Os autores apontam, neste caso, uma correspondência entre o sucesso da reabilitação e a manutenção das expectativas por parte dos operadores⁷, dos familiares e dos próprios pacientes e as relações sociais no ambiente de trabalho. Dessa forma, ressaltam que,

⁷ Operadores ou operadores de saúde mental é o termo utilizado na Itália para designar qualquer profissional integrante da equipe de atenção à saúde mental.



Il risultato della riabilitazione con pazienti psichiatrici cronici, di varia tipologia, sembra dipendere poco dalla malattia stessa (espressa come diagnosi e sintomatologia psicopatologica) o dalle variabili generali come sesso ed età, mentre sembrano giocare un ruolo preponderante una serie di fattori di tipo sociale, tra cui vanno annoverati soprattutto i rapporti interpersonali nell'ambito lavorativo, le aspettative verso il futuro (fortemente convergenti) della famiglia, degli operatori e dei pazienti stessi, ed infine la durata temporale dell'esclusione lavorativa⁸ (CIOMPI et al., 1987, p. 56).

Assim, os autores argumentam que quando o projeto terapêutico considera o paciente inserido no ambiente social, as expectativas em relação ao futuro se tornam mais complexas e, portanto, é possível elaborar um prognóstico, o qual é, tradicionalmente, bastante incerto na psiquiatria. Em outras palavras, as expectativas em relação ao futuro dos próprios pacientes, dos familiares e dos operadores apresentam um importante significado prognóstico para um processo de reabilitação (CIOMPI et al., 1987).

Observamos que o modelo de reabilitação de Ciompi ao considerar a crise como um possível desencadeador de um processo de mudança e crescimento do paciente e as interações entre ele e o ambiente como responsáveis pelo sucesso ou insucesso do programa de reabilitação, poderia ser considerado um processo de reabilitação auto-organizado do indivíduo.

No entanto, Saraceno (2001) ressalta que o modelo supracitado é muito válido como modelo de reabilitação psicossocial por considerar o processo de mudança do paciente relacionado com as intervenções no campo social,

[...] mesmo se, uma vez mais, a intuição de que o campo social transformado seja o único transformador do campo do sujeito, não consiga romper os limites dos

⁸ O resultado da reabilitação com pacientes psiquiátricos crônicos, de várias tipologias, parece depender pouco da própria doença (entendida como diagnóstico e sintomatologia psicopatológica) ou das variáveis gerais como sexo e idade, enquanto parece estar em jogo, em papel preponderante, uma série de fatores de tipo social, entre os quais estão incluídas, sobretudo, as relações interpessoais no campo de trabalho, as expectativas em relação ao futuro (fortemente convergentes) da família, dos operadores e dos próprios pacientes, e enfim o tempo de duração da exclusão do trabalho.

cenários onde Ciompi “pensa” a reabilitação e o trabalho, para assumir até o fim a responsabilidade conseqüente de ter mostrado o artifício social colocado sob a naturalidade da doença (2001, p. 59).

Assim, argumentamos que talvez as interações entre paciente e ambiente social consideradas por Ciompi et al. (1987) nas intervenções reabilitativas ainda sejam muito restritas da perspectiva da teoria da auto-organização. Para que um processo de reabilitação possa ser considerado um processo auto-organizado, é necessário que o conceito de ambiente social do indivíduo seja ampliado.

Vimos nesta seção que a abordagem biológica da psiquiatria tradicional assume uma unidirecionalidade na localização das causas do transtorno mental, ou seja, reduz tais causas aos déficits orgânicos circunscrevendo os processos de cronificação e o empobrecimento do portador de transtorno mental como intrínsecos à doença restringindo, assim, as intervenções à administração de psicofármacos e à internação psiquiátrica. Por outro lado, experiências recentes como as de Basaglia (1985) e seus seguidores comprovam que a cronicidade do paciente psiquiátrico está relacionada a um conjunto de variáveis externas a ele ligadas, em geral, ao seu contexto social e passíveis de intervenção. Alguns modelos conceituais e operativos de reabilitação psiquiátrica como, por exemplo, o SST e o modelo de Ciompi consideram as interações do paciente com o ambiente social como fator desencadeador do transtorno. Já o modelo de Spivak considera tais interações como causas do processo de dessocialização do paciente. Porém, entre esses modelos de reabilitação, o único que realmente elabora propostas de intervenção reabilitativa concebendo o paciente em interação com o ambiente é o modelo de Ciompi, o que poderia caracterizá-lo como um processo de reabilitação auto-organizado. No entanto, o conceito de ambiente de Ciompi parece ser ainda restrito para que possa possibilitar um processo de auto-organização. Analisaremos, na próxima seção, a proposta de reabilitação biopsicossocial de Saraceno (2001), a qual assume

uma estrutura triádica sem a ocorrência de relações de liderança, o que pode se constituir em indícios de um processo de auto-organização.

4.2. A Proposta de Reabilitação Biopsicossocial de Benedetto Saraceno

Segundo Saraceno (2001, p. 59), para que se possa propor um programa de reabilitação a um indivíduo é necessário saber, anteriormente, “quais práticas e quais conceitualizações são condição necessária para poder discutir reabilitação, para identificar eixos prioritários de ação e as modificações do campo de intervenções incluíveis”. São essas questões que o autor discute e que analisaremos nesta seção.

O primeiro ponto de discussão ressaltado por Saraceno (2001) se refere ao lugar onde se desenvolve o programa de reabilitação. Conforme o autor, os modelos de reabilitação descritos por ele e discutidos na seção 4.1 desta dissertação, com exceção do modelo de Ciompi que considera o local como parte do processo de reabilitação, nada discutem a respeito dos contextos nos quais se dá a prática reabilitativa, seja o serviço de saúde mental, o domicílio do paciente ou a comunidade.

O que se vê, em geral, nos serviços que se propõem a desenvolver um programa de reabilitação psicossocial é uma grande incompatibilidade entre os modelos teóricos de referência adotados e a prática realmente vivenciada traduzindo-se em “constelações de condutas que são a resultante de variáveis conexas ao paciente, a sua família, ao serviço e a sua organização”. Em outras palavras, conforme o autor, apesar da diversidade de

diagnósticos e da variedade de modelos teóricos, os tratamentos utilizados pelos serviços são poucos e sempre repetitivos não satisfazendo as necessidades reais dos pacientes. Portanto, “é a partir dessa ausência de especificidade da psiquiatria que devemos raciocinar para compreender como entrar em relação com as variáveis reais que mudam as vidas reais das pessoas reais” (SARACENO, 2001, p. 80-83).

Na análise de Saraceno (2001), é a padronização e o caráter estigmatizante do diagnóstico psiquiátrico os fatores que mais contribuem para o fracasso das técnicas terapêuticas utilizadas pelos serviços de reabilitação. De acordo com o autor, além da pobreza do diagnóstico como fator preditivo da eficácia de programas de reabilitação, como discutimos na seção anterior, este não é um instrumento que permite obter informações a respeito do contexto da vida real do indivíduo. Conforme o autor, uma análise crítica sobre o diagnóstico

[...] deve nos ajudar a compreender que as “informações” (as variáveis) que o paciente carrega consigo e que é o que nós podemos efetivamente considerar como patrimônio (de risco ou de proteção) estão na realidade mais conectadas à vida do paciente do que à sua doença, cuja identidade autônoma da vida é um artefato da clínica (SARACENO, 2001, p. 93).

Continuando sua reflexão acerca das limitações diagnósticas, Saraceno (2001, p. 93) destaca a importância de considerarmos, além do referido contexto do paciente, a concepção de “paciente como um sistema complexo e indivisível (assim como indivisível é para qualquer indivíduo a relação-vínculo entre sujeito e intersubjetividade)”, ressaltando que por meio de uma relação terapêutica não é possível conhecer “um sujeito em si e portanto uma doença em si”, mas sim as interações compreendidas por esse sujeito e seu ambiente. Conforme o autor,

São essas interações operativas (entre paciente e outros, entre paciente e vida material, entre paciente e as respostas que ele recebe, entre pacientes e lugares) o patrimônio ao qual podemos ter acesso e que pode se modificar sob a força de uma

intervenção que crie as condições para que o sujeito possa exercer “mais” escolhas (SARACENO, 2001, p. 93-94).

Observamos uma afinidade entre as considerações supracitadas e os conceitos da teoria sistêmica discutidos na seção 2.1 desta dissertação, uma vez que Saraceno (2001) concebe a complexidade do paciente e suas interações com o ambiente como determinantes de sua história de vida. Argumentamos que a abordagem de intervenção terapêutica sustentada pelo autor, ou seja, que sejam objetos de intervenção as interações operativas entre paciente e ambiente, validam nossa proposta da reciprocidade entre ações objetivas e subjetivas durante um processo de terapia ocupacional citado na seção 1.4 deste estudo. Não só a terapia ocupacional como qualquer outro tipo de intervenção compreendida por um programa de reabilitação psicossocial pode criar condições para que o paciente desenvolva um processo saudável e autônomo no âmbito dessas interações.

Segundo Saraceno,

Não haverá, pois, uma tecnologia aplicável ao sujeito mas simplesmente uma práxis que, utilizando o conhecimento do “patrimônio de riscos e proteções” que o sujeito detém, o acompanha na construção de espaços negociáveis. Assume-se assim que [...] só a construção de espaços de troca pode gerar relações, enquanto a construção da possibilidade das relações não gera espaços para a troca. Dizendo em outras palavras, a construção do direito de cidadania como eixo prioritário não é uma escolha somente ética, mas também técnica: somente o cidadão pleno poderá exercer as suas trocas (e com essas trocar também loucura), enquanto o cidadão partido ao meio não saberá o que fazer com as aquisições (se na verdade adquiridas), com as habilidades relacionais, uma vez que não haverá direito nem acesso ao exercício de relações ou estas se darão como relações desprovidas da materialidade que as torna reais (2001, p. 94-95).

Sustentamos que ao ampliar os espaços de troca do paciente, o profissional da equipe de reabilitação estará criando condições para que as relações entre esse paciente e o meio ambiente se multipliquem e ocorram de forma autônoma, podendo possibilitar um processo de reabilitação auto-organizado.

De acordo com Saraceno (2001, p. 95-96), somente um serviço psiquiátrico complexo consegue trabalhar com a complexidade do paciente. Conforme o autor, um serviço complexo ou, em suas palavras, “de alta qualidade” é aquele que consegue se ocupar de todos os pacientes a ele referentes e que seja capaz de oferecer um processo de reabilitação a todos que se possam beneficiar de tal processo sem criar anéis hierarquizados de clientela reabilitável e não reabilitável. Assim, esse serviço “deveria ser um ‘lugar’ (constituído de uma multiplicidade de lugares/oportunidades comunicantes) permeável e dinâmico, onde as oportunidades [...] encontram-se continuamente à disposição dos pacientes e dos operadores”.

Dessa forma, argumentamos que o próprio serviço é constituído por uma diversidade de lugares que interagem entre si e, portanto, do próprio serviço poderiam emergir processos reabilitativos auto-organizados.

Ampliando ainda mais essa reflexão sobre o serviço de reabilitação, Saraceno (2001) sustenta que esse deve ser um lugar de produção de recursos não somente numéricos, mas e, primordialmente, afetivos na rede de relações dos pacientes. De acordo com o autor, esses recursos seriam os operadores, os familiares e a comunidade, não esquecendo de que a família é parte da comunidade, mas essa não se restringe somente ao contexto familiar. Conforme o autor,

As instituições formais da comunidade e as informais representam recursos potenciais de um serviço: da paróquia ao sindicato, das associações esportivas às agregações mais ou menos formalizadas dos cidadãos, a rede de lugares, recursos e oportunidades é infinita e infinitas são as articulações individuais serviço/paciente/comunidade, capazes de produzir sentido, contratualidade, bem-estar (SARACENO, 2001, p. 103).

Observamos nessas concepções a respeito da produção de recursos no serviço de reabilitação que produzem sentido de vida para os pacientes, a distinção fundamental da

noção de reabilitação elaborada por Saraceno (2001) em relação ao modelo proposto por Ciompi et al. (1987). A noção de comunidade para Saraceno parece ser muito mais ampla do que a de Ciompi que parece conceber família e comunidade como dois contextos separados e restringir as relações com a comunidade somente no tocante ao trabalho.

Um outro contexto destacado por Saraceno (2001) como fator importante na orientação de um processo de reabilitação é o contexto de leis e normas de uma comunidade. Conforme o autor, “é evidente que as leis fundamentais que normatizam diretamente os tratamentos e se pronunciam sobre os direitos têm uma influência substancial sobre as possibilidades da reabilitação” (SARACENO, 2001, p.108). Isso quer dizer que, como ressalta o autor, elaborar um programa de reabilitação em um lugar onde o hospital psiquiátrico deixou de existir legalmente é muito diferente de elaborar tal programa em um lugar onde este continua sendo local de referência para a intervenção. Assim, ele sustenta que cabe aos reabilitadores o movimento de modificações das normas no sentido de melhorá-las a favor do processo de reabilitação.

Observamos que no Brasil a hegemonia do hospital psiquiátrico como alternativa de tratamento tem sido um dos maiores empecilhos da atual reforma psiquiátrica e que as mudanças alcançadas em termos de legislação em saúde mental são, em grande parte, fruto de discussões advindas de associações de trabalhadores, familiares e usuários dos serviços de saúde mental brasileiros.

Partindo da análise das variáveis do contexto dos pacientes e dos serviços, Saraceno (2001) sustenta que não existem habilidades ou desabilidades descontextualizadas do conjunto de determinantes composto pelos lugares nos quais ocorrem as intervenções, pelas

organizações dos serviços, pelas articulações entre ações sanitárias e sociais territoriais e pelos recursos disponibilizados. Dessa forma, a reabilitação não é, como salienta o autor, a passagem da desabilitação para a habilitação como parecem demonstrar as técnicas reabilitativas empregadas habitualmente no âmbito da psiquiatria como, por exemplo, os modelos de SST, o modelo de Spivak e o modelo de Ciompi discutidos na seção 4.1 desta dissertação. A reabilitação é “um conjunto de estratégias orientadas a aumentar as oportunidades de troca de recursos e de afetos: é somente no interior de tal dinâmica das trocas que se cria um efeito ‘habilitador’”. Por meio dessas trocas materiais e afetivas, cria-se uma “rede de negociação”, as quais aumentam a participação e o poder de contratualidade dos indivíduos menos favorecidos em uma sociedade (SARACENO, 2001, p. 112).

De acordo com Saraceno, o aumento da capacidade contratual dos portadores de transtorno mental se constrói sobre os eixos: *habitat*, família e trabalho (no sentido de produção e troca de mercadorias e valores). De forma resumida, o *habitat*, conforme o autor, compreende as noções de casa e habitar, sendo que a noção de casa se refere ao espaço físico concreto e a noção de habitar ao envolvimento afetivo e de apropriação do indivíduo em relação a esse espaço. Assim, o autor sustenta que o processo de reabilitação deve trabalhar com essas duas noções, as quais devem ser separadas em nível teórico para uma compreensão de que “as funções da reabilitação aludem seja a uma conquista concreta (a casa), seja à ativação de desejos e habilidades ligadas ao habitar”, e unidas no nível prático da intervenção (SARACENO, 2001, p. 116). Dessa forma, o autor ressalta a diferença entre o eixo *habitat* apresentado por ele e o eixo casa descrito por Ciompi et al. (1987), afirmando que para a reabilitação é primordial o eixo *habitat* e não o eixo casa.



Quanto ao eixo família, Saraceno (2001, p. 125-126) aponta uma necessidade de conscientização por parte da equipe de trabalhadores dos serviços de saúde mental em relação ao co-envolvimento dos familiares do indivíduo portador de transtorno mental nos projetos de reabilitação, criando formas de intervenção em que a família desse indivíduo “deixe de ser cúmplice ou vítima da psiquiatria”, como ocorre na abordagem da psiquiatria tradicional e na abordagem psicodinâmica respectivamente, e passe a ser “protagonista responsável pelos processos de tratamento e organização do mesmo (e da reabilitação)”.

Em relação ao trabalho como produção e troca de mercadorias e valores, Saraceno (2001, p. 126) argumenta que é necessária uma reflexão do sentido do trabalho no processo reabilitativo, partindo da noção de trabalho como promotor de “articulação do campo dos interesses, das necessidades, dos desejos”. Conforme o autor, para que o trabalho possa ser um recurso de produção de troca é fundamental que ele perca a ênfase terapêutica e que o problema da relação entre trabalho e transtorno mental seja enfrentado a partir de um referencial alternativo, que permita uma reestruturação do campo de trabalho. De acordo com o autor, na área da saúde mental, uma alternativa possível da transformação do trabalho terapêutico institucionalizado em trabalho como produção de sentido pode ser por meio da criação de cooperativas integradas. Tais cooperativas são um tipo de experiência em saúde mental praticada desde a década de 70 em muitas cidades italianas. Segundo Saraceno,

A cooperativa é [...] a forma organizacional mais inovadora: ela não só se constitui como o oposto da lógica da exploração do trabalho dependente, mas ainda como forma concreta de solidariedade. A cooperativa é, de fato, uma forma coletiva de exercício da empresa. De um ponto de vista jurídico, a Cooperativa Integrada é caracterizada pela presença de sócios “normais” e sócios “inabilitados” (na proporção de pelo menos 40%), e da sustentação das entidades locais (sobretudo as regionais), o que se concretiza em intervenções promocionais (facilidades para equipamentos e locais); facilidade na inserção dos desabilitados (fiscalização dos ônus sociais); intervenções para favorecer a produção (linhas de crédito facilitado e cursos de formação) (2001, p. 134).

De acordo com Saraceno (2001, p. 137), por meio das cooperativas, novas formas mais autônomas de trabalho estão sendo criadas, organizações e percursos adaptativos diferenciados estão sendo desenvolvidos tendo em vista uma população em desvantagem e, uma nova prática vem se constituindo a partir daí, ou seja, a empresa social que tem “um caráter de empreendimento não só econômico, mas também social. Ela promove novas redes e novas relações entre sujeitos sociais”.

A prática da empresa social é amplamente discutida por De Leonardis et al. (1994) no âmbito da assistência em saúde mental, evidenciando a mudança de papel dos participantes no processo de assistência em saúde, ou seja, de depositários passivos de assistência se transformam em produtores de recursos. Esse assunto é extremamente interessante e enriquecedor no contexto da saúde mental, porém não aprofundaremos essa discussão neste estudo.

No entanto, convém ressaltar que a empresa social é dirigida tanto às pessoas que apresentam um transtorno mental quanto à clientela de risco, o que lhe confere um caráter preventivo e, portanto, caracteriza-se como uma intervenção de saúde mental (SARACENO, 2001). É no âmbito das discussões sobre as noções de psiquiatria e saúde mental que podemos compreender melhor o conceito *biopsicossocial* assumido por Saraceno (2001) como abordagem da sua proposta de reabilitação.

Segundo Saraceno (2001), a noção de psiquiatria é fortemente orientada pelo paradigma biológico e, portanto, quando usamos o termo psiquiatria, nos referimos ao seu correlato de doença psiquiátrica, enquanto a noção de saúde mental tem uma orientação holística não ficando claro se este termo se refere à condição de bem-estar desejada pelos

indivíduos ou às ações no campo da saúde necessárias para que essa condição seja alcançada.

Conforme o autor,

Essa identidade entre objetivo (a saúde mental dos indivíduos) e ação (as atividades para a saúde mental) é um fato positivo porque assinala a continuidade necessária entre ações e objetivos [...] Diferentemente da Psiquiatria (definida tradicionalmente como um ramo da Medicina que estuda e assiste os pacientes de doença mental), a Saúde Mental (ou seja, a condição de saúde mental dos indivíduos e o conjunto de ações para promovê-la e mantê-la) é entendida como algo muito mais complexo, que considera as dimensões psicológicas e sociais da saúde e os fatores psicossociais que determinam saúde e doença (SARACENO, 2001, p. 144-145).

Assim, Saraceno (2001) sugere que se assuma uma separação conceitual entre as duas noções, mas não uma separação operativa, ou seja, devemos utilizar a noção de saúde mental como referência, considerando a noção de psiquiatria como aspecto dela.

Destacamos no início deste capítulo o rígido determinismo biológico presente nas concepções psiquiátricas de transtorno mental. Na psiquiatria contemporânea, vê-se ainda essa determinação nos esclarecimentos a respeito dos transtornos por meio da teoria da identidade entre mente e cérebro. Saraceno (2001) argumenta que somente no contexto complexo da noção de saúde mental é possível se redefinir o importante, mas não exclusivo papel da abordagem biológica do transtorno mental.

No âmbito dessa discussão, Saraceno (2001) ressalta o aparecimento de novas teorias sobre o funcionamento psíquico e, conseqüentemente, sobre os transtornos mentais como, por exemplo, o modelo psicossocial/biológico do psiquismo proposto por Ciompi (1991). Esse modelo sustenta que o aparelho psíquico se constitui por uma estrutura hierárquica complexa de sistemas de referência afetivo/cognitivos que se desenvolve por meio de um processo contínuo de ações concretas, ou seja, por repetidas experiências. Segundo Ciompi (1991), os

aspectos afetivos da experiência são armazenados tornando-se estrutura básica da construção de processos cognitivos.

Apontamos uma correlação entre esse modelo e as formulações sobre a formação da consciência elaboradas por Damásio (2000), as quais foram discutidas na seção 1.3 desta dissertação. Observamos que os aspectos afetivos da experiência são armazenados, segundo o modelo de Ciompi, tal qual ocorre no processo de organismo modificado pelo contato com o objeto discutido por Damásio.

Considerando esse modelo do psiquismo, Ciompi (1991) argumenta que a esquizofrenia se desenvolve por meio da ação interativa de aspectos biológicos, psicológicos e sociais. Em outras palavras, a esquizofrenia como qualquer outro tipo de transtorno mental, seria “o resultado de processos biopsicossociais complexos que interagem entre si” (SARACENO, 2001, p. 147). Essa concepção sustenta nossa hipótese de que um quadro de transtorno mental pode ser desenvolvido por meio de configurações mentais não satisfatórias decorrentes das interações entre as categorias que compõem a vida mental do indivíduo, caracterizando um processo de auto-(des)organização, conforme discutimos na seção 3.3 desta dissertação.

Segundo Saraceno (2001), esses modelos complexos de transtorno mental tentam superar o problema da relação mente-corpo evidenciado pela abordagem dualista cartesiana sempre presente no contexto da psiquiatria. Parafraseando Eisenberg, Saraceno (2001, p. 149) salienta que o problema da relação mente-corpo em psiquiatria é superado com a inclusão de uma terceira variável, ou seja, “o ambiente – a interação entre sujeito biopsíquico de um lado e contexto de outro”.



Observamos que, apesar de Saraceno (2001) considerar o ambiente como uma das variáveis fundamentais para a compreensão da saúde e transtorno mental, ele não formula uma visão sistêmica completa da relação mente-corpo-ambiente, pois em sua concepção de interação citada acima é evidente que o ambiente não é um continuum da relação mente-corpo, isto é, existe uma interação, porém mente-corpo de um lado e ambiente de outro.

É nesse sentido que ressaltamos a importância da inclusão da visão sistêmica de indivíduo, discutida na seção 2.1 desta dissertação, no processo de reabilitação biopsicossocial. Observamos que a reabilitação só terá um enfoque sistêmico na medida em que considerar a totalidade de fatores que compõem a vida do indivíduo e as interações entre os sistemas e subsistemas implicados nesses fatores.

De acordo com Saraceno (2001, p. 153), assumir uma abordagem biopsicossocial como referência para a compreensão de fatores causais dos transtornos mentais implica em conceber intervenções terapêuticas complexas que requerem mudanças substanciais nas políticas de saúde mental, nas estruturações dos programas e nas organizações dos serviços. Em outras palavras, conforme o autor, “a dimensão biopsicossocial impele a uma abordagem muito mais complexa e orientada à comunidade, seja enquanto concerne ao tratamento da doença mental ou da promoção da saúde mental”.

Sustentamos que as propostas de Saraceno discutidas nesta seção são muito valiosas no âmbito da saúde mental e se aproximam dos princípios da teoria da auto-organização analisados na seção 2.2 desta dissertação, uma vez que consideram a complexidade do indivíduo e suas interações com o meio. Argumentamos que, apesar de sua abordagem abrir



caminhos para que possamos pensar num processo de reabilitação auto-organizado do indivíduo, ela não sugere explicitamente indícios de auto-organização.

Procuramos identificar neste capítulo as semelhanças entre alguns modelos de reabilitação em psiquiatria, tais como, os modelos de SST, o modelo de Spivak, o modelo de Ciompi e a proposta de reabilitação biopsicossocial de Saraceno, com a teoria da auto-organização. Observamos que esses dois últimos poderiam sugerir um processo de reabilitação auto-organizado do indivíduo por assumirem a perspectiva da complexidade ao analisarem o desenvolvimento do transtorno mental e as interações entre indivíduo e ambiente como determinantes fundamentais do processo de reabilitação. No entanto, consideramos que o conceito de ambiente assumido no modelo de Ciompi parece ser muito restrito, ou seja, refere-se somente à família e ao trabalho o que seria contraditório com um dos critérios para a ocorrência de um processo auto-organizado, isto é, a diversidade de fatores independentes entre si.

Já a abordagem de Saraceno considera uma variedade maior de fatores ambientais nas interações entre indivíduo e ambiente, porém não propõe explicitamente uma visão sistêmica, que compreenda o todo do indivíduo. Uma das condições fundamentais para a ocorrência de um processo auto-organizado, como salienta Debrun (1996), é que exista uma decisão individual, quando nos referimos ao indivíduo, sem, portanto, a presença de regras ou imposições, para que seja um processo autônomo, ou seja, que se desenvolva a partir de si mesmo. Argumentamos que para que a reabilitação biopsicossocial possa ser considerada um processo auto-organizado seria necessária também uma decisão do indivíduo em participar do processo reabilitativo e esse fato não é citado em nenhum momento na proposta de Saraceno.



Por essas razões, sustentamos que a proposta de reabilitação biopsicossocial de Saraceno não sugere claramente indícios de auto-organização.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ressaltamos, na introdução desta dissertação, a influência das abordagens reducionistas na produção de conhecimento em terapia ocupacional e em saúde mental, acarretando o desenvolvimento de uma variedade de modelos e técnicas, em especial na saúde mental, que consideram apenas um aspecto da vida do indivíduo, ou seja, ou aspectos orgânicos, ou psíquicos, ou familiares, ou sociais. Observamos ainda que quando mais de um aspecto é considerado, as interações entre eles ao longo do tempo não são levadas em conta.

A orientação metodológica de cunho reducionista foi enfocada na discussão a respeito dos modelos atuais de reabilitação psicossocial elaborada por Saraceno (2001), analisados no quarto capítulo deste estudo. O autor afirma que, ainda hoje, as formas de tratamento utilizadas no campo da psiquiatria são, predominantemente, baseadas na abordagem biológica clínica, destacando sua baixa eficácia em relação à reabilitação biopsicossocial dos pacientes. Em outras palavras, o paciente pode apresentar uma remissão de sintomas, porém suas relações sociais se tornam cada vez mais empobrecidas e sua vida psíquica enfraquecida, podendo causar-lhe um isolamento social e/ou apatia mental.

Em contraposição a essa abordagem reducionista, Saraceno (2001) discute a abordagem biopsicossocial dos transtornos mentais, salientando que o desenvolvimento destes se dá por meio das interações entre os aspectos biológicos, psíquicos e sociais e não pela somatória de tais aspectos e nem por comprometimento de cada um deles de forma exclusiva. Assim, o autor propõe uma forma de intervenção que considere as interações entre aspectos culturais, sócio-econômicos, biológicos e familiares ao longo da vida do paciente como



desencadeantes do transtorno mental e que tenha como orientação os eixos *habitat*, família e trabalho. A essa forma de intervenção ele denomina *reabilitação biopsicossocial*, ressaltando que o foco da intervenção não se restringe apenas ao tratamento do transtorno mental, mas também à promoção da saúde mental do paciente e da população.

Argumentamos que, ao conceber os eixos *habitat*, família e trabalho como pontos de orientação do programa de reabilitação biopsicossocial, Saraceno não faz justiça à visão sistêmica que permeia sua concepção de transtorno mental, ou seja, quando discute formas de intervenção não considera todos os aspectos da vida do indivíduo como sistema, deixando de lado, por exemplo, aqueles relacionados à corporeidade, ao lazer e à transcendência, o que pode limitar as alternativas terapêuticas. É evidente que a proposta de reabilitação biopsicossocial de Saraceno (2001) não apresenta traços de uma abordagem reducionista, porém não chega a alcançar uma visão sistêmica completa.

Na medida em que consideramos todas as categorias que compõem a vida mental do indivíduo, ou seja, a família, o corpo, o trabalho, o lazer, a sociabilidade e a transcendência, e suas interações, como foi proposto nesta dissertação, em um programa de reabilitação biopsicossocial, as alternativas terapêuticas a serem estimuladas pelo profissional de saúde mental se multiplicam, uma vez que podem se desenvolver no interior de cada categoria e subcategoria, e na inter-relação entre elas.

Considerando o aspecto auto-organizador do sistema indivíduo, discutido no segundo capítulo deste estudo, que inclui relações entre todas as categorias supracitadas, a intervenção do terapeuta ocupacional, assim como de qualquer profissional da equipe de saúde mental, deverá respeitar a autonomia do indivíduo. Isso quer dizer que o terapeuta deverá sugerir

alterações nas ações objetivas do paciente, a fim de que ele consiga uma reorganização em nível subjetivo. Assim, considerando a complexidade do sistema indivíduo, se a intervenção do terapeuta for um fator de hetero-organização, caracterizará um processo alienante, podendo gerar mais auto-(des)organização que, por sua vez, poderá manter o sistema desestruturado, ou seja, em crise. Portanto, sugerimos que a intervenção seja apenas um *signo indutor* do processo, isto é, a facilitação de tendências intrínsecas ao próprio processo, que favoreçam a retomada do processo de auto-organização do sistema indivíduo. Argumentamos que assumir esse ponto de vista implica em conceber uma reciprocidade entre ações objetivas e subjetivas do indivíduo e, portanto, superar a abordagem dualista da relação mente-corpo.

Como exemplo de *signo indutor* utilizado em terapia ocupacional, podemos mencionar a vivência prática de situações que abarquem processos cognitivos-afetivos desestruturados pela auto-(des)organização caracterizada em momentos de crises do transtorno mental. Por exemplo, se o paciente não consegue voltar a estudar porque relaciona acontecimentos no ambiente escolar com o aparecimento das crises que o levaram a desenvolver um transtorno mental, o terapeuta ocupacional e o paciente poderão retornar ao ambiente escolar em várias ocasiões a fim de identificar quais sentimentos, emoções e pensamentos surgem perante as diferentes situações vivenciadas. A partir daí, o paciente faz, por conta própria, um esforço para enfrentá-los e transformá-los, a fim de vivenciar a situação escolar de forma benéfica.

Um outro exemplo de *signo indutor* pode ser a vivência prática de uma situação de trabalho, por meio da participação em uma oficina terapêutica. O indivíduo que não consegue mais se relacionar no ambiente de trabalho de forma saudável em função de um quadro de transtorno mental pode, por meio da participação em programas de oficinas terapêuticas, vivenciar novamente relações de trabalho e, a partir daí, se reorganizar conseguindo,

inclusive, retornar ao mercado de trabalho. As atividades desenvolvidas na oficina com todas as relações, que permeiam sua execução, seriam *signos indutores* de uma auto-organização individual. Enfim, vários exemplos desse tipo podem ser citados no âmbito da terapia ocupacional.

Finalmente, ressaltamos a fundamental importância da avaliação dos fatores geradores de crise no paciente, a fim de melhor adequar o programa terapêutico à individualidade de cada um. Argumentamos que poderemos identificar melhor tais fatores, na medida em que consigamos resgatar informações a respeito da satisfação do indivíduo em relação às categorias que compõem sua vida mental ao longo do tempo. Sugerimos que isso pode ser conseguido por meio do instrumento de auto-avaliação da satisfação, o qual foi esboçado no terceiro capítulo desta dissertação, e que poderá ser objeto de novos estudos que possam contribuir para a sua utilização prática no âmbito da atenção em saúde mental.

A investigação da dinâmica da vida mental do indivíduo a partir da ótica da teoria da auto-organização pareceu-nos bastante promissora tanto em relação à compreensão do transtorno mental quanto à discussão de formas de intervenção mais eficazes em saúde mental. Percorremos alguns caminhos neste estudo que nos permitiram comprovar a importância da introdução de princípios da teoria da auto-organização no contexto da saúde mental e, principalmente, nas discussões a respeito de programas de reabilitação biopsicossocial. Chegamos ao final desta dissertação com a certeza de que não estamos concluindo e, muito menos, esgotando o assunto referente às intersecções entre auto-organização e reabilitação biopsicossocial, mas, ao invés disso, apenas iniciando.

REFERÊNCIAS:

- ASHBY, W. R. Principles of the self-organizing system. In: VON FOERSTER, H.; ZOPF JR., G. W. (Org) *Principles of self-organization*. Oxford: Pergamon, 1962. p. 255-278.
- ATLAN, H. *Entre o cristal e a fumaça: ensaio sobre a organização do ser vivo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1992.
- BASAGLIA, F. *A instituição negada: relato de um hospital psiquiátrico*. Rio de Janeiro: Graal, 1985.
- BLOCK, N. Troubles with functionalism. In: BLOCK, N. (Ed.) *Readings in the philosophy of psychology*. Cambridge: Harvard University Press, 1980. p. 268-305.
- BRABANT, G. P. *Chaves da Psicanálise*. 3.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- BRESCIANI F., E.; D'OTTAVIANO, I. M. L. Conceitos básicos de sistêmica. In: D'OTTAVIANO, I. M. L.; GONZALES, M. E. Q. (Org.) *Auto-organização: estudos interdisciplinares*. Campinas: UNICAMP, Centro de Lógica, Epistemologia e História da Ciência, 2000. p. 283-306. (Coleção CLE, 30).
- CAMARGO, L.O.L. *O que é lazer*. 2.ed. São Paulo: Brasiliense, 1989. (Primeiros Passos, 172).
- CHALMERS, D. J. *The conscious mind*. New York: Oxford University Press, 1996.
- CHURCHLAND, P. M. *Matter and consciousness*. Cambridge: A Bradford Book, 1988.
- CIOMPI, L.; DAUWALDER, H. P.; AGUE, C. Un programma di ricerca sulla riabilitazione del malato psichiatrico. *Psicoterapia e scienze umane*, [S.l.], n. 4, p. 47-64, 1987.
- CIOMPI, L. Affects as central organizing and integrating factors: a new psychosocial/biological model of the psyche. *British Journal of Psychiatry*, [S.l.], n. 159, p. 97-105, 1991.
- CIOMPI, L. et al. The pilot project Soteria Berne: clinical experiences and results. *British Journal of Psychiatry*, [S.l.], suppl. 18, p. 145-153, 1992.
- DAMÁSIO, A. *O mistério da consciência: do corpo e das emoções ao conhecimento de si*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- DEBRUN, M. A idéia de auto-organização. In: DEBRUN, M.; GONZALES, M.E.Q.; PESSOA JÚNIOR, O. (Org.) *Auto-organização: estudos interdisciplinares em filosofia, ciências naturais, humanas e artes*. Campinas: UNICAMP, Centro de Lógica, Epistemologia e História da Ciência, 1996. p. 3-23. (Coleção CLE, 18).
- _____. A dinâmica de auto-organização primária. In: DEBRUN, M.; GONZALES, M.E.Q.; PESSOA JÚNIOR, O. (Org.) *Auto-organização: estudos interdisciplinares em filosofia, ciências naturais, humanas e artes*. Campinas: UNICAMP, Centro de Lógica, Epistemologia e História da Ciência, 1996. p. 25-59. (Coleção CLE, 18).



DE LEONARDIS, O.; MAURI D.; ROTELLI F. *L'impresa sociale*. Milano: Anabasi, 1994.

DENNETT, D. C. *Tipos de mentes: rumo a uma compreensão da consciência*. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

DESCARTES, R. *Discurso do método; As paixões da alma; Meditações*. São Paulo: Nova Cultural, 1637-1646 (impressão 1999a). (Os Pensadores)

_____. *Meditações sobre filosofia primeira*. Campinas: UNICAMP, Centro de Estudo da História da Filosofia Moderna e Contemporânea, 1641 (impressão 1999b).

FREUD, S. *A interpretação dos sonhos*. Rio de Janeiro: Imago, 1900-1901 (impressão 1996). 5 v. (Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud).

_____. *O caso de Schreber: artigos sobre técnica e outros trabalhos*. Rio de Janeiro: Imago, 1911-1913 (impressão 1996). 12 v. (Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud).

GONZALES, M. E. Q. Ação, causalidade e ruído nas redes neurais auto-organizadas. In: DEBRUN, M.; GONZALES, M.E.Q.; PESSOA JÚNIOR, O. (Org.) *Auto-organização: estudos interdisciplinares em filosofia, ciências naturais, humanas e artes*. Campinas: UNICAMP, Centro de Lógica, Epistemologia e História da Ciência, 1996. p. 273-297. (Coleção CLE, 18).

GREENE, B. *The elegant universe: superstrings, hidden dimensions and the quest for the ultimate theory*. New York: W.W. Norton and Company, 1999.

JACKSON, F. Epiphenomenal qualia. In: LYCAN, W. G. *Mind and cognition*. Oxford: Blackwell, 1996. 1.ed. 1982.

LAPLANCHE, J. *Teoria da Sedução Generalizada e Outros Ensaios*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1988.

MCGINN, C. *The character of mind*. Oxford: Oxford University Press, 1982.

MORIN, E. *La méthode: la nature de la nature*. Paris: Ed. Du Seuil, 1977. 1 v.

_____. *Ciência com consciência*. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

NAGEL, T. What is it like to be a bat? In: *Philosophical Review*, 83, p. 435-450, 1974.

PEREIRA JÚNIOR, A. Auto-organização, espacialidade e temporalidade biológicas. In: ÉVORA, F. R. R. (Ed.) *Espaço e tempo*. Campinas: UNICAMP, Centro de Lógica, Epistemologia e História da Ciência, 1995. p. 291-300. (Coleção CLE, 15).

_____. Species-specific knowledge about the environment: a biophilosophical view. *Revista Eletrônica Informação e Cognição*, Marília, v. 1, n. 1, nov. 1999. Disponível em: <<http://www.marilia.unesp.br/atividades/extensao/revista/v1/index.html>>. Acesso em: 03 jul. 2002.



_____. Filosofia da ciência para a área biológica. In: PINHO, S. Z. (Org.) *Sobre método: tópicos para o ensino superior*. Botucatu: Instituto de Biociências/UNESP, 2000. CD-Rom. Projeto Hipermídia e Educação.

_____. The quantum mind/classical brain problem. *Revista Eletrônica Informação e Cognição*, Marília, v. 3, n. 3, 2001. Disponível em: <http://www.marilia.unesp.br/atividades/extensao/revista/v3/index.html>>. Acesso em: 01 ago. 2002.

ROCHA, E. F. Corpo deficiente: um desvio da norma? *Rev. Ter. Ocup. USP*, São Paulo, v. 2, n. 4, p. 182-87, dez. 1991.

ROTELLI, F. O inventário das subtrações. In: NICÁCIO, F. (Org.) *Desinstitucionalização*. São Paulo: Hucitec, 1990. p. 61-64.

_____. A instituição inventada. In: NICÁCIO, F. (Org.) *Desinstitucionalização*. São Paulo: Hucitec, 1990. p. 89-99.

SARACENO, B. *Libertando identidades: da reabilitação psicossocial à cidadania possível*. 2. ed. Rio de Janeiro: Te Corá/Instituto Franco Basaglia, 2001.

SEARLE, J. R. *O mistério da consciência*. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

TALAG, T. S. Residual muscular soreness as influenced by concentric, eccentric, and static contractions. *Research Quarterly*, [S.l.], n. 44, p. 458-469, 1973.

VON UEXKULL, J. A stroll into the worlds of animals and man. In: SCHILLER C. H.; LASHLEY, K. S. *Instinctive behavior*. New York: International Universities Press, 1957.

WINNICOTT, D.W. *O brincar e a realidade*. Rio de Janeiro: Imago, 1975.



